



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA COMUNIDADE INDÍGENA DA ILHA: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DO CALENDÁRIO CULTURAL**

BOA VISTA

2015

MARCIO SILVA FEITOSA

**RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA COMUNIDADE INDÍGENA DA ILHA: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DO CALENDÁRIO CULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia, da Universidade Federal de Roraima - UFRR, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do território Amazônico.

Orientador: Profa. Dra. Maria Barbara M. Bethonico.

Co-orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

**Boa Vista
2015**

MARCIO SILVA FEITOSA

**RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS POVOS INDÍGENAS DO LAVRADO: O CASO
DA COMUNIDADE ILHA UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO CALENDÁRIO
CULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia, da Universidade Federal de Roraima - UFRR, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do território Amazônico. Defendida em 09 de setembro de 2015 e avaliada pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dra. Maria Barbara Magalhães Bethonico
Orientadora/ PPGeo – UFRR

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras
Co-orientador/ PPGeo – UFRR

Prof. Dr. Artur Rosa filho
PPGeo - UFRR

Prof. Dr. Maxim Repetto
PPGSOF - UFRR

Prof. Dr. José Carlos Franco de Lima
INAN - UFRR

Prof^a. Dr^a. Gersa Maria Neves Mourão
PPGeo – UFRR
(Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico a Santíssima Trindade e também a minha mãe pelo apoio e dedicação durante meu desenvolvimento e formação acadêmica, e pelos incentivos que perduram por toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me haver proporcionado o privilégio de adquirir conhecimentos com pessoas tão especiais que nos mostram que todos somos capazes de poder dar um passo a mais em nossas vidas e mostrar que podemos ser vencedores através dos estudos e da determinação.

Aos professores do Instituto de geografia (*IGEO*), pela atenção, disciplina, seriedade no ensino, pelo apoio, incentivo e esforço pessoal e ainda por seus valiosos ensinamentos de suma importância dos quais sem eles não seria possível à consecução deste trabalho.

E em especial, a Prof^a. Dr^a. Maria Barbara de Magalhães Bethonico que com sua paciência, seriedade, disciplina e seu comprometimento com a ciência tem me ajudado a compreender que é necessário contribuir a ciência para que possamos ter maior produção científica no meio acadêmico e com isso fortalecer ainda mais as pesquisas sobre questões indígenas no estado de Roraima.

E também não menos importante, o Prof. Dr. Elói Martins Senhoras que com sua paciência, compreensão e principalmente por sua sapiência tem se colocado a disposição para contribuir muito no meio científico com suas produções e pesquisas e em especial as que envolvem os povos indígenas.

Ao o Prof. Dr. Maxim Repetto que pacientemente tem nos ensinado e mostrado seu compromisso com os estudos e pesquisas antropológicas sobre os povos indígenas, pois, sem isso eu não estaria concluindo este trabalho acadêmico o qual trata das relações dos povos indígenas com meio ambiente.

A minha família e em especial a minha mãe a Senhora Joana Silva Feitosa, que apesar de todas as dificuldades impostas pela vida, me mostrou que através da perseverança e da força de vontade, conseguirei sempre o caminho verdadeiro e justo da tão sonhada felicidade que todo ser humano almeja ter em algum momento de sua vida.

Ao Dr. Timothy Faul, por me mostrar que na vida, mesmo que ela seja cheia de injustiça e desigualdades, é possível vencer, tendo primeiramente Deus em nossas vidas e em segundo fé, que trás perseverança e força de vontade para vencermos na vida e conseguir nosso espaço no mundo em que vivemos.

Epígrafe

“Nós mudamos para cá em busca de melhoria de vida, para nós e para nossos filhos”

(Tuxaua Alvino).

RESUMO

Este estudo visa discutir as relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem na terra Indígena de São Marcos, mais especificamente na área conhecida como baixo São Marcos e que está localizada na região sul da terra indígena. Ou seja, de forma analítica será compreendida a relação dos povos indígenas com o meio físico em que vivem, configurando uma transformação no espaço, através das ações humanas, mediadas pela cultura. A presente dissertação de mestrado vem a colaborar com esforços teórico analíticos, segmentado em discussões teórico comparativo e fundamentado nas premissas teórica da geografia e antropologia que trabalham com a temática que envolve territorialidade e espacialidade dos indígenas na formação de paisagens culturais para compreensão da organização dos indivíduos no espaço geográfico através de suas territorialidades. Quanto ao objetivo deste trabalho, se busca uma compreensão sobre a temática do calendário cultural ao qual se baseia em uma proposta teórico-metodológica da construção do mesmo e que envolve a sistematização e compreensão das relações sociais, espaciais, ambientais, econômicas e culturais existente na comunidade indígena da Ilha ao qual foi possível a partir de um estudo exploratório que utilizou como procedimento metodológico a revisão da literatura em livros, artigos científicos e pesquisa em campo. Com base nestas discussões, a presente pesquisa conclui que as relações socioespaciais dos povos indígenas que habitam a comunidade da Ilha tem se modificado e adquirido novos aspectos que incluem costumes e modo de vida do homem da sociedade nacional e que fica expresso a exemplo, em suas lavouras de melancia que tem caráter comercial e não mais só para sua subsistência. E dentro do projeto de construção do calendário cultural o cultivo da melancia se tornou a atividade escolhida para se tornar o objeto de estudo dessa dissertação.

Palavras – Chave: Comunidade Ilha. Calendário Cultural. Relações Socioespaciais.

ABSTRACT

This study aims to discuss the socio-spatial relationships of indigenous people living in the Saint Mark Indian Reservation, specifically in the area known as Lower St. Mark's, located in the southern part of the indigenous land. The relationship of the indigenous people with the physical environment in which they live will be analyzed, considering the transformation of space, through human actions, mediated by culture. This master's thesis aims to join the analytical theoretical efforts, divided into comparative theoretical discussions and based on theoretical assumptions of geography and anthropology, with the themes involving spatiality and territoriality of the indigenous people in the formation of cultural landscapes for understanding the organization of individuals in their geographic space, as influenced by their territoriality. The objective of this work is to develop the subject of the cultural calendar, which is based on a theoretical and methodological proposal, and that involves systematizing and understanding of social, spatial, environmental, economic, and cultural factors existing in indigenous community of Island. This was possible from an exploratory study using as a methodological procedure a review of the literature in books and scientific articles, and research in the field. Based on these discussions, this research concludes that the socio-spatial relationships of the indigenous people who inhabit the Island community have changed, and have acquired new aspects including human customs and ways of life of the national society. This is expressed, for example, in their watermelon crops that have a commercial character and are not just a basic food source. In the construction of the cultural calendar, the cultivation of watermelon became the chosen activity as the object of study of this thesis.

Key- words: Island community. cultural calendar. socio-spatial relationships.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Configuração espacial das etnias indígenas no vale do rio Branco ..	28
Figura 02 - Distribuição de Áreas Indígenas no Brasil.....	41
Figura 03 - Mapa da vegetação na Terra Indígena São Marcos.....	59
Figura 04 - Foto Floresta Ombrófila Densa	60
Figura 05 - Foto Mata de Serra.....	61
Figura 06 - Foto Vegetação Caimbé	62
Figura 07 - Foto Vegetação Mirixi.....	62
Figura 08 - Foto Mata Ciliar	63
Figura 09- Mapa do Baixo São Marcos	73
Figura 10- Análise do Conceito de Sociotureza	86
Figura 11 - Calendário de Atividades da Comunidade Indígena Ilha.....	94
Figura 12 - Esquema de Método Fundamentado de Calendário Cultural	99
Figura 13 - Mapa de Solos	101
Figura 14 - Croqui da Área Espacializada Comunidade Indígena Ilha.....	102
Figura 15 - Foto Lavoura.....	109
Figura 16 - Foto Preparação de Solo	111
Figura 17 - Foto Cova para Plantio	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Modalidade das Terras Indígenas	38
Quadro 02-	Fases de Projetos Administrativo das Terras Indígenas	40
Quadro 03-	Situação dos Reservas Indígenas	40
Quadro 04-	Modalidades das Terras Indígenas de Roraima.....	49
Quadro 05-	Atividades Realizadas na Comunidade Indígena Ilha.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Distribuição da Terra Indígena por região do país.....	42
Gráfico 02 - Terras Indígenas e Não Indígenas do Estado de Roraima	48
Gráfico 03- Percentual da População Indígena no Estado de Roraima	50

LISTA DE SIGLAS

ALIDCIR	Aliança de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima
APIRR	Associação dos Povos Indígenas de Roraima
APITSM	Associação dos Povos Indígenas do São Marcos
ELETRONORTE/ELETROBRAS	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIAP	Instituto de Investigações da Amazônia Peruana
OBEDUC	Observatório da Educação Escolar Indígena
OMIR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
OPIR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima
PSM	Programa São Marcos
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TDR	Territorialização Desterritorialização Reterritorialização
TISM	Terra Indígena São Marcos
TWM	Taurepang, Wapichana e Macuxi

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ELEMENTOS DE GEO-HISTÓRIA DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DE RORAIMA	21
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS POVOS INDÍGENAS PARA SE CHEGAR NO QUE HOJE É TERRA INDÍGENA	22
2.1.1 Dinâmica de Formação das Terras Indígenas	32
2.1.2 Brasil	32
2.1.3 Estatuto do Índio	38
2.1.4 Roraima	43
3. A TERRA INDÍGENA DE SÃO MARCOS	52
3.1 HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS	53
3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIAL DA TERRA INDÍGENA DE SÃO MARCOS	58
3.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, ORGANIZAÇÃO, POLÍTICA, ESPACIAL E AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS.....	65
3.3.1 O Gado Indígena e as Fazendas Depósitos	66
3.3.2 Um Pouco Sobre Organizações Indígenas	68
3.3.3 A Região Baixo São Marcos e a Comunidade da Ilha	73
3.3.3.1 Histórico da Comunidade Ilha	74
3.3.4 Atividades Sociais e Transformações Espaciais da Comunidade Ilha	76
3.3.5 Relação Homem com o Meio Natural e o Meio Construído na Comunidade Ilha	78
4. O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL COMO MÉTODO DE ESTUDO DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO CULTIVO DA MELANCIA NA COMUNIDADE DA ILHA	80
4.1 RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA	81
4.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE SOCIOTUREZA	84
4.3 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO DE NOVAS PAISAGENS CULTURAIS	86
4.4 O CALENDÁRIO CULTURAL COMO MÉTODO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE ILHA	89
4.5 METODOLOGIA	95

4.6 O ESTUDO DA ATIVIDADE DE PLANTAR MELANCIA NA COMUNIDADE ILHA.....	100
4.7 ATIVIDADE HUMANA DE PLANTAR MELANCIA QUE OCORRE NA COMUNIDADE INDÍGENA ILHA.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da temática do calendário cultural que é a sistematização das técnicas e ações cotidianas dos povos indígenas no decorrer dos doze meses do ano e no caso aqui estudado trata da comunidade indígena da Ilha. Ou seja, são sistematizadas as ações dos indígenas no seu dia a dia no que trata sobre os períodos propícios para praticar a caça, a pesca, a preparação das roças, o plantio das roças e outras atividades sociais realizadas dentro da comunidade de forma coletiva.

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa está baseada nos estudos geográficos e antropológicos de modo que foi realizada utilizando a literatura referente aos temas e também através de pesquisas feitas através de viagens de campo ao local de estudo ao qual foram utilizadas as seguintes técnicas: a) quanto aos fins da pesquisa, teve caráter exploratório devido a viagens de campo ocorridas ao local da pesquisa; b) quanto aos meios a pesquisa relacionada à construção desse trabalho teve caráter quali-quantitativo com o objetivo de investigar e analisar a implementação da proposta do calendário cultural na comunidade da Ilha como instrumento pedagógico a ser utilizado na escola da referida comunidade; c) quanto ao universo de amostragem da pesquisa refere-se à população da comunidade que está em torno de 120 pessoas e 37 famílias; d) quanto as entrevistas foram feitas filmagens com os moradores a respeito das atividades que são realizadas na comunidade e e) quanto as oficinas teve o objetivo de apresentar em detalhe a proposta de estudar as atividades sociais vivenciadas pela comunidade. A parte que fala da referida metodologia se encontra no terceiro capítulo de modo que é contextualizada com o método de construção do calendário cultural.

E a metodologia de construção dos capítulos foi feita de forma que não exista um capítulo específico sobre referencial teórico, mas que ao longo dos capítulos as teorias e conceitos foram sendo incluídos na medida em que se vinculam com o que está sendo discutido ou apresentado. O que foi de suma importância para ajudar no desenvolvimento do raciocínio da escrita dos capítulos da dissertação.

Quanto ao objetivo é compreender a proposta teórico-metodológica da construção do calendário cultural permitindo a compreensão das relações sociais, espaciais, ambientais, econômicas e culturais existentes na comunidade indígena da Ilha. E, lembrando que o presente trabalho, trata-se de um levantamento da realidade de uma comunidade indígena, no

caso a comunidade Ilha, buscando, através dos conceitos geográficos e antropológicos, compreender como se processam as relações homem-meio natural, considerando todo o processo histórico de ocupação espacial, desterritorialização e reterritorialização dos grupos indígenas que aqui vivem.

E para a realização deste trabalho foram feitas algumas viagens de campo dentro do projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena (*OBEDUC*), junto com outros bolsistas parceiros do (*PET-INTERCULTURAL*) que fazem parte do projeto e que estão na graduação no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (*UFRR*) e também com a participação dos professores doutores Maria Bárbara de Magalhães Bethonico e Maxim Repetto e a presente pesquisa tem o objetivo de mostrar a dinâmica da relação do homem com o meio natural nas comunidades indígenas no estado de Roraima.

De modo geral, abrindo um parêntese para uma visão mais holística sobre questões indenitárias e territorialidades indígenas no continente sul-americano, haja vista, que o primeiro capítulo desta dissertação faz uma contextualização histórica dos povos indígenas no território que hoje chamamos de Brasil, nada mais coerente para falar sobre tal assunto.

As reconstruções identitárias que vem ocorrendo nas Américas, sejam, elas indígenas ou não, em geral estão interligadas com o fenômeno dos Estados Nacionais, uma vez que estes são consequências dos processos de colonização que dominaram povos e desintegraram culturas. Na tentativa de falar dessas reconstruções em que estão em jogo às identidades étnicas e como essas se configuram diante os Estados Nacionais, nota-se que o melhor a fazer é discuti-las a partir de exemplos concretos de realidades onde os indígenas, estão escrevendo sua participação nas histórias locais de acordo com as especificidades de cada modo de colonização e de criação do 'Estado-Nação'.

A ideia é discutir a cultura como um fenômeno em movimento que se modifica e é parte dos processos de aprendizagem construídos no cotidiano da vida presente no estado de Roraima e que estas mudanças se produzem a partir de conflitos culturais. Bem como verificar as relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem na terra Indígena de São Marcos.

Seguramente os indígenas representam no Brasil uns dos movimento sociais mais ativos e em defesa dos seus direitos e sua cultura e em especial o movimento indígena do estado de Roraima. Que estão em evidência por ocupações de prédios da *FUNASA* e *FUNAI* e ações para retomada dos territórios invadidos. Apesar das políticas Antíndigenas terem sido

disseminadas em quase todos os segmentos da sociedade roraimense, no entanto, as lideranças indígenas, também vêm se organizando e se estruturando para lutar por seus direitos que ao longo da história foram desrespeitados.

Os primeiros encontros entre líderes indígenas começaram na década de 1970. As organizações indígenas vieram em torno da Constituinte, a partir de 1985. Não havia ainda uma retaguarda de organização. A Constituição de 1988 marca o início de mudanças aceleradas. Graças ao esforço de índios, religiosos, parlamentares aliados, antropólogos entre outros, consegue-se um texto avançado que rompia com a tutela sobre os índios e a ideia de índio “incapaz”, e que deixava ao estado a competência para demarcar e proteger as terras indígenas.

O Estado de Roraima é a unidade da federação que está localizado ao norte do país, que integra a Amazônia Ocidental possui fronteiras com a República Cooperativista da Guiana e com a República Bolivariana da Venezuela. Da área total do estado de Roraima que soma 224.298,980 km², 46,37% é composta por terras indígenas totalizando 104.018,00 km² distribuídas em trinta e duas Terras Indígenas, sendo estas contínuas ou em ilhas. São ao redor de 49.637 indígenas pertencentes a oito etnias. Sendo os Macuxi a mais numerosa, tendo ocorrência de outros povos indígenas como os Taurepang, Ingarikó, Patamona, Waiwai, Waimiri-Atroari, Maiongong e Wapixana.

O presente trabalho visa discutir as relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem na terra Indígena de São Marcos, mais especificamente na área conhecida como baixo São Marcos que está localizada na Região Sul da Terra Indígena. Ou seja, de forma analítica será compreendida a relação dos povos indígenas com o meio natural em que vivem, configurando uma transformação no espaço, através das ações humanas, mediadas pela cultura.

Passemos ainda a conhecer a Comunidade Indígena da Ilha que fica localizada no município de Boa Vista sentido leste e fica dentro da terra indígena São Marcos. Esta terra é banhada em seus limites pelos rios Parimé e Uraricoera do lado oeste e pelos rios Miang, Surumu e Tacutu a leste. Todos esses rios são perenes e ricos em peixes dos quais as populações indígenas que habitam essa região retiram parte de seu sustento.

Situada em região de lavrado no estado de Roraima, a terra indígena de São Marcos, nos instiga a fazer uma análise sobre o modo de vida deste povo e suas sucessivas relações com o meio ambiente, onde tal, relação produz transformações no espaço geográfico, a qual é chamada de paisagem geográfica.

Os indígenas da referida comunidade desenvolvem atividades agrícolas e agropecuárias e têm vivenciado um processo de significativa mudança nos hábitos alimentares e culturais. De modo geral, a alimentação dos indígenas da região era composta tradicionalmente pela fruta do buritizeiro coletada para o preparo de uma bebida chamada de ‘vinho’ de buriti, muito consumido pelos indígenas como um complemento alimentar. E dentre os frutos mais apreciados e consumidos está a fruta do buriti, o mirixi, araçá, jenipapo, taperebá e taxí e, e claro que também existia o consumo do peixe e outros tipos de carnes de caças.

Ademais a presente pesquisa, busca fazer uma análise de como ocorre a utilização dos recursos naturais disponíveis no território da comunidade. Levando em consideração as duas estações do ano que são os períodos do inverno (período chuvoso) e verão (período de estiagem). Haja vista, que os indígenas da área de pesquisa guardam e mantêm vivos os costumes e crenças de seus antepassados no seu dia a dia, como a caça, a pesca e o modo de preparar a terra para produzir suas roças.

Porém, esses costumes estão sofrendo forte influência da sociedade nacional, imprimindo transformações no uso do espaço, nas territorialidades e na relação com o meio ambiente.

E para sistematizar o conhecimento indígena da comunidade, será utilizada a técnica do método indutivo intercultural, cujo, método seria uma alternativa teórico-metodológica, que pressupõe a pesquisa e utilização dos calendários de atividades socioecológicas ou sicionaturais dos povos indígenas (GASCHÉ, 2008).

O método indutivo intercultural se inicia com a observação das atividades cotidianas da comunidade indígena da qual se está fazendo a pesquisa. Ou seja, aquilo que já se sabe e se faz rotineiramente no cotidiano da comunidade, explicitando essas concepções e práticas implícitas à atividade.

E posteriormente as atividades são classificadas em termos de indicadores sicionaturais, como por exemplo: atividades humanas, conhecimentos astronômicos, indicadores climáticos, indicadores vegetais, indicadores animais e problemas socioambientais e saúde. Em termos gerais, o método indutivo intercultural resgata o fazer e o saber fazer presente nas práticas sociais da comunidade, valorizando os conhecimentos e saberes presentes nessas atividades.

A técnica metodológica de construção do calendário cultural seria a sistematização desses conhecimentos analisados através do método indutivo intercultural na comunidade

indígena. Onde, serão analisadas as atividades sacionaturais dos indígenas no decorrer dos doze meses do ano. No entanto, nesta dissertação de mestrado os recortes se darão por mês e não por temas ou indicadores sacionaturais.

O presente trabalho vem corroborar para um esforço teórico analítico, pautado em discussões teórico comparativo entre as visões geográficas e antropológicas sobre os temas territorialidade e espacialidade indígena na formação de paisagens culturais, cujo, intuito nos levará a uma compreensão mais profunda sobre a organização de tais indivíduos no espaço, sintetizada através de suas territorialidades.

O estudo justifica-se pela exposição às transformações ambientais e socioeconômicas a que estão expostos os povos indígenas. Considera-se de alta relevância a realização deste estudo, que propõe também compreender as relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem na terra Indígena de São Marcos bem como a necessidade que a própria população forneça informações úteis para a construção de indicadores de suas condições de vida, especialmente nos aspectos socioespaciais.

A escolha do tema deste estudo surgiu pela percepção da importância em promover discussões acerca das transformações culturais e a relação socioespacial dos povos indígenas, em que houve uma maior aproximação do tema a partir das visitas a comunidade indígena Ilha e foi possível perceber a forma que se organiza.

Neste estudo buscou-se compreender as relações socioespaciais no contexto da realidade vivenciada pela comunidade indígena Ilha. E também, propõe-se mostrar outro conceito entendido como sinônimo de território, o espaço geográfico e pode ser destacado como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente.

Pode-se entender território como delimitado, construído e desconstruído pelas possíveis relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações à medida que o tempo passa. Sendo que a delimitação pode ainda não ocorrer de forma precisa ocorrendo de maneira irregular ou mesmo mudar através dos tempos históricos e ainda acontecer transformações nas relações sociais que se tornam cada vez mais complexas.

Com base no conceito de território apontado como espaço delimitado e que pode mudar conforme as relações dos atores sociais envolvidos. Diante deste panorama, a análise territorial, incita a buscar e considerar elementos naturais e humanos que compõem tal relação socioespacial. Nesse contexto as reflexões trazem contribuições interdisciplinares por lidar

com temática cujo estudo é “restrito” a antropólogos e núcleos de estudos voltados para a questão indígena.

Vale ainda destacar que a referida dissertação de mestrado está dividida em três capítulos sendo o primeiro intitulado elemento de geo-história dos povos e terras indígenas de Roraima, o segundo capítulo intitulado a Terra Indígena São Marcos e o terceiro e último capítulo é intitulado o método do calendário cultural e os conceitos a ele relacionados.

Sendo que o primeiro capítulo faz uma contextualização da história dos povos indígenas do Brasil e Roraima, levando em conta os processos históricos, sociais, políticos e jurídicos na conformação do território brasileiro e das próprias terras indígenas. Além disso, o primeiro capítulo está dividido em duas seções : 1) antecedentes históricos dos povos indígenas para se chegar no que hoje é terra indígena e 2) o que são terras indígenas. E para uma melhor compreensão teórica e analítica do referido tema, foi utilizado alguns conceitos da Geografia para caracterizar o processo de desterritorialização e reterritorialização dos povos indígenas de suas terras e como se encontra a situação das terras na atualidade.

O segundo capítulo fala sobre a historicidade da área que está localizada a Terra Indígena São Marcos, levando em consideração todo o processo histórico que levou a reterritorialização do espaço geográfico pelos povos indígenas que habitam aquela área e conseqüentemente a ocupação da área que hoje corresponde à comunidade da Ilha. E o segundo capítulo está dividido nas seguintes seções: 1) História da Terra Indígena São Marcos, 2) a caracterização geográfica da Terra indígena São Marcos, 3) caracterização econômica, organização política e as organizações indígenas e 4) a comunidade da Ilha.

O terceiro capítulo explicita o método do calendário cultural, visando mostrar as técnicas metodológicas e conceitos relacionados com o calendário cultural ou calendário sionatural na elaboração e construção do mesmo nos moldes da comunidade da Ilha. E também é mostrado o processo e cultivo da melancia dentro dos parâmetros dos indicadores vegetais relacionados à monocultura da melancia e correlacionado com conceitos geográficos.

Em linhas gerais, o presente trabalho irá trazer contribuições de suma importância para a região de estudo por tratar de temática que vem de encontro e ao anseio do movimento indígena que visa reavivar a cultura dos povos indígena. Haja vista, que ao final do projeto serão confeccionados materiais pedagógicos impressos e através de mídias que serão entregues nas escolas para uso dos alunos e da comunidade em geral.

***ELEMENTOS DE GEOHISTÓRIA DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DE
RORAIMA***

ELEMENTOS DE GEOHISTÓRIA DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DE RORAIMA

O presente capítulo faz uma discussão sobre os antecedentes históricos dos povos indígenas no Brasil de modo a fazer uma reflexão sobre a configuração territorial que se inicia com os primeiros moradores que migraram da Ásia para a América do sul, a cerca de 11 mil anos atrás e conseqüentemente povoando esse espaço territorial conhecido como Brasil.

Além das seções presente neste capítulo que traz uma discussão sobre o conceito de terra indígena e mostrando como foi a dinâmica de formação e criação desses espaços territoriais indígenas no nível nacional e local, levando em consideração os processos sociais, políticos e normativos para a criação de tais terras e também assegurando os direitos originários dos indígenas.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS POVOS INDÍGENAS PARA SE CHEGAR NO QUE HOJE É TERRA INDÍGENA

Antes da chegada dos europeus no Brasil no caso os portugueses, já existiam vários grupos indígenas habitando no território brasileiro. Diante da variedade de povos indígenas que moravam no Brasil e que tinham seus costumes, tradições e crenças praticadas no território brasileiro, o europeu foi mais um povo que se instalou aqui.

Quanto ao estudo dos povos indígenas que vivem no território brasileiro e em geral na América do Sul, pode-se afirmar que as discussões quanto a sua origem contempla várias áreas científicas que vai desde a Geografia, passando pela Antropologia, Arqueologia e da História. Assim:

De acordo com a teoria mais plausível e mais aceita, a América teria sido povoada por caçadores nômades que migraram da Ásia, cruzando pela ponte de gelo que, durante as eras glaciais, unia a Sibéria ao Alasca, através do estreito de Bering. Esse movimento migratório teria começado há cerca de 11 mil anos, data dos vestígios mais antigos descobertos até agora (BUENO, 1998, p.8).

A partir de relatos dos descobridores em cartas e de pesquisadores que estudam a historiografia dos povos indígenas do Brasil, pode-se concluir a forma com que os indígenas viviam como sociedade. Sabe-se que os indígenas não tinham a mesma visão capitalista dos

europeus, haja vista, que viviam em sociedades na qual não havia desigualdades sociais, tão pouco disputa de poder econômico, conforme o sentido do termo na atualidade.

Além disso, os povos indígenas são sociedades que se desenvolvem a partir da posse coletiva da terra e dos recursos nela existentes e da socialização do conhecimento básico indispensável à sobrevivência física e ao equilíbrio sociocultural dos membros da comunidade.

Deste modo, pode-se entender que os indígenas valorizavam a terra e não degradavam o meio ambiente em grandes escalas como o homem da sociedade nacional o faz, haja vista que este era o meio de sobrevivência das comunidades e tinham atividades de subsistência como a caça, a pesca, a coleta de frutos, a agricultura e bem como a confecção de ornamentos, ferramentas e utensílios sendo que todas estas atividades eram para manter o bom funcionamento da sociedade indígena.

Diferentemente da sociedade indígena, os europeus, chegaram ao Brasil com o intuito de obter riquezas e poder, enquanto que os indígenas somente utilizavam a terra, a água, a floresta e caçavam para a sobrevivência de seu povo de forma que não havia grandes prejuízos ao meio ambiente, pois, suas técnicas de trabalho eram bastante adequadas a necessidades diárias.

Porquanto, com essa visão de mundo essas sociedades indígenas desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visavam o lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos ao longo dos doze meses do ano.

Com toda simplicidade, em relação ao modo de viver, os povos indígenas tinham suas técnicas para sobreviver e explorar o ambiente ao qual eles se relacionavam. De modo que transformavam e modificavam a paisagem geográfica de algumas regiões que eram habitadas por grupos indígenas, bem antes da interferência dos portugueses na sociedade brasileira nativa.

Com a chegada dos portugueses houve uma mudança nessa relação do homem com a natureza e com o território. Essa nova configuração possibilitou aos portugueses ter um domínio de “poder” projetando a sua ocupação nessa área e a transformando conforme a sua afirmação de domínio. Assim, a característica fundamental do território não é a área natural, mas a existência de um poder de dominação sobre essa área.

Território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas de determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder:

Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Assim, território é o resultado das possibilidades e o resultado da ação humana em um jogo distante do seu fim. Por isso, o território também é um trunfo nas mãos de quem os detêm, mas representa possibilidades para quem não o detêm. Desse modo, o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz.

E foi o que aconteceu com os povos indígenas do Brasil com a chegada dos portugueses e demais europeus ao longo do século do descobrimento. Um território que antes estava em posse e poder dos vários grupos étnicos indígenas que usufruíam de todos seus benefícios. E de uma forma bruta ser tomado por invasores que usurparam todos os direitos daqueles povos que habitavam o Brasil na hora da chegada dos europeus nestas terras.

Desfazendo uma identidade local e impondo uma nova com características hegemônicas e estadocentristas a partir da transformação do território que é a produção humana e também fazendo uso dos recursos que dão as condições da nossa existência e sobrevivência. Sendo que o primeiro destes recursos é o espaço geográfico, conforme a literatura geográfica clássica ensina.

Com os portugueses se instalando em solo brasileiro houve uma mudança no espaço geográfico, no território e nas territorialidades existentes e nas novas exercidas pelos portugueses, pois, os novos habitantes do Brasil começaram a se organizar politicamente e administrativamente para que o território brasileiro não pudesse ser invadido por povos de outras nações europeias que queriam se beneficiar dos recursos naturais existentes nesse território (MELHEM, 1999).

Para entender, como se deu a dinâmica de ocupação do espaço geográfico brasileiro é necessário compreender o conceito de espaço geográfico, território, territorialidade, territorialização e desterritorialização. Conforme La Blache (1982) apud Braga (2007, p.66), “a geografia humana abarca os aspectos físicos e humanos, mas que podem ser estudados de

forma separada”. No entanto, há uma relação entre homem e natureza a qual o homem domina a natureza e ao mesmo é dominado por ela.

Ademais, o homem transforma o meio através da técnica que tende a fixá-lo ou enraizá-lo no ambiente. A cultura (modo de vida) é vista como enraizamento ambiental que forma um território. O espaço seria essa coabitação de homem e natureza e é prenhe de intencionalidade (já que depende da vontade do homem) (BRAGA, 2007).

Ao longo da história da Geografia, o espaço geográfico foi concebido de diferentes maneiras e de várias concepções teóricas, entretanto, não é o objetivo desse trabalho discutir tais conceitos. Tomamos como referência para nossas finalidades, o conceito expresso por Santos (2012) no qual o espaço constitui “um sistema de objetos e um sistema de ações” que:

É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2012, p. 63).

O conceito de espaço geográfico como objeto da geografia é um conceito que colabora para uma compreensão da realidade, haja vista, que esse conceito está inserido em várias outras categorias de análise que envolve ou atribui dimensões filosóficas das quais a natureza, a sociedade, o tempo e o espaço são determinantes para a concepção e construção deste conceito na geografia.

Entre os sistemas de objetos e ações há uma interação na qual os sistemas de objetos condicionam a forma com que se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes na qual o espaço encontra a sua dinâmica e transforma. Ou seja, o sistema de objetos nos leva à análise das forças produtivas, enquanto a análise do sistema de ações nos leva à análise das relações sociais de produção, embora não seja possível isolar estas relações, pois, são interdependentes.

Tal linha de raciocínio exposta por Santos (2012) é influenciada pelo pensamento de Lefebvre (1992), que entende o espaço geográfico como um produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, como suporte para que elas aconteçam.

Lefebvre trabalha com espaço social e os outros geógrafos utilizaram este conceito para, a partir de uma interpretação geográfica, propor o conceito de espaço geográfico. Esses

dois conceitos (espaço social e espaço geográfico) são elaborados a partir da compreensão dos mesmos elementos da realidade, e o que os diferencia é a forma como as relações sociais e os objetos são enfatizados.

Além disso, o espaço social compreende as relações sociais e não pode ser resumido ao espaço físico, ele é o espaço da vida social. Sua base é a natureza ou espaço físico, o qual o homem transforma com seu trabalho, ou seja, “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 1992, p.26).

Ademais, o espaço social contém dois tipos de relações a partir das quais o homem interage/modifica a natureza, condição que irá nos ajudar a analisar as dinâmicas das relações socioespaciais dos povos indígenas e dos portugueses na conformação das territorialidades que fizeram a composição do espaço geográfico brasileiro no período colonial e as novas dos tempos atuais.

O espaço geográfico foi reconfigurado através da transformação do mesmo pelo homem (relação sociedade-espaço), tendo como finalidade a intencionalidade humana. Pode-se encontrar no espaço geográfico formas "naturais" (rios, planaltos, planícies e etc...) e artificiais (casas, avenidas, pontes...). 1) as relações sociais de reprodução, isto é, as relações biopsicológicas entre os sexos e entre os grupos etários, junto com a organização específica da família e 2) as relações de produção, ou seja, a divisão do trabalho e sua organização na forma de funções sociais hierárquicas (LEFEBVRE, 1992, p.32).

Por conseguinte, Lefebvre propõe que a produção do espaço ocorre partir de três elementos: 1) prática social (espaço percebido pelos indivíduos), 2) representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.) e 3) espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos).

Seguindo essa linha de pensamento de Lefebvre, podemos correlaciona-la com a produção do espaço que foi vivida pelos povos indígenas no período colonial, haja vista, que houve uma relação socioespacial dos grupos indígenas que viveram nesse espaço geográfico. Ou seja, houve uma relação entre homem e natureza e entre os grupos humanos que também produziram suas relações sociais de produção. Temos como exemplo a própria divisão de trabalho dos povos indígenas que é dividida por gêneros e faixa etária.

E, por conseguinte, as práticas sociais dos povos indígenas foram sendo substituídas por representações do espaço imposta pelos portugueses como a introdução de técnicas e tecnologias para a exploração dos recursos naturais e organização espacial para uma melhor administração do território como a introdução de ferramentas para exploração e usos de animais para transportes e para aradar o solo.

E o espaço representacional que antes era habitado pelos povos que moravam naquele território foi modificado com a presença do português que tinha uma cultura diferente e possuía interesses econômicos envolvidos. Ou seja, o europeu apropriou-se de uma natureza e de territórios já humanizados ou transformados, em maior ou menor grau, por povos que aqui viviam e que tinha cultura e organização espacial própria.

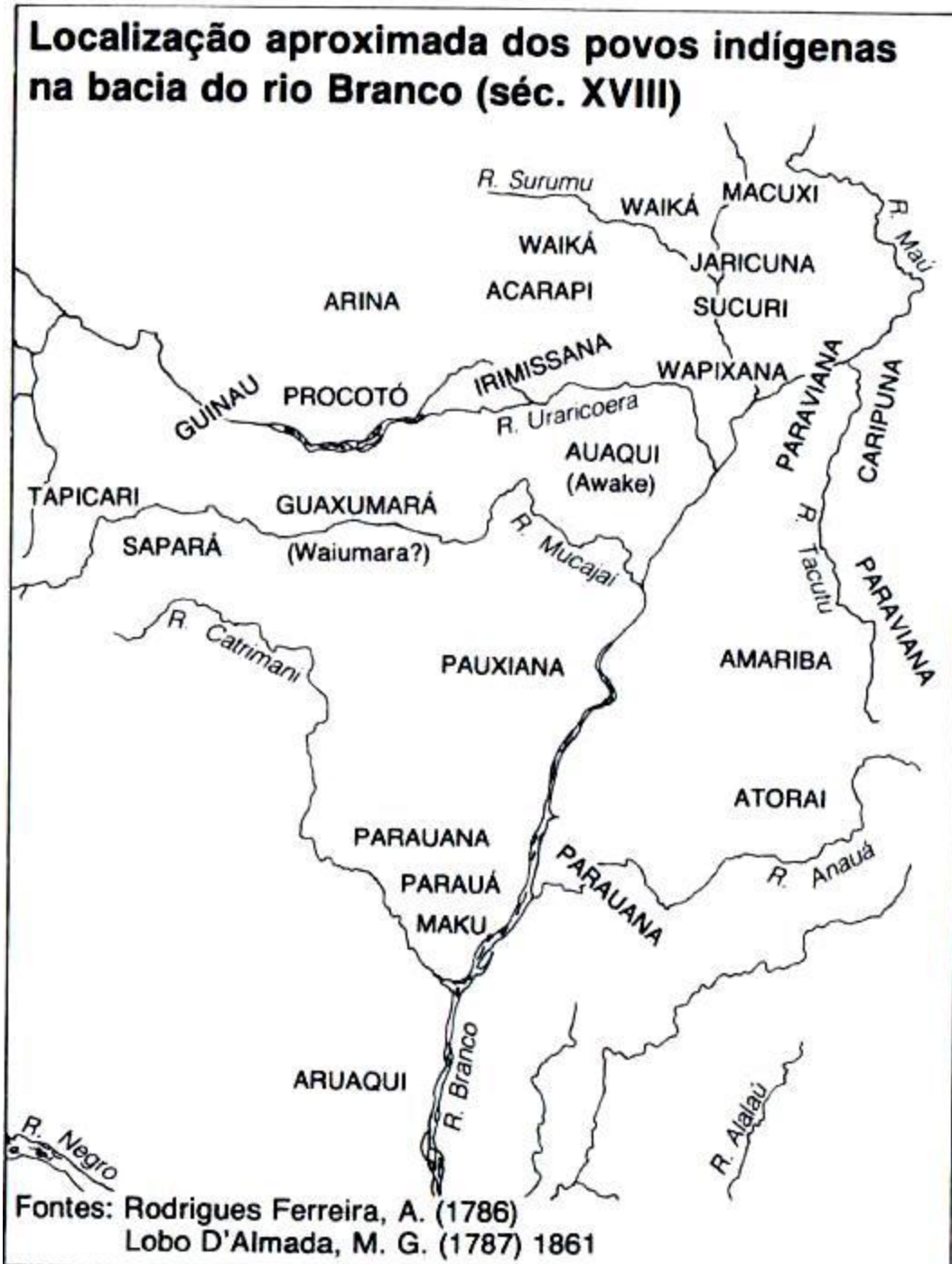
De um modo geral, podemos identificar as seguintes proposições em Lefebvre (1992), que contribuem para a formulação do conceito de espaço geográfico: a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas, e e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

Os geógrafos encontraram nessas proposições de Lefebvre a base para a construção do conceito de espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) que permitisse a inserção e consolidação da Geografia como ciência social. Para o estabelecimento do conceito de espaço geográfico foi necessário “teorizar” essas proposições de Lefebvre, ou seja, operacionalizá-las no contexto das teorias e práticas próprias da ciência geográfica.

Ademais, Santos (2012), apresenta a proposta de uma teoria geográfica do espaço que comporta elementos propostos por Lefebvre, porém não se limita a eles. Ele traz esses elementos para a geografia e apresenta o conceito de espaço geográfico de forma mais ampla e inclui as categorias formas, função, estrutura, processo e totalidade fato que ira nos ajudar a compreender esse processo geohistórico dos indígenas no Brasil e em Roraima na conformação do território.

Por conseguinte, como os conceitos de espaço geográfico e território estão intimamente ligados e que espaço geográfico vem antes de território geográfico, faz se necessário discorrer a respeito do conceito de território levando em consideração a organização social dos indígenas na ocupação do território e a nova configuração territorial que se inicia no território brasileiro com as tomadas de decisão politico-administrava da coroa portuguesa para assegurar a soberania na colônia. Conforme a figura do mapa da região da bacia do rio Branco:

Figura 1- Configuração espacial das etnias indígenas no vale do rio Branco.



Fonte: Farage; Santilli (1992, p.269).

Como o conceito de espaço e território é indissociável, tomemos como referência para discorrer sobre território Raffestin (1993), ele concebe o espaço como algo dado, ponto de partida. E considera o espaço como receptáculo, “o espaço é, de certa forma, ‘dado’ como

se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática.” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

A principal contribuição de Raffestin (1993), é a proposição de uma abordagem relacional do território, na qual ele é indissociável do poder. Fato que irá contribuir na análise da relação de espaço e poder na conformação e configuração do território brasileiro e também no que se refere à imposição de uma cultura e forma de ocupação do espaço, através do poder.

Logo após o “descobrimento” do Brasil em 1500, a coroa portuguesa começou a temer invasões estrangeiras no território brasileiro. Esse temor era real, pois corsários e piratas ingleses, franceses e holandeses viviam saqueando as riquezas da terra recém-descoberta. Então, viu-se que era necessário colonizar o Brasil e administrar de forma eficiente.

A partir daí, se seguiu a política de colonização que se iniciou com a implantação das capitâneas hereditárias entre os anos de 1534 e 1536. O rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Estas enormes faixas de terras, conhecidas como Capitâneas Hereditárias, foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território.

Em troca destes serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região. Além disso, esses territórios seriam transmitidos de forma hereditária. Ou seja, passaria de pai para filho situação que explica o nome deste sistema administrativo da colônia portuguesa no Brasil.

No entanto, as dificuldades de administração das capitâneas eram inúmeras. A distância de Portugal, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema. Com exceção das capitâneas de Pernambuco e São Vicente, todas acabaram fracassando. Desta forma, em 1549, o rei de Portugal criou um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. Este seria mais centralizador, cabendo ao governador geral às funções antes atribuídas aos donatários.

Tomando esta proposição como referência, partimos do princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. A intensidade e a

forma da ação de poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios.

Desta forma, pode-se assumir que, dependendo dos objetivos do sujeito que produz o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? e também, quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 2003, p.79).

Compreendendo que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm objetivo de criar territórios, aos quais denominamos sujeitos territoriais. Esses são os mesmos sujeitos apresentados por Brunet (2001), o indivíduo (e/ou a família), os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas.

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, os sujeitos promovem o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) (RAFFESTIN, 1993 apud HAESBAERT, 2010, p.170). No entanto, no início do “descobrimento” o que era mais evidente era o processo de territorialização dos portugueses em solo brasileiro e a desterritorialização sofrida pelos povos indígenas em seus territórios ao qual possuíam há séculos, e conseqüentemente eram expulsos pelos invasores. Ou seja, em parte os portugueses tomaram as terras dos índios e implantaram a cultura europeia a qual tornaram os indígenas a mercê de suas vontades e regras e sem territórios para perpetuação sua cultura e crenças.

Para caracterizar a disputa entre os sujeitos no processo de TDR podemos utilizar a noção de poder, que a define como “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Com base nas proposições de Fernandes (2005), sobre territórios materiais e territórios imateriais, assumimos que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material e a dimensão imaterial. Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica.

A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações,

representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder.

Foi o que ficou evidente com os sistemas administrativos implantados no Brasil pela coroa portuguesa de forma a centralizar o poder e as decisões que eram tomadas tanto pelos donatários e posteriormente pelos governadores gerais na implantação do poder do Estado português na então colônia portuguesa. Ademais, os povos indígenas se tornaram objetos geográficos dominados pelo sujeito territorial dominador de forma que no início da ocupação os indígenas não tiveram poder de reação nessa disputa de forças e conseqüentemente foram subjugados a trabalhar de forma escravizada na produção do espaço do território brasileiro para os portugueses.

Este tipo de análise pode ser visto nas obras de Santos (2012) e Brunet (2001), que adotam uma leitura particular por meio desta abordagem de território. A concepção apresentada pelos autores insere a noção de território como espaço de um país apropriado por um povo. Ou seja, essa concepção de território político-administrativo revela a dinâmica do interno com o externo para uma melhor compreensão do papel do Estado na produção do espaço.

Em linhas gerais, com o avanço dos invasores e a expulsão ou desterritorialização dos índios, fez com que os próprios indígenas decidissem em preservar a unidade e a integridade de seu modo de vida, os povos indígenas forçadamente decidiram pela migração para as áreas interioranas ou de fronteiras, cujo acesso difícil tornava o contato com o branco improvável ou impossibilitava a este exercer seu domínio. Essa alternativa, porém, teve um preço alto para os povos indígenas, forçando-os a adaptar-se a regiões mais pobres ou regiões onde era muito difícil de morar. Tal situação, ainda reflete aos dias de hoje no Brasil e em especial no Estado de Roraima aos quais alguns povos vivem e tem suas terras em regiões de fronteiras e de difícil acesso.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência (CUNHA,1992,p.134).

Os indígenas ainda tentaram resistir à invasão dos estrangeiros só que as armas dos invasores faziam mais efeito do que as flechas dos povos indígenas. No entanto, entre escolher o enfrentamento, a submissão ou a escravidão, o isolamento geográfico foi o que

permitiu parcialmente aos indígenas preservar sua herança social, cultural e suas relações socioespaciais.

2. 1.1.DINÂMICA DE FORMAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A presente seção traz uma discussão sobre o conceito de terra indígena e como ocorreu o processo de formação e criação dessas áreas no âmbito nacional e local, levando em conta os processos sociais, políticos e normativos para a criação de tais terras e também resguardando os direitos originários dos indígenas.

2.1.2 Brasil

O histórico da colonização do território brasileiro revela que as terras inicialmente pertencentes à população indígena, há mais de quinhentos anos vêm sendo objeto de apropriação indevida e usurpação de direitos de forma que os povos indígenas se tornavam meros espectadores passivos no sentido de que não tinham nenhum poder de reação para responder à altura as agressões praticadas pela sociedade nacional e pelo Estado nacional vigente.

Nas décadas mais recentes da história do Brasil, se verifica a expansão da fronteira agropecuária em direção aos recantos mais longínquos do território nacional, avançando sobre os espaços tradicionalmente habitados pelos povos indígenas e imprimindo contra eles ações violentas, mudando o curso das relações sociais e relações socioespaciais existente entre os povos indígenas.

O próprio estado brasileiro, através de suas políticas desenvolvimentistas, colaborou nos processos de desterritorialização dos grupos indígenas, desrespeitando as suas formas habituais de territorialidade e toda sua dinâmica de ocupação do espaço geográfico que possuíam bem antes da chegada dos portugueses nesse território que posteriormente viria se chamar Brasil.

Para se chegar hoje no que é terra indígena é necessário entender o processo que ocasionou a criação das terras indígenas no Brasil. Para ter, essa compreensão é necessária uma discussão bem ampla sobre o conceito de desterritorialização e reterritorialização na geografia, conforme Haesbaert (2006) e Tomlinson (2006):

É importante enfatizar que a desterritorialização não é um processo linear, de mão única, mas um processo caracterizado pela própria globalização. Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. Desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço (HAESBAERT apud TOMLINSON 2006, p. 148-149).

Nesse sentido, conduzir os conhecimentos da região e do território pela complexidade do pensamento e do comportamento humano retoma a ideia de Santos quando diz que “cada momento histórico cada elemento muda o seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo”. (SANTOS, 1997, p. 9).

Sabendo que a desterritorialização é um processo de “transformação”, logo essa “transformação” se materializa em algo “novo” que é reterritorializado. Assim, o primeiro se desterritorializa para em seguida reterritorializar. A reterritorialização é uma nova projeção do território, que foi influenciado por dinâmicas ou agentes de caráter variado.

Fator que torna bem interessante o processo de desterritorialização e reterritorialização, pois, o território em sua base material ou natural é apropriado por grupo social, que passa a manter uma relação de apropriação e dominação com esse território; essa relação resulta na construção do território, esse domínio pode assumir características econômicas, políticas e culturais, assim, o território admite características múltiplas e integradoras mediadas por relações de poder.

Baseando-se em Haesbaert (2010), amplia-se ainda mais a definição de desterritorialização, pois, o autor trata de um conceito que se relaciona a uma visão parcial do que se entende por território e relaciona como um espaço sobre o qual se exerce um controle político e como tal um controle de acesso. No entanto ele não observa a desterritorialização como um processo que só destrói os processos políticos e culturais de um povo ou de uma nação.

Entretanto, se ampliarmos essa definição, incorporando à dominação política uma apropriação simbólico-cultural, veremos que a desterritorialização não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto (HAESBAERT, 2010.p.168).

No entanto, é importante perceber que a produção do espaço envolve sempre, de forma simultânea a desterritorialização e a reterritorialização conforme Yves Barel apud Haesbaert (2010.p.170):

(...) seria interessante se apresentar a mudança social (e seu contrário, o bloqueio) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte esta: a vida e a morte dos territórios. Estes territórios têm uma história. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Bem entendido, a história territorial da transformação social resta inteira por escrever. (...) De uma certa maneira, pode –se representar a modernidade como o lento aparecimento de códigos desterritorializantes que engendram seu contrário, isto é, a necessidade de novos territórios (BAREL,1986, p.139 Apud HAESBAERT,2010, p.170).

Em linhas gerais, o processo de desterritorialização pode ser de caráter simbólico com a destruição de símbolos ou marco histórico, identidades, político ou econômico no sentido de que há uma destruição de antigos laços de fronteiras político-econômica de integração. Ou seja, pode ser entendido como um processo de novas territorialidades e novas relações humanas de poder (econômico, político e cultural) que determinam a vida social, essas territorialidades geram movimentos de transformação entre o velho e o novo como aponta Saquet:

O velho é criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente no novo. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica (SAQUET, 2007, p.161).

A dinâmica do grupo social estabelece no território um movimento de abandono (saída/fuga) e um movimento de criação (reconstrução), então se pode concluir que a desterritorialização (o velho) é a primeira condição, assumindo um caráter destruidor, e a reterritorialização (o novo) segunda condição é um caráter construtor, a reconstrução do novo, esses processos ocorrem simultaneamente logo que o território se desterritorializa ele começa a se reterritorializar.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializado; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. (...) os processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização estão ligados, completam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade (SAQUET 2007, p.163).

O processo de produção do território se faz na construção ou destruição do território. No entanto, é necessário esclarecer que a desterritorialização não significa a extinção ou fim do território. O que ocorre na realidade é que o território “antigo” após um agenciamento seja de um grupo social, de uma empresa, ou até mesmo do Estado ganha uma nova função e conseqüentemente uma nova forma.

A partir daí, o território “novo” ou reterritorializado assume uma nova dinâmica, inserindo ou não os agentes sociais que preexistiam no processo de (re)produção do território, quando a territorialidade desses agentes ou o conjunto de prática desses grupos que garantem a apropriação e permanência nesse território não funcionam, como afirma Corrêa (2002,p.251), eles ficam “sem uma nova territorialidade” estando excluído do processo social, tornando-se um enorme contingente de migrantes.

A desterritorialidade desses agentes que sofrem com um processo desterritorializador é excludente, e um exemplo claro disso estar no uso racional do território, aqui entendido como a substituição de atividades primárias (de caráter rudimentar) por forma mais complexa. Tal situação é reveladora, pois, mostra de fato uma semelhança com a desterritorialização dos povos indígenas no Brasil. Assim:

Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo (CORRÊA, 2002, p. 252)

Em linhas gerais, o que fica evidente é que a desterritorialização dos povos indígenas mudou toda a dinâmica de produção espacial do território que antes era feita de forma simples pelos indígenas e que agora é usado técnicas mais avançadas para transformar e construir dimensões sociais e espaciais do mesmo território.

No entanto, passados alguns séculos foi iniciado um novo processo de reterritorialização que culminou com a criação das terras indígenas e que nesse processo ficaram evidentes novos elementos socioculturais que foram elos construtores para a constituição socioterritorial do espaço geográfico brasileira. Pois, historicamente o Brasil se consolidou como um país latifundiário de caráter agroexportador e com elementos simbólicos que o caracterizava em tal situação.

E no decorrer desse processo de reterritorialização dos povos indígenas do Brasil os seus espaços socioculturais foram recriados e em muitos dos casos foi distante de suas regiões de origem aos quais, seus antepassados tinham suas dominações territoriais e conseqüentemente suas territorialidades, como aponta Bueno:

Potiguar: penhoravam a costa desde São Luís até as margens do Paraíba, e das margens do Rio Acaraú, no Ceará, até a cidade de João Pessoa, na Paraíba; Tremembé: não-tupis, viviam do sul do Maranhão ao norte do Ceará, entre os dois territórios potiguares; Tabajara: viviam entre a foz do Rio Paraíba e a ilha de Itamaracá; Caeté: viviam desde a ilha de Itamaracá até as margens do Rio São Francisco; tupinambás: povo tupi por excelência, ocupavam da margem direita do rio São Francisco até o Recôncavo Baiano; Aimoré: viviam do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo; Tupiniquim: viviam no sul da Bahia e em São Paulo, entre Santos e Bertioga; Temiminó: ocupavam a ilha do Governador, na baía de Guanabara, e o sul do Espírito Santo; Goitacá: ocupavam a foz do Rio Paraíba; Tamoio: verdadeiros senhores da baía de Guanabara; Carijó: Seu território ia de Cananéia (SP) até a Lagoa dos Patos (RS) (BUENO,1998,p.10).

O que fica evidente é que os povos indígenas viviam nas regiões do litoral brasileiro e com o decorrer da colonização do espaço territorial brasileiro eles foram sendo “empurrados” para as regiões mais interioranas do país e de difícil acesso para a população nacional não indígena.

E com o passar dos séculos o crescimento populacional do país e as ações desenvolvimentistas do Estado brasileiro para o interior do país o estado brasileiro teve novas configurações e divisões de unidades federativas, e, é claro também a criação de terras indígenas que teve um longo processo na historia tanto do Brasil como na dos indígenas e que teve a participação e contribuição de pessoas ligadas a defesa da causa indígena.

Sendo assim, é necessário falar das contribuições dos indigenistas e teóricos estrangeiros e brasileiros, pois, eles estão ligados a historia e as lutas dos povos indígenas do Brasil para a criação das terras indígenas. E dentre eles destaca-se o etnólogo Claude Lévi-Strauss (1996), que tendo vindo para o Brasil em 1935 para se juntar a um grupo de professores franceses da recém-inaugurada USP, acabou se interessando de forma tão intensa pela vida indígena que Conforme (BUENO, 1998, p.13):

[...] manteve contato, estudou e apaixonou-se pelos cadíueus e bororos de Mato Grosso e pelos nhambiquaras, de Rondônia. A pesquisa profunda que fez de suas estruturas de parentesco, de suas tatuagens e de sua riqueza linguística ajudou a romper com o evolucionismo linear e a dar uma nova dimensão para a etnologia.

Outro personagem importante que contribuiu com a causa indígena foi o brasileiro marechal Rondon que era militar e sertanista e que tinha suas origens na descendência dos índios terena. E uma de suas importantes contribuições foi à criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Rondon foi considerado um grande pacifista na causa de defesa dos povos indígenas brasileiros no início do século XX.

Outros sertanistas que tiveram suas parcelas de contribuição com a causa indígena foram os irmãos Villas Boas que também participaram da expedição comandada pelo próprio marechal Rondon que tinha a missão de ligar a rede telegráfica brasileira entre os Estados de Mato Grosso e Acre e por determinação de Rondon participaram da expedição para atravessar o Rio das Mortes para fazer a pacificação dos índios dos xavantes, jurunas e caiabis.

Além disso, participaram de um fato que teve grande importância e proporcionou consequências positivas para história dos povos indígenas e que perduram até aos dias de hoje, pois, foi criada a primeira terra indígena com características preservacionistas tanto do meio ambiente como da preservação da cultura e modo de vida dos indígenas, como aponta (BUENO, 1998, p.14):

Em 1951, terminada a expedição, Orlando iniciou uma campanha pela criação de um parque nacional no Xingu, no qual a vida selvagem – e especialmente as tribos indígenas – pudesse sobreviver. Dez anos mais tarde, quando o parque, enfim, foi criado, Orlando Villas Boas tornou-se seu primeiro diretor.

A partir daí se iniciaram os processos de lutas e defesas aos povos indígenas e de suas terras aos quais se intensificaram ainda mais na segunda metade do século XX. Observa-se que o conceito de terra indígena para o próprio indígena vai além da subsistência, representa para ele o suporte de todas as suas crenças e conhecimento, além de representar o lugar, por excelência de suas interações sociais (RAMOS, 1988).

E com o advento da Constituição Federal de 1988 a qual reconhece os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo indígenas as áreas que se enquadram nessa definição. No §1º de seu artigo 231 que estabeleceu critérios para a caracterização de uma determinada porção de terras como sendo indígena, de modo que serão consideradas simultaneamente: as por eles habitadas em caráter permanente; - as utilizadas para suas atividades de agricultura; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar; as necessárias a sua reprodução física e cultural.

Ademais à análise dos critérios constitucionais estabelecidos para a definição do que sejam terras tradicionalmente ocupadas necessita ser feita particularmente, haja vista a relevância do tema e suas implicações. Ademais, será tecida uma análise e uma reflexão sobre a caracterização das terras indígenas e as relações socioespaciais dos povos indígenas no viés da geografia.

E também tendo como parâmetro norteador e para defesa dos direitos indígenas e de suas terras temos o estatuto do índio que vem como um instrumento regulamentador e um precedente para tratar de questões fundiárias as quais o artigo 231 da Constituição Federal incorporou para reger os direitos originários dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

2.1.3 Estatuto do Índio

Além da área de terra que a constituição define como sendo indígena, o estatuto do índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, em seu artigo 17, elenca outras porções do território nacional as quais atribui condições de terras indígenas. A saber:

Art. 17 – reputam-se terras indígenas:

I – as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se refere o artigo 4º, IV e 198 da constituição.

II – as área reservadas de que trata o capítulo III deste título;

III – as terras de domínio das comunidades indígenas ou silvícolas.

Além disso, na atualidade e nos termos da legislação em vigor (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades, como mostra a figura:

Quadro 1- Modalidade das Terras Indígenas

Modalidade	QTD	Superfície (ha)
Interditada	6	1.084.049,0000
Dominial	6	31.070,7025
Reserva Indígena	30	33.358,7036
Tradicionalmente ocupada	543	111.961.753,5060
Total	585	113.110.231,9121

Fonte: Adaptado de FUNAI, 2014.

Interditadas - Áreas interditadas pela Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*) para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Terras Dominiais - Terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Reservas Indígenas – Terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. Ademais são terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional.

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas - Terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, sobre o direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo decreto lei que rege os direitos dos indígenas no Brasil.

No capítulo III do título III, nos artigos 26 a 31, o Estatuto do Índio de 1973, trata das chamadas áreas reservadas, definindo quatro modalidades de terras distintas para as tais. A saber:

Art.26 - [...] paragrafo único. As áreas reservadas na forma deste artigo não se confundem com as de posse imemorial das tribos indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) Reserva indígena;
- b) Parque indígena;
- c) Colônia agrícola indígena;
- d) Território federal indígena.

Além disso, o próprio estatuto define o que seria cada uma dessas modalidades de terras que são destinadas aos povos indígenas que habitam o território brasileiro e que a ocupam tradicionalmente:

Art.27- reserva indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes a sua subsistência.

Art.28 – parque indígena é a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da união, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

Art. 29 – colônia agrícola indígena é a área destinada a exploração agropecuária, administrada pelo órgão, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional.

Art.30 – território federal indígena é a unidade administrativa subordinada a união, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formada por índios (BRASIL,1973).

Em linhas gerais, as terras indígenas são uma conquista dos povos indígenas e de seus movimentos sociais que utilizam de suas uniões para reivindicar seus direitos que em muito dos casos foram desrespeitado pelos governantes do Brasil e pela sociedade nacional e que se estende, desde a implantação dos sistemas de governança no solo Brasileiro que teve seu início há 514 anos com a chegada dos invasores. E na atualidade existem várias terras já demarcadas e outras em processos administrativos de demarcação. Conforme o quadro a seguir:

Quadro 2- Fases do Processo Administrativo das Terras Indígenas

Fase do processo	QTDE	Superfície (ha)
Delimitada	38	2.320.707,9105
Declarada	65	4.519.850,0971
Homologada	14	531.917,0096
Regularizada	426	104.589.278,4888
Total	543	111.961.753,5060
Em estudo	128	0,0000
Portaria de interdição	6	1.084.049,000

Fonte: adaptado de FUNAI, 2014.

A seguir, quadro com a situação das terras indígenas no Brasil conforme critérios da União, pois, o estado poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos povos indígenas, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais, garantindo-se as condições de sua reprodução física e cultural.

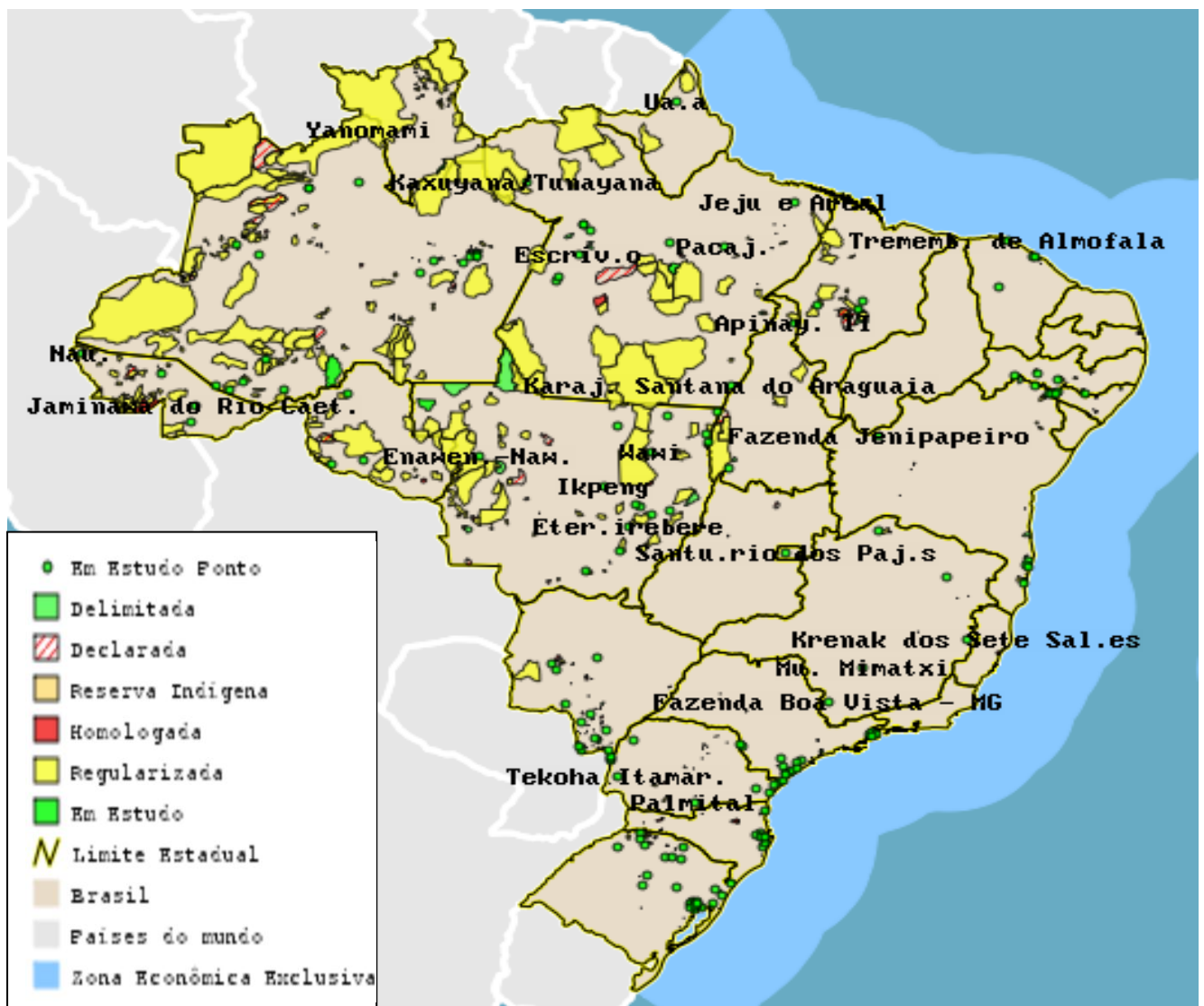
Quadro 3 - Situação das Reservas Indígenas no Brasil

Reserva indígena	QTDE	Superfície (ha)
Regularizada	36	64.429,4061
Encaminhada RI	15	57.705,9031
Total	51	122.135,3092

Fonte: adaptado de FUNAI, 2014.

A título de compreensão será mostrado um mapa com a distribuição das terras indígenas nas unidades federais do território nacional. Com Base em dados de tabelas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que o Distrito Federal (DF) e os Estados do Piauí (PI) e Rio Grande do Norte (RN) não possuía nenhuma terra indígena, homologada ou registrada, em 2010. Já os Estados de Goiás (GO), Ceará (CE) e Rio de Janeiro (RJ) apresentaram as menores áreas de terras indígenas homologadas ou registradas, com 2.420 ha, 2.463 ha e 3.612 ha, respectivamente.

Figura 02 -Distribuição das terras indígenas no Brasil.



Fonte: <http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm?8875b283efb1bf95d5cc9668bd396c4b>.

Nesse contexto, a maioria das terras indígenas foi fruto de um novo rumo constitucional que o Estado brasileiro iniciou na década de 1990 para a demarcação das terras

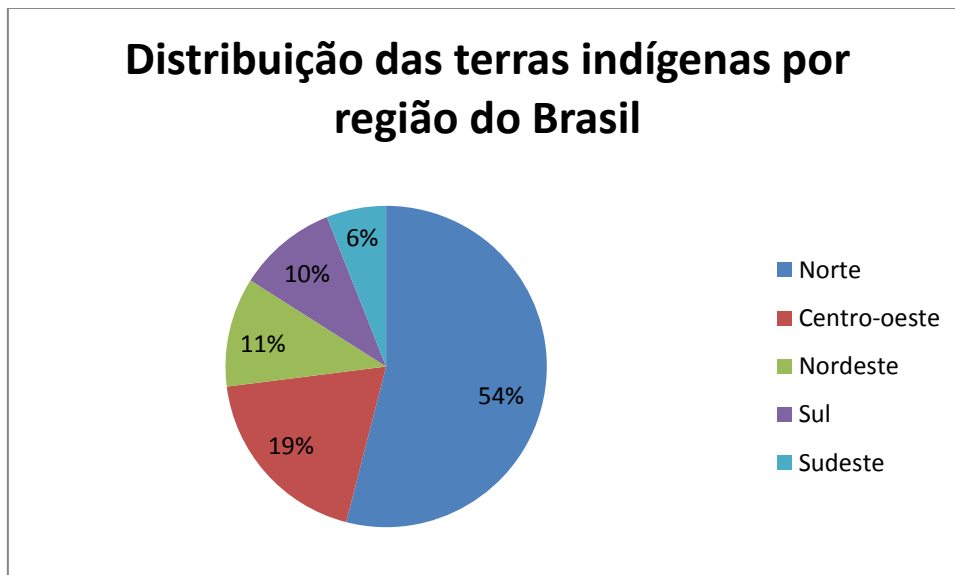
indígenas no Brasil. E a maioria destas terras indígenas está concentrada na região amazônica que tem grandes áreas demarcadas.

E, tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas terras indígenas, iniciadas pela Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*), principalmente, durante a década de 1980, no âmbito das políticas de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País.

Outro fator que evidencia essas demarcações e as concentrações de terras indígenas em certas regiões foi o crescimento da população indígena. Pois, tem ocorrido em regiões onde a grande parcela da população destes estados é de origem indígena e hoje a maioria se concentra na região amazônica.

Segundo dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 1991, 0,2% da população se declaravam indígena. Em 2000, esse percentual dobrou, chegando a 0,4%, ou 734.127 pessoas e em 2010 o IBGE registrou um percentual que voltou a subir chegando a 896 mil pessoas o que representa 0,47% da população brasileira e possuem 12,5% das terras do território brasileiro na posse dos povos indígenas.

Gráfico 1 – Distribuição das Terras Indígenas por região do país.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Em suma o processo de desterritorialização é muito complexo, pois, conforme a literatura geográfica e conforme Chelotti (2010), a maioria dos processos de desterritorialização ocorreu ou ocorrem em regiões ou países pouco desenvolvidos e onde tem

pouca capacidade de defesa dos indivíduos que são retirados de seus territórios. Seja, por motivos econômicos, políticos ou socioculturais.

Conforme Haesbaert, (2010) há um processo constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Haja vista, que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros e as demarcações das terras indígenas é um processo de reterritorialização e não de desterritorialização, haja vista, que antes do homem da sociedade nacional habitar as terras brasileiras o indígena já morava nessas terras e com o passar do tempo foi desterritorializado pelos invasores.

Ademais, tal situação se caracteriza por ser um processo que nem sempre é bem sucedido, aonde, o homem vai adaptando-se aos novos territórios, tornando-se num agente ativo do “novo” território que é territorializado por ele ou por agentes do estado ao qual tem a posse de tal espaço geográfico.

2.1.4 Roraima

Para conhecer melhor a situação das terras e povos indígenas de Roraima na atualidade é necessário conhecer a história destes povos e como se deu a dinâmica de desterritorialização e reterritorialização destas populações nativas de seus territórios tradicionais pelos invasores europeus a partir do século XVI com a chegada dos portugueses no vale do rio Branco.

A história dos povos indígenas de Roraima não é tão diferentes da história dos outros povos que habitavam o Brasil em 1500 quando esse território foi invadido pelos portugueses e demais europeus que cobiçavam as riquezas naturais do território de nosso país. Quando os portugueses descobriram o vale do rio Branco já haviam moradores nativos aqui nessa região que eram povos indígenas.

E entre os povos que habitavam essa região no período em que os portugueses começaram a fazer os aldeamentos e utilizar os indígenas como escravos destacam-se “Paraviana, Uapixana, Sapará, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana”. Acrescenta ainda que as demais tribos conhecidas, mas até então não “reduzidas”, eram: “Caripona, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapi, Sepuru, Umaiana” (SAMPAIO, 1850.p.251-253 apud DINIZ, 1972.p.28).

Com o aprisionamento e captura dos indígenas para viver nos aldeamentos criados pelos portugueses para servir como uma espécie de barreira humana para impedir a invasão de outros invasores europeus na região como os ingleses e holandeses vindos da Guiana e espanhóis vindos da Venezuela, os indígenas começaram a se afastar dessas regiões próximas aos povoados criados pelos portugueses.

Situação que evidencia o processo de desterritorialização e reterritorialização dos povos indígenas que habitavam o vale do rio branco compreende duas zonas naturais: a) floresta tropical, desde a foz do rio Branco, em ambas as margens, até Vista Alegre e Caracaráí, onde existem pequenos campos naturais, prosseguindo até alcançar o rio Mucajaí afluente da margem direita; b) campos naturais, do rio Mucajaí em diante a floresta se afasta das margens do rio Branco para dar lugar ao lavrado (campos naturais, campos gerais ou savanas).

Além disso, o rio Branco de um lado passa pelas cabeceiras do rio Cauamé, igarapé Grande, rios Amajarí e Surumu e de outro lado encontra-se o rio Quitauaú, a região da Serra da Lua que vai até a cabeceira do rio Tacutu e também são encontradas pequenas áreas de matas ao meio do lavrado que são denominadas “Ilhas” que completam a faixa da paisagem natural do vale do rio Branco.

Os principais afluentes e formadores do rio Branco que fazem parte da bacia hidrográfica do referido vale são o rio Catrimâni, o rio Uraricoera, o rio Surumu, o rio Cotingo, o rio Tacutu e o rio Maú que tornam o rio Branco navegável no período de cheias, o que facilitava as incursões dos exploradores europeus por essas regiões de campo e mata da região de Roraima (DINIZ, 1972).

A partir daí com os aldeamentos e povoados na região foram sendo criadas novas territorialidades impostas pelo Estado nacional vigente em cada período da história de Roraima e também pelas missões religiosas que eram tanto católicas como evangélicas e pelas fazendas de gado. E conforme Diniz (1998, p.152) a história de Roraima é dividida nos seguintes períodos:

O primeiro vai da “descoberta” do rio Branco pelos portugueses até o início do século XIX; o segundo vai do início do século XIX até a criação do município de Boa Vista; o terceiro inicia-se em 1980 e termina com a criação do território Federal do Rio Branco; o quarto vem desde 1943 até a construção da BR174, e o quinto e último período vem de 1970 até os nossos dias.

Esses períodos são de suma importância para história da ocupação de Roraima, pois, enfatizam a dinâmica de evolução político-administrativo do estado brasileiro e do atual

estado de Roraima na conformação de suas fronteiras territoriais e também mostram o processo de desenvolvimento econômico e de crescimento de sistemas urbanos com as criações das freguesias a exemplo da nossa senhora do Carmo que posteriormente transformou-se na cidade de Boa Vista.

As outras freguesias ou aldeamentos não tiveram muito sucesso, pois, as diversas revoltas dos grupos indígenas da região, o isolamento da região e a distância e a dependência da capital foram alguns dos fatores que ocasionaram a incapacidade de ação das políticas colonizadoras do Estado para que elas não tivessem sucesso.

Saparás. Desta nação principalmente, foram os maiores agressores dos assassinios cometidos no rio Branco, quando no ano de 1781, os índios que ali tínhamos aldeados, soltando uns poucos de parentes seus, que vinham em ferros remetidos presos para a capital, assassinaram um cabo de esquadra, seis soldados, e um preto; e depois amotinando as povoações, desertaram todos quase inteiramente, à exceção da aldeia do Carmo, cujas povoações se acham já outra vez restabelecidas de gente e por efeito do perdão geral, que em favor dos delinquentes, foi sua Magestade servida mandar publicar, pelos motivos que achou dignos de sua real atenção (LOBO D'ALMADA, 1861, p.648 apud Diniz, 1972, p.29).

E o que fica claro é que nesses períodos há mudanças sociais sob a forma de uma dinâmica territorial no vale do rio Branco. Porquanto, a mudança social é em parte a vida e a morte dos territórios sendo que estes têm histórias e ocasionam um movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (HAESBAERT, 2010).

Esse processo de desterritorialização dos povos indígenas em Roraima ficou mais intenso no século XIX com a expansão das fazendas de gado no vale do rio Branco, quando houve conflitos entre indígenas e fazendeiros de forma que os indígenas eram os mais prejudicados e eram forçados a trabalhar nas fazendas.

Esses conflitos entre índios e não índios expõem claramente a expulsão dos indígenas de suas terras, haja vista, que houve uma desintrusão de territórios que antes os indígenas utilizavam para suas práticas culturais, sociais, políticas e religiosas. Ou seja, suas territorialidades estavam sendo desfeitas ou destruídas de forma que seus símbolos e memórias culturais estavam sendo trocadas ou substituídas por outras que eram impostas pelo homem da sociedade nacional com características europeias e estadocentristas.

De acordo com as informações publicadas pelo CIDR (1990), os conflitos entre índios e não-índios foram deflagrados, em primeiro lugar, porque não se tratava de ocupar um espaço antes desabitado, mas de expulsar seus antigos ocupantes. Em segundo lugar, por que a delimitação da "propriedade" com a colocação de cercas impedia aos índios o acesso aos lagos onde pescavam ou mesmo a livre circulação

entre aldeias e/ ou entre uma aldeia e as roças de seus habitantes. Além disso, os colonos investiram prioritariamente na pecuária e o crescimento do rebanho bovino trouxe como consequência a invasão das roças e casa dos índios, pelas reses, que a destruíam ou danificavam. Eventualmente, os índios matavam uma rês que havia devastado suas roças e isso gerava briga com os fazendeiros que, tendo o apoio dos políticos locais, bem como da polícia, exigiam o pagamento da rês e/ ou a prisão dos índios. Geralmente os índios pagavam a rês com a prestação de serviços nas fazendas (ARAÚJO, 2006, p.68).

No início, do século XX o processo de desterritorialização em Roraima, ainda continuava forte e de forma agressiva contra os indígenas, pois, a população não indígena continuava a crescer com a chegada de imigrantes vindos principalmente do nordeste brasileiro e com o crescimento exagerado da pecuária e das fazendas produtoras de carne que atendiam os Estados de Roraima e Amazonas.

No entanto, diante da Constituição Brasileira do período Imperial de 1891 e Republicana de 1924 que regiam o direito indígena e colocava uma obrigatoriedade ao Estado para proteger os povos indígenas, na prática não existia nenhum dispositivo que tratava claramente sobre as terras indígenas e seus direitos aos indígenas, situação que tornavam polêmicas as discussões sobre tal temática e evidenciava a negligência do Estado para com a causa dos indígenas.

Mesmo assim, e embora presente em Roraima desde 1916, o SPI pouco fez ou sabia fazer; se é que *quis* mesmo fazer algo, para impedir a massiva desterritorialização dos indígenas de Roraima ao longo de todo o século XX, em consequência da constante expansão de fazendas de gado (SANTILLI, 1994; PERES, 2004 apud FRANK; CIRINO, 2010, p.17).

Em Roraima os povos que mais sofreram desterritorialização foram os povos indígenas que viviam em região de lavrado ou savanas como são conhecidos os campos naturais do vale do rio Branco. Onde, grande parte do território tradicional dos indígenas se transformou em propriedade privada para a criação de gado de corte.

Geograficamente, os indígenas que vivem em região de mata, também se afastaram um pouco mais da região central do estado de Roraima, onde se concentrou a maior parte da população não indígena que fez a povoação do estado. Como também, sofreram com a invasão de não índios em seus territórios com as ampliações das fazendas e com os projetos desenvolvimentistas do estado nacional no período militar que reduziu alguns territórios e também causou a morte de centenas de indígenas.

E dentre os povos que vivem em região de mata destacam-se os Wai-Wai que vivem na região sul do Estado na tríplice divisa dos Estados do Amazonas, Roraima e Pará e também

vive na divisa do Brasil com a República cooperativista da Guiana, os Waimiri-Atroari que habitam a região entre o Estado do Amazonas e Roraima e os Yanomami que habitam no estado de Roraima, Amazonas e também na divisa entre Brasil e Venezuela.

Foi nesse cenário de massiva desterritorialização dos povos indígenas em Roraima que começou uma forte onda de movimento indigenista no Estado brasileiro com o intuito de restabelecer a reterritorialização dos povos indígenas em seus territórios originalmente tradicionais.

Foi nesse cenário terminal de avançado desterritorialização dos povos indígenas do norte de Roraima que, no início da década de 70, estourou uma nova iniciativa do indigenismo estatal de reterritorializar os índios em todo o território nacional. Naquele momento, o órgão responsável pelo projeto já era a fundação nacional do índio (FUNAI), criada pelo governo militar da época, após a extinção do SPI, em 1967. Como já apontamos, desde sua criação em 1910, o SPILNT/SPI visava garantir as terras dos índios brasileiros, via a sua demarcação e registro, e a sua administração pelo próprio órgão. Mesmo assim, foram poucas e, pelo geral, de ínfimas extensões, as terras efetivamente demarcadas por este órgão federal, ao longo dos 57 anos da sua existência. A única exceção a este quadro é o parque indígena do Xingu, projeto (“paulista”) idealizado ainda na década de 1940, mas, transformado em lei somente em 1961. Segundo Menezes (1991; 2000), o projeto foi discutido, em grande medida, fora do âmbito institucional do SPI. Porém, como mostra Lima (2005), ele foi de grande importância para o entendimento da sua tarefa, no momento em que a FUNAI decidiu, ou foi obrigada, a iniciar um novo esforço de territorialização indígena (FRANK; CIRINO, 2010, p.18-19).

A partir daí, o processo de reterritorialização dos territórios indígenas no Brasil e em Roraima começou a ser agilizado e com o advento do Estatuto do Índio regularizado em 1973 com a lei federal nº6001 que regulamenta a situação das suas terras e sua condição sociocultural.

Ademais, os territórios indígenas em Roraima representam atualmente 46,37% das terras do estado, onde a população indígena é um elemento que modifica e faz parte da paisagem e possui interações com outros espaços formando verdadeiras redes que compõem esses espaços territoriais no cenário amazônico brasileiro.

Além disso, é um dos estados da federação com mais áreas demarcadas como sendo indígenas, cobrindo uma superfície do território que equivale a 104.018,00 km². Assim, a área de ocupação do Estado de Roraima é de um total de 224.298,980 Km². (IBGE, 2009).

Diante destes dados, as outras terras que possuem outras modalidades e funções de uso no estado como as áreas de preservação ambiental, as do Exército e as próprias terras que são de posse da União somam outra porcentagem que faz com que o Estado de Roraima, de

fato fique com certa parcela de terra que é suficiente para seu uso e aplicações conforme suas necessidades sociais.

Gráfico 2 – Terras Indígenas e Não Indígena no Estado de Roraima.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A seguir dados sobre a distribuição das terras indígenas em Roraima, conforme suas modalidades, suas situações jurídicas, o processo que se encontram e seus povos que tradicionalmente habitam e detém a área de sua posse. Pois, em Roraima na atualidade existem 34 terras indígenas.

Na atualidade, o Brasil tem atualmente 672 terras indígenas, 115 delas em estudo, ou seja, ainda não foi definido o tamanho dessas áreas, que podem vir a ser demarcada e entre elas temos o caso da terra indígena Waimiri- Atroari que tem uma porção de sua terra em estudo para ser demarcada e atinge os municípios de Presidente Figueiredo, Rorainópolis e Novo Airão (FUNAI, 2014).

E também, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) temos no município de Rorainópolis, a terra indígena Pirititi que pertence a indígenas que se encontra em situação de isolamento em relação aos demais homens da sociedade nacional e suas terras se encontram na fase jurídica de interdição. Conforme o quadro a seguir:

Quadro 4- Modalidades das Terras Indígenas em Roraima.

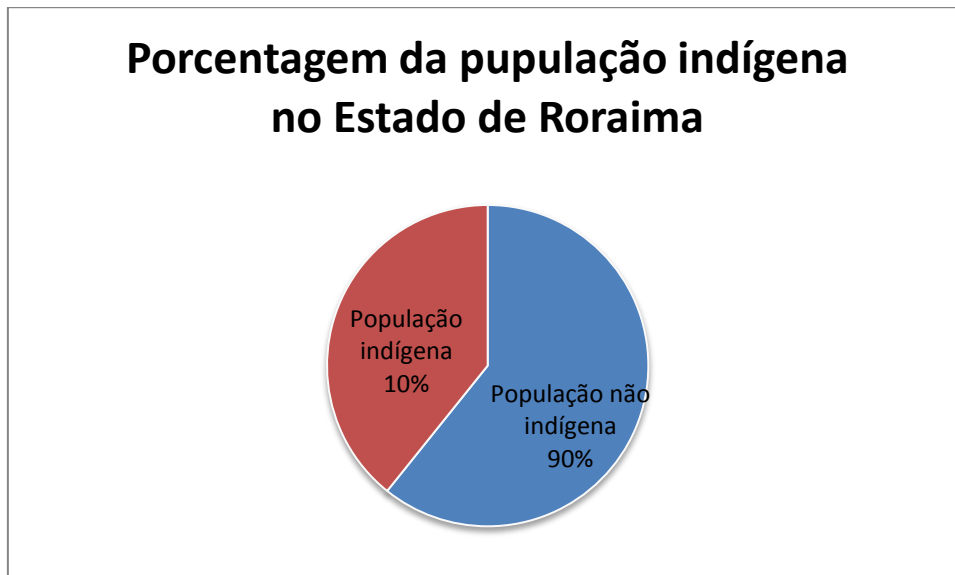
TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	ÁREA	FASE DO PROCESSO	MODALIDADE
Ananás	Makuxí	RR	Amajari	1.769,4220	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Anaro	Wapixana	RR	Amajari	30.473,9506	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Aningal	Makuxí	RR	Amajari	7.627,0391	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Anta	Wapixana	RR	Alto Alegre	3.173,8226	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Araçá	Wapixana	RR	Amajari	50.018,3000	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Barata Livramento	Wapixana, Makuxi	RR	Alto Alegre	12.883,2701	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Bom Jesus	Makuxí	RR	Bonfim	859,1271	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Boqueirão	Makuxí, Wapixana	RR	Alto Alegre	16.354,0776	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Cajueiro	Makuxí	RR	Amajari	4.303,8482	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Canauanim	Wapixana, Makuxi	RR	Cantá	11.182,4372	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Jabuti	Wapixana, Makuxi	RR	Bonfim	14.210,6996	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Jacamim	Jaricuna, Wapixana	RR	Caracará, Bonfim	193.493,5694	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Malacacheta	Wapixana	RR	Cantá	28.631,8258	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mangueira	Makuxí	RR	Alto Alegre	4.063,7410	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Manoa/Pium	Makuxí, Wapixana	RR	Bonfim	43.336,7308	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Moskow	Wapixana	RR	Bonfim	14.212,9983	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Muriru	Wapixana	RR	Bonfim , Canta	5.555,9436	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Ouro	Makuxí	RR	Boa Vista	13.572,0000	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pirititi (restrição de uso)	Isolados	RR	Rorainópolis	43.404,0000	Em Estudo	Interditada
Pium	Wapixana	RR	Alto Alegre	4.607,6137	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Ponta da Serra	Makuxi	RR	Boa Vista	15.597,0000	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Raimundão	Makuxí, Wapixana	RR	Alto Alegre	4.276,8088	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Raposa Serra do Sol	Wapixana, Ingariko, Makuxi, Taulipang	RR	Normandia, Pacaraima, Uiramutã	1.747.464,783	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Santa Inez	Makuxí	RR	Amajari	29.698,0449	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
São Marcos - RR	Makuxí, Wapixana	RR	Boa Vista, Pacaraima	654.110,0998	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Serra da Moça	Wapixana	RR	Boa Vista	11.626,7912	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Sucuba	Makuxí	RR	Alto Alegre	5.983,0000	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tabalascada	Wapixana	RR	Cantá	13.014,7374	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Trombetas/Mapuera	Waimiri Atroari, Katuena, Karafawyana, Isolados, Hixkaryana, Sikiyana, Tunayana, Wai-Wai, Xereu, Katuena,	AM, PA, RR	Caroebe, Faro, Nhamunda, Oriximiná, São João da Baliza, Urucuruá	3.970.898,0420	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Truaru	Wapixana, Makuxi	RR	Alto Alegre, Boa Vista	5.652,8410	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari	AM,	Rorainópolis,	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente

		RR	Novo Airão, Presidente Figueiredo			ocupada
Waimiri-Atroari	Waimiri Atroari	AM, RR	Rorainópolis, Novo Airão, Presidente Figueiredo, São João da Baliza, Urucará	2.585.911,5 689	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
WaiWái	Mawayána	RR	Caroebe, Caracarai, São João da Baliza	405.698,00 85	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Yanomami	Yanomámi	AM, RR	Caracarai, Alto Alegre, Boa Vista, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro	9.664.975,4 800	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Adaptado FUNAI, 2014.

Em números proporcionais, Roraima é o estado do Brasil que possui a maior população indígena. Ao todo, segundo o Censo de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (*IBGE*), são 49.637 pessoas que se declararam indígenas em Roraima, o que corresponde a 10% da população do estado que possui 450.479 habitantes.

Gráfico3 – Percentual da População Indígena no Estado de Roraima.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Os estados de Roraima e Amazonas são os que possuem os municípios com maior proporção de população indígena do país, sendo que, a região norte lidera as estatísticas com maior população indígena e maior percentual de superfície e terras indígenas.

No estado, o maior percentual de indígenas está no município de Uiramutã. Na região, ocupada por parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, 88,1% da população é indígena. O município de Normandia possui cerca 56,9% ocupando a segunda posição nesse ranking, seguida pelo município de Pacaraima 55,4% e posteriormente o município de Amajari com aproximadamente 53,8% da população.

Em geral, a população de Roraima possui uma mistura étnica muito diversificada que vai do indígena ao imigrante nordestino que possuem traços de origem do homem europeu ao negro que veio do continente africano ao Brasil na condição de escravo. No entanto, alguns municípios tem uma população de predominância indígena como os municípios de Uiramutã com 88,1%, Normandia com 56,9%, Pacaraima com 55,4%, Amajari 53,8 conforme o último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (*IBGE*).

Em linhas gerais o processo de desterritorialização e reterritorialização das terras indígenas tanto no Brasil como em Roraima foi acompanhado por conflitos e mortes de ambas as partes. No entanto, os indígenas foram os que sempre sofreram mais danos em se tratando de percas, sejam de vidas, valores socioculturais e simbólicos e propriamente as suas terras.

Em suma, o processo de territorialização sofrido recentemente pelos povos indígenas em Roraima proporcionou condições reais para o (etno) desenvolvimento dos seus habitantes em algumas áreas como as terras indígenas São Marcos e Raposa serra do Sol. Nas demais terras este processo legitimou o resultado do despojo de suas terras sofrido há mais de um século (FRANK; CIRINO, 2010).

Portanto, sendo Roraima um estado com grande parcela de pessoas de origem indígena em sua população, há discursos antindígenas e preconceituosos que vem de camadas da sociedade como a classe política, produtores rurais, fazendeiros e empresários que lutam para ter controle e posse de terras que se encontram em processo para demarcação e que originariamente pertencem aos indígenas.

A TERRA INDÍGENA DE SÃO MARCOS

A TERRA INDÍGENA DE SÃO MARCOS

O presente capítulo faz um breve histórico da terra indígena São Marcos e que se inicia com a discussão de reterritorialização desse espaço geográfico e a luta pela posse da terra pelas lideranças indígenas. Onde, a lógica de demarcação da terra indígena proposta pelo estado brasileiro seguiu os limites naturais existentes e das próprias fazendas reais que foram instaladas no final do século XVIII nos campos de Roraima.

Além disso, esse capítulo faz uma caracterização geofísica, social e econômica da terra indígena São Marcos levando em consideração atividades econômica do gado e das fazendas depósitos, atividades de ação das organizações indígenas na terra de São Marcos e além das transformações espaciais da comunidade da Ilha e da relação do homem com o meio natural.

3.1 HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

No histórico da Terra Indígena São Marcos (*TISM*), fica exposto o processo de reterritorialização, quando os povos indígenas do estado buscavam a reocupação dos espaços perdidos para fazendeiros, garimpeiros e demais não índios que, durante séculos, se apropriaram desse espaço tradicionalmente ocupado.

A partir da década de 1970 fica mais evidente com as novas iniciativas do ‘indigenismo’ estatal de reterritorializar o índio em todo território brasileiro com a responsabilidade assumida pela Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*) criada pelo governo militar da época, após a extinção do Serviço de Proteção do Índio (*SPI*) (FRANK, 2010).

A história apresentada é fruto de pesquisa documental em fontes cedidas pela Associação dos Povos Indígenas do São Marcos (*APITSM*) e também por relatos de moradores antigos das comunidades como, por exemplo, Ilha e Maruwai a qual o projeto em que estou inserido como bolsista tem atividades de extensão para a construção do calendário cultural.

A luta pela posse da *TISM* começa em 1970, pelo então Tuxaua Manoel junto com seus companheiros Jaime conhecido como “Jamico” que morava na região da Raposa e seu

genro Rará os quais participaram das discursões nas comunidades do Morro, Maracanã, Maturuca, Socó, Pedra Branca, Barreirinha, Santa Maria da região do Normandia e Perdiz (SANTOS, 2013).

Passado mais um ano, em 1971, teve um convite de reunião com os representantes da *FUNAI* na pessoa do senhor Dinarti na comunidade da Raposa, junto com outras lideranças como Abel Raposo, moradores da região e tuxauas. Na reunião foi discutida a situação da posse da colônia agrícola conhecida como fazenda São Marcos a qual estava no domínio de fazendeiros e plantadores de arroz

Na reunião a grande maioria dos indígenas que estavam presentes, cerca de mil, não queria a demarcação da terra, haja vista, que havia um temor de ficarem sem suprimentos como sal, sabão, fósforos, etc. Onde, tais produtos eram vendidos por garimpeiros e fazendeiros da região.

Após alguns anos de discussões, houve outra reunião com 48 tuxauas na comunidade de Vista Alegre na região do Baixo São Marcos, onde a grande maioria, mais uma vez, não queria que os colonos, fazendeiros e garimpeiros saíssem da área do São Marcos, pois, eram com eles que os indígenas negociavam. No entanto, as lideranças indígenas que queriam a demarcação receberam apoio da *FUNAI* de Brasília através do senhor Dinarti, da coordenação regional através do Senhor João Nicola e do servidor Santilho Guerreiro de Guimarães.

No ano de 1976, a TISM é demarcada em uma área total de 654.110 hectares, sendo homologada pelo decreto presidencial nº 312 de 29 de outubro de 1991; tem como base de seus limites à antiga fazenda colonial São Marcos, localizada na margem esquerda do rio Uraricoera, fundada em 1798, pelo governo imperial português. Por esse motivo a fazenda São Marcos era conhecida também na época como a fazenda do rei como aponta a literatura regional.

Dessa forma a Coroa Portuguesa, fundou três fazendas estatais na região, no final do século XVIII. As chamadas fazendas Reais, nas terras do alto Rio Branco, foram divididas em três áreas. A oeste, entre o rio Uraricoera e o Rio Branco, fundou-se a do Rei – registrada com o nome de “São Bento”. Outra, chamada de São José, foi instalada perto do Forte São Joaquim. A última fazenda, a de “São Marcos”, criada no setor norte, ficou localizada entre o rio Uraricoera e o Tacutu (VIEIRA, 2003, p.48).

A lógica de demarcação da Terra Indígena São Marcos seguiu os limites naturais e a da própria fazenda real o que mostra a perversidade do estado em não se manifestar e se preocupar com os territórios tradicionais que eram habitados pelos indígenas. Dentro da

lógica estatal, tal demarcação se tornaria muito dispendiosa, o que levaria o estado a optar pela via mais fácil que é usar os limites criados pelas fazendas e pela própria natureza (FRANK, 2010).

Ao longo do tempo o território onde atualmente situa-se a Terra Indígena São Marcos, vem sofrendo historicamente diversos tipos de impactos antrópicos mesmo antes da homologação e que se diga que tal homologação é bem recente em comparação ao início da colonização portuguesa no território do vale do rio Branco.

Primeiro com a invasão maciça dos fazendeiros a partir da instalação das fazendas reais no final do século XVIII nos campos de Roraima e que viram como atrativo os campos naturais do vale do Rio Branco que serviria como fonte de sustentação do gado sem grandes despesas, pois, o gado viveria solto nos campos sem necessidade de criar cercas para seu aprisionamento e também pela farta mão dos indígenas da região (VIEIRA, 2003).

Com a construção da BR 174 no final da década de 70 e sua pavimentação na década de 1990 que serviria para ligar o Brasil com a Venezuela, ou seja, Brasília com Caracas para que pudessem ser estreitados os laços de amizade com o país vizinho. No entanto, a construção da estrada passou por algumas terras indígenas como as do Waimiri-Atroari e da própria Terra de São Marcos (FEITOSA, 2014).

Posteriormente foi a linha de transmissão que leva energia da hidrelétrica de Guri na Venezuela ao estado de Roraima no Brasil, implantada a partir de 1998. Na época para construir o linhão de Guri houve uma negociação entre as organizações indígenas que representam os povos que habitam a terra indígena para que tal projeto se consolidasse.

A terra indígena está geopoliticamente dividida em sub-regiões que é Alto São Marcos, Médio São Marcos e Baixo São Marcos que foi uma divisão feita pelo estado através da Fundação Nacional de Saúde (*FUNASA*) e não pelos povos indígenas o que revela mais uma vez, a própria conveniência em si, do poder público para administrar a área indígena. Em linhas gerais, a terra indígena está distribuídas em 45 comunidades da seguinte forma:

- **Região do alto São Marcos com 24 comunidades.**

Comunidade do Samã, Aleluia, Arai, Bananal, Boca da Mata, Cachoerinha, Curicaca, Entroncamento, Fonte Nova, Ingaarumã, Guariba, Nova Esperança, Nova Morada, Nova Jerusalém, Novo Destino, Ouro Preto, Sabiá, Santa Rosa, Samã I e II, Sorocaima I e II, Sol Nascente e Tarauparu.

- **Região do Médio São Marcos com 09 comunidades.**

Comunidade do Caranguejo, Lagoa, Maruwai, Monte Cristal, Pato, Perdiz, Roça, Tigre e Xiriri.

- **Região do Baixo São Marcos com 12 comunidades.**

Comunidade do Aakan, Bom Jesus, Campo Alegre, Darora, Ilha, Lago Grande, Mauixi, Milho, Vista Alegre, Vista Nova, São Marcos, Três Irmãos.

A população atual é de 5.922 indígenas pertencentes às etnias: Macuxi, Taurepang (tronco linguístico Karíb), Wapixana (tronco linguístico Aruak) e outras etnias como Saporá, Ticuna, Tucano. Conforme a tabela abaixo, e é observável o quantitativo populacional da terra indígena São Marcos e sua respectiva evolução populacional no decorrer do ano de 2000 à 2014.

Tabela- Censo populacional das comunidades indígenas de São Marcos em 2014.

Região	Comunidade	2000	2005	2010	2014	Nº Família 2014
Baixo São Marcos	Aakan	-	-	-	50	11
	Campo Alegre	112	156	194	300	79
	Darora	100	137	155	197	41
	Ilha	106	125	125	208	63
	Mauixe	31	47	45	93	29
	São Marcos	-	12	14	75	22
	Vista Alegre	232	496	530	527	122
	Vista Nova	76	133	146	189	45
	Bom Jesus	-	63	73	85	26
	Lago Grande	247	264	327	363	128
	Milho	176	175	211	238	73
	Três irmãos	-	-	32	29	7
	Subtotal	1080			0	
Médio São Marcos	Caranguejo	22	31	36	42	6
	Lagoa	-	-	84	80	16
	Maruwai	99	165	196	192	35
	Monte Cristal	15	17	20	24	4
	Pato	77	82	77	63	13
	Perdiz	60	95	111	106	33
	Roça	88	113	153	102	19
	Tigre	68	68	35	57	13

	Xiriri	44	53	35	55	12
Alto São Marcos	Samã	-	75	-	74	15
	Arai	-	-	-	89	18
	Bananal	138	166	159	202	58
	Boca da Mata	245	397	470	513	160
	Cachoeirinha	-	-	-	61	16
	Curicaca	69	17	40	54	13
	Entroncamento	-	-	-	30	8
	Guariba	77	126	145	162	25
	Ingarumã	-	116	136	197	52
	Kauwe	-	-	-	110	32
	Nova Esperança	49	94	96	146	37
	Nova Jerusalém	-	35	35	40	8
	Nova Morada	-	-	-	27	5
	Novo Destino	-	-	39	35	12
	Ouro Preto	-	-	-	40	13
	Sabiá	50	92	81	95	24
	Samã I	-	75	-	27	7
	Samã II	58	61	155	80	23
	Santa Rosa	104	132	172	146	35
	Sol nascente	-	50	44	40	13
Sorocaima I	145	182	304	217	53	
Sorocaima II	111	256	197	327	71	
Taraú Parú	-	-	-	135	33	
	TOTAL	2.599	4.106	4.672	5.922	1.528
	-	2.599	4.106	4.672	Total da população 5.922	1.528

Fonte: Adaptado de SESAI, 2014.

Sobre a língua materna, poucos indígenas são falantes das línguas tradicionais. Sendo esses valores culturais restritos apenas as pessoas mais velhas. Todavia, com a organização dos movimentos indígenas no estado de Roraima, recentemente aderiu-se a política de fortalecimento das línguas tradicionais dos povos indígenas, onde todas as escolas municipais e estaduais já disponibilizam de professores para trabalhar a língua materna da comunidade, com proposta curricular aprovada pelas próprias comunidades locais.

3.2 A CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E OCUPAÇÃO HUMANA DA TERRA INDÍGENA DE SÃO MARCOS

A caracterização geográfica da Terra Indígena São Marcos é bem diversificada. Do ponto de vista geomorfológico possui estruturas e características peculiares que interage e envolve outros segmentos de estudos científicos como a climatologia, hidrografia, pedologia, paleogeografia e entre outras características que se mistura a geografia física e humana na transformação do espaço e da paisagem geográfica deste território indígena.

Em relação à localização da composição da vegetação dessa área indígena, ela está dividida nas seguintes áreas: Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Estacional Decidual (Alto São Marcos), Mata de Galeria (Médio São Marcos), Lavrado (Savana) e Mata Ciliar (MANDUCA, 2009).

Conforme a divisão geopolítica e territorial da área da Terra Indígena de São Marcos e para uma melhor identificação e compreensão das áreas com ocorrência da vegetação predominante nas regiões a qual que está subdividida a terra indígena é colocado a seguir, um mapa sobre a vegetação da área feito pelos próprios indígenas e que foi publicado dentro de um atlas escolar produzido pela Universidade Federal de Roraima que expressa através do olhar dos próprios indígenas em construções cartográficas suas percepções sobre espaço ocupado com suas características geofísicas.

Figura 03 – Mapa da vegetação que ocorre na terra indígena São Marcos.



Fig. 20- Mapa da vegetação da terra indígena São Marcos.
Autor: Francimário Tavares.

A vegetação da terra indígena São Marcos na região conhecida como alto São Marcos tem a predominância da floresta Ombrófila Densa Submontana a qual é caracterizada como uma mata perenifólia. Ou seja, tal vegetação se encontra sempre verde nas diferentes estações do ano e com árvores emergentes com até 40 metros de altura e com densa vegetação arbustiva e na região é conhecida popularmente como “mata geral” conforme suas semelhanças com a vegetação de mata de terra firme amazônica.

Figura 04 - Floresta ombrófila densa Submontana ladeada a BR/174 sentido norte.



Fonte: Feitosa, 2015.

Nessa região também é encontrada a vegetação conhecida como floresta estacional decidual que segundo a tipologia vegetal é encontrada principalmente em pequenas serras caracterizadas pelos afloramentos rochosos ou matacão e na região é conhecida como mata de serra.

Figura 05 – Mata de Serra (floresta estacional decidual) no Município de Pacaraima.



Fonte: Feitosa,2015.

Tais vegetações citadas na região do Alto São Marco podem ser vistas e identificadas ao longo do trecho da BR/174 depois da comunidade indígena da Boca da Mata, sentido a área urbana do município de Pacaraima.

A região do Médio São Marcos é caracterizada por ter uma vegetação de lavrado conhecida também como cerrado ou savana, porém são encontrados dois tipos de vegetação o lavrado e a mata ciliar, porém, a mata ciliar é comum em locais que tenha rios ou igarapés não sendo uma exclusividade do médio São Marcos ou da terra indígena em si. A vegetação do lavrado é característica por possuir a predominância de duas espécies o Caimbé (*Curatella americana*) e o Mirixi (*Byrsomina crassifolia*).

Figura 06 – Vegetação composta por Caimbé no lavrado roraimense.



Fonte: Feitosa, 2015.

Figura 07 – Vegetação de lavrado com a espécie conhecida como Mirixi.



Fonte: Feitosa, 2015.

Figura 08 – Mata ciliar



Fonte: Feitosa, 2015.

Além disso, a mata ciliar está composta por vegetação verde, ou seja, encontram-se nas margens dos rios, igarapés principais da região, principalmente formadas por buritizais que é uma espécie vegetal característica da região e por fisionomia herbácea mais ou menos densa representada pelas gramíneas (capim).

Os “campos do médio São Marcos”, ou “campos do Rio Branco” são as mais importantes e mais extensa área aberta de savana (cerrado) da região norte. Por sua característica de clima, relevo e cobertura vegetal é a área que oferece melhores condições naturais para o povoamento. Por isso, a ação antrópica aí é antiga, sendo que as primeiras notícias sobre atividades agropastoris nesta área datam de 1787(ALMADA, 1871 apud MANDUCA, 2009. p.46-47).

A região do médio São Marcos possui sua identidade própria, pois, na região norte aparece localizado em um solo arenoso que faz parte do vale do rio Tacutu e com estações climáticas bem definidas que é inverno e verão e conforme a classificação de solo o médio São Marcos está dentro da faixa do “Neossolo Quartzarênico Hidromórfico Distrófico + Gleissolo Háptico” (VALE JÚNIOR, 2006, p.52).

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e desenvolvimento (*SEPLAN*) a vegetação de toda a área do Baixo São Marcos é composta por savana e gramínea- lenhosa com floresta de galeria que se estende até a fronteira com a Guiana, a leste o rio Uraricoera o divisor natural, quando a oeste temos a savana parque com floresta de galeria.

Tal caracterização do baixo São Marcos pode levar em conta não só a vegetação, mas também processos geohistóricos da região que vai desde a implantação da fazenda São Marcos a instalação da população que vive a beira do rio Uraricoera na região conhecida como Passarão e também da própria balsa que é um meio de transporte utilizado há décadas na área para interligar a terra indígena que está na zona rural do Município de Boa Vista com as demais áreas do entorno da própria cidade de Boa Vista.

Outro elemento que foi incorporado na paisagem da terra indígena de São Marcos são os cavalos lavradores que se inserem dentro do processo geohistórico da região e que não poderia ser deixado de fora da caracterização geográfica da paisagem dessa área de lavrado.

Os cavalos lavradores chegaram ao vale do rio Branco por volta de 1775 trazidos pelos portugueses, primeiramente para deslocamento dos militares a serviço do forte de São Joaquim. Mais tarde, com a decisão dos portugueses de colonizar o vale do rio Branco, e com a chegada dos primeiros rebanhos bovinos, os cavalos passaram a ser utilizados no trabalho de manejo do gado bovino no lavrado (ANDRELLO, 2010).

Com o passar do tempo e a expansão das fazendas de gado nos campos do rio Branco, os cavalos lavradores também foram se expandindo, ao ponto de hoje possuir uma vida de liberdade no lavrado, onde costumam andar em bandos de apenas um macho ou “pastor” e cerca de oito a dez fêmeas.

A vida livre dos cavalos lavradores pode ser explicada, em função de que os fazendeiros não tinham o interesse de “manejar” os cavalos como faziam com o gado bovino. Apenas domavam ou “amansavam” os animais (pegados a laço) que utilizavam no dia-a-dia das fazendas os chamados cavalos de sela.

Do ponto de vista econômico, não era interesse dos criadores em manejar todos os cavalos em função da criação superextensiva. Assim, os cavalos lavradores vivem totalmente em liberdade, onde muitos deles nascem, crescem e morrem sem ter contato com o homem, formando assim muitas gerações livres de adestramento.

Conforme Braga (2000), para a formação de uma raça animal existe pelo menos dois fatores diretamente nesse processo: o potencial genético e o ambiente onde o animal vive. A

interação entre esses fatores é que determina o fenótipo, ou seja, a forma física do animal, incluindo tamanho, resistência, rusticidade etc.

A introdução de animais em uma região e a sua reprodução livre, sem a interferência do homem, leva a um processo denominado seleção natural que faz com que apenas os animais mais adaptados sobrevivam.

O cavalo lavradeiro é um ótimo exemplo da ação da natureza que ao longo dos séculos, os genes desfavoráveis foram sendo eliminados pela seleção natural, fazendo com que apenas os animais mais fortes e adaptados sobrevivessem. Especialmente se levado em consideração às condições climáticas, vegetacionais e relevo do lavrado de Roraima que incluem alimentação de baixo valor nutritivo e isolamento geográfico. Esses fatores levaram esses cavalos a apresentar características bastante peculiares.

Como um animal de porte pequeno (1,40 m), elegante e esperto, olhos grandes, pernas fortes e flexíveis e resistentes ao trabalho árduo. É um excelente animal tanto para trotar quanto para galopar. Apresenta alto índice de fertilidade e tolerância a muitas doenças e parasitas. Outra característica do cavalo lavradeiro é a capacidade de seus cascos e resistência, já que consegue percorrer longas distâncias por 30 minutos a 60 Km/h.

De acordo com a história local, mais de oito mil cavalos habitavam o lavrado de Roraima. Hoje, esse número, talvez não chegue a 200 animais. Sobre a continuidade dos cavalos lavradeiros de Roraima, ainda com meia liberdade, habitavam uma relativa planície do lavrado no entorno da serra do Maruwai, região central da terra indígena São Marcos. Todavia, apesar de viver restrito no interior da terra indígena, infelizmente isso não é suficiente para proteger esse patrimônio físico do lavrado.

3.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ESPACIAL E AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

No contexto socioeconômico, as comunidades da Terra Indígena São Marcos, têm como principal base de sustentação a agricultura familiar, a pecuária bovina extensiva que atualmente possui mais de 15 mil cabeças de gado e também a prática de um pequeno extrativismo (vegetal/animal) destinado basicamente à subsistência das famílias, que com a venda ou troca do pequeno excedente circula um “capital” agregado aos proventos dos professores, agente de saúde e aposentados que geram um princípio de capital nas comunidades.

Em geral, a presente seção abordará de forma ampla as questões que envolvem a formação e organização socioespacial da Terra Indígena São Marcos e das comunidades que fazem parte de todo esse processo geohistórico da formação do povo e de suas articulações políticas para garantir seus direitos de posse a terra.

3.3.1 O Gado Indígena e as Fazendas Depósitos

No contexto econômico das comunidades indígenas da Terra Indígena São Marcos o gado indígena é uma das principais fontes de renda e alimentação dos povos que vivem nas comunidades. Além de servir como moeda de troca entre comunidades na realização de serviços e na efetivação de projetos em comunidades que estão iniciando criação de bovinos.

A história da chegada do gado bovino no lavrado roraimense remonta ao final do século XVIII e tinha como justificativa principal a ocupação efetiva das terras que eram disputadas pelos portugueses e outros países da Europa. A população indígena de Roraima participou diretamente das atividades de criação bovina, primeiro como mão-de-obra escrava, e depois mais recentemente como proprietários de rebanhos bovinos.

A criação de gado feita pelos índios do lavrado teve singular importância no momento em que se decidiu pela retomada das terras tradicionais. Com a ajuda de instituições parceiras, em 1981 foi instituído o projeto “Uma vaca para um índio”, que marcou o início da retomada das terras pelos indígenas e o fortalecimento das organizações indígenas.

Atualmente o rebanho bovino de todas as terras indígenas de Roraima está estimado em 85 mil cabeças, sendo que na terra indígena de São Marcos ocorre cerca de 15.530 reses distribuídas pelas três sub-regiões da seguinte forma: Baixo São Marcos 5.160 cabeças, Médio São Marcos 4.490 cabeças e alto São Marcos 5.881 cabeças. Apesar dessa quantidade de gado, há a necessidade de se melhorar a produção bovina das comunidades, em vários aspectos levando em conta os múltiplos critérios zootécnicos (APITSM,2014).

Em relação às fazendas depósitos, estas são fazendas indígenas de caráter comunitário que tem a função social de ajudar no manejo do gado nas comunidades das regiões as quais estão instaladas e também servem de depósito de gado que são utilizados em projetos de criação de caráter rotativo nas comunidades.

Em linhas gerais, cada comunidade beneficiada recebe uma quantia de matrizes reprodutoras que são 21 vacas e um touro que ao longo de cinco anos permanecem na comunidade e após esse período a mesma quantia de gado é restituída ao projeto e segue seu

destino para outra comunidade beneficiada com esse sistema de criação, restando à comunidade antecessora o lucro gerado com o nascimento de bezerros que formará um novo rebanho.

Como exemplo temos as fazendas depósitos Xanadu (na região alto São Marcos), Maruwai (na região médio São Marcos) e Teiú (na região baixo São Marcos), todas estão inseridas dentro das áreas de lavrado, aonde algum tempo vem sendo praticado oportunas ações de gestão e manejo zootécnico. Embora tenha acontecido de forma incipiente, tais ações tem visado melhorar a produtividade do rebanho bovino das referidas fazendas coletivas, as quais contam hoje com cerca de 1.480 cabeças de gado sendo 300 reses na fazenda Teiú como, 480 reses na fazenda Maruwai e 700 reses na fazenda Xanadu.

Diante do exposto, futuramente será possível propiciar o melhoramento de técnicas de manejo pecuário nas três fazendas depósitos, visando o aumento de produtividade, a diversificação e melhoria da qualidade do produto bovino. Além do gado, existem outras pequenas atividades de subsistência na terra indígena e de certa forma tem impacto socioambiental e econômico na vida social dos indígenas.

Em relação às questões ambientais, a terra indígena São Marcos ao longo do tempo vem apresentando sazonalmente um efeito negativo, principalmente entre os meses de outubro a abril (período seco), quando a vegetação nativa sofre com as intensas queimadas e os desflorestamentos a partir das construções das pequenas roças tradicionais.

Ainda atrelada às ações do fogo e do desmatamento, as comunidades da terra indígena São Marcos sofrem também com a pesca ilegal tanto por indígenas que vivem nas próprias comunidades como por invasores não indígenas (principalmente no período da piracema) e com a caça predatória, particularmente no período de reprodução das espécies animais (paca, capivara, veado, tatu, e também das várias espécies de aves), onde substancialmente contribuem para perca da biodiversidade local.

Nas roças tradicionais os povos da terra Indígena São Marcos, plantam normalmente mandioca, macaxeira, milho, arroz, feijão, batata, banana, abóbora, melancia, pimenta, etc. Sendo essa produção utilizada apenas para subsistência das famílias locais.

Por outro lado, no sentido de aumentar essa produção, as famílias da terra indígena criam de forma domesticada nos quintais, pequenas criações como galinhas, pato, picote, etc. Além disso, as comunidades ou algumas famílias têm também seus retiros, geralmente distantes do centro das comunidades, onde cria gado, cavalos, porcos, carneiros sendo todos esses animais criados em sistemas extensivos no lavrado.

3.3.2 Um Pouco Sobre as Organizações Indígenas

Em relação à origem da *APITSM*, ela surge da derivação do Programa São Marcos (*PSM*) que era uma ação indigenista que tinha como alvo principal compensar os impactos consequentes da implantação e instalação da linha de transmissão de energia que ligaria Santa Helena/Boa Vista, que compõe a interligação elétrica Venezuela/Brasil e que percorreria a Terra Indígena de São Marcos por uma extensão de 60 km, situação que iria causar um impacto na vida dos povos indígenas e no meio ambiente.

Nesse sentido, ela surge como representante legal do povo que habita a respectiva terra. A Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (*APITSM*) organização indígena fundada em 25 de novembro de 2005, e como já exposto antes teve sua origem na Associação Programa São Marcos e que também teve sua criação em julho de 2000.

Sua criação foi motivada pelo acordo entre as comunidades da terra indígena São Marcos e a Eletronorte, com interveniência da Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*), para administrar o termo de compromisso tripartite, assegurado pela necessidade de compensação e mitigação dos impactos ambientais resultantes da obra de infraestrutura da linha de transmissão de Guri executada pelo governo federal, através da Eletronorte/ Eletrobrás.

A Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, sem vínculo político partidário ou religioso. De acordo com seu estatuto a associação tem por finalidade participar de atividades que visem à preservação do meio ambiente de ações voltadas à promoção do bem estar das comunidades indígenas promovendo a integração com outras entidades ligadas a ações indígenas na defesa dos territórios indígenas tradicionais e de seu meio ambiente, visando à geração e transferência de conhecimentos, tecnologias de preservação e intercambio de programas e projetos indígenas, principalmente no que tange a fauna, flora e recursos hídricos (*APITSM,2014*).

A área de atuação da *APISTM* abrange toda terra indígena São Marcos, com incidência nos municípios de Boa Vista e Pacaraima. Dentro de sua responsabilidade a associação tem o compromisso de gerir o patrimônio das comunidades indígenas da terra São Marcos, além de promover programas e projetos que visem à formação e desenvolvimento nas áreas de educação, saúde e promoção de ações sociais e culturais visando à melhoria da qualidade de vida e a integração dos povos indígenas ligados ao movimento indígena de Roraima.

Dentro desses parâmetros de atribuições da associação que cuida dos povos da terra indígena de São Marcos a comunidade da Ilha, assim, como muitas outras se insere dentro de programas e projetos que são voltados para o desenvolvimento social e econômico da região aos quais são definidos por assembleias gerais com a participação de Tuxauas e demais lideranças das comunidades.

Os membros da *APITSM* são todos os povos indígenas pertencentes à terra indígena São Marcos que estejam empenhados na luta do movimento indígena na defesa de seus territórios e desenvolvendo as atividades participativas para o desenvolvimento dos povos indígenas desta terra. Conforme tal acordo firmado, os associados da *APITSM* que aprovaram seu estatuto social devem acatar as normas nele consignadas, bem como gozarão de todos os direitos e deveres estabelecidos.

A estrutura organizacional e administrativa da *APITSM* é composta de coordenador geral, vice coordenador, secretário, técnico administrativo, financeiro, coordenador de projeto, assessoria técnica (incluindo contador e técnicos especializados em agropecuária), conselheiros deliberativos e fiscais e seus respectivos suplentes, um responsável do posto de vigilância Surumu e um responsável do posto de vigilância Uraricoera (*APITSM*,2014).

A gestão baseia-se no plano de trabalho atrelado ao termo de compromisso com a Eletronorte, além de gerenciar outros recursos provenientes de projetos de desenvolvimento sustentáveis vinculados a outras parcerias institucionais. O plano de gestão é formulado mediante consultas às bases comunitárias através das assembleias gerais, reuniões ampliadas. O trabalho executivo dá-se por decisões tomadas pelos coordenadores gerais.

A Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos, como representante legal perante a justiça e guardião do respectivo povo, tem como uso de suas atribuições, manter efetivos entendimentos com outras organizações indígenas do estado de Roraima como: a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (*APIR*); Organização dos Professores Indígenas de Roraima (*OPIR*); Conselho Indígena de Roraima (*CIR*); Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (*OMIR*); Taurepang, Wapixana e Macuxi (*TWM*) e Aliança de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (*ALIDCIR*), sendo essas relações de apoio recíproco em prol do fortalecimento do movimento indígena.

Em relação a instituições públicas, a referida organização mantém constantes parcerias de apoio com a Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*), *ELETOBRAS*, Ministério do Desenvolvimento Agrário (*MDA*), Companhia Nacional de Abastecimento (*CONAB*), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (*EMBRAPA*), Universidade Federal de Roraima

(*UFRR*), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*IPHAN*), Secretaria de Estado do Planejamento (*SEPLAN*), Ministério Público Federal (*MPF*) Ministério Público Estadual (*MPE*), Prefeitura municipal de Boa vista através da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (*FETEC*), Secretaria Estadual do Índio (*SEI*) e entre outros órgãos públicos.

A partir da nova realidade, a *APITSM* se depara ainda mais para novos avanços e necessidades, como forma de consolidar sua sustentabilidade administrativa, inclusive ampliando parcerias, captando novos recursos, rumo a tão desejada autonomia institucional, através do aprimoramento de sua gestão, investimentos diversos, provimento de consultorias e assessoramentos técnicos e apoio a projetos agropecuários nas comunidades e fortalecimento do movimento indígena.

Cumprindo esse papel, a *APITSM* tem se mobilizado para galgar novos desafios, voltada à possibilidade de ser atendida com seus projetos de defesa da área e desenvolvimento que enfatiza cinco propostas norteadoras como: o monitoramento e proteção da terra indígena São Marcos; o cultivo de roça em sistema de caiçara; a criação de peixes regionais em canais de igarapés; a melhoria de infraestruturas das fazendas depósitos Xanadu, Maruwai e Teiú e o manejo do pirarucu na bacia do igarapé Maruwai.

Dessa forma, aumenta o desejo de trabalho da *APITSM*, onde se busca meios para uma convivência harmônica e sustentável a serviço dos povos indígenas da terra indígena São Marcos e de outras terras indígenas situadas no estado de Roraima.

Só a título de conhecimento este programa teve sua origem antes da implantação do empreendimento, quando foi necessário estabelecer o processo de negociação com as comunidades indígenas da referida área, por onde a Eletrobrás/Eletronorte pretendia e mais tarde instalou a Linha de Transmissão de energia elétrica.

Conforme dados de 2012 das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (*Eletrobrás/Eletronorte*), o Programa São Marcos (*PSM*) foi desenvolvido em parceria com a Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*) e as referidas comunidades da área indígena em questão e que tinha como meta os seguintes objetivos:

- Acompanhar sob a ótica ambiental o planejamento e todo o processo de instalação da Linha de Transmissão Santa Elena/Boa Vista.

- Como forma de compensação financeira a *Eletrobrás/Eletronorte* indenizaria e promoveria a saída de todos os invasores da Terra Indígena São Marcos, cuja viabilização dar-se-ia pelo Programa São Marcos.
- Implantar em parceria com a *FUNAI* e comunidades indígenas um sistema de fiscalização da Terra Indígena São Marcos, com o objetivo de evitar o retorno dos invasores retirados no processo de compensação financeira e evitar novas agressões ambientais e fundiárias naquela Terra Indígena.

Ainda conforme a *Eletrobrás/Eletronorte* (2012), em complemento a estas ações do Programa São Marcos foi implantado o programa “oficina da terra”, com o objetivo de produzir mudas de essências florestais nativas atingidas pelo empreendimento, e ao mesmo tempo treinar os indígenas no processo de produção de mudas visando à recuperação de áreas degradadas daquela Terra Indígena.

Além de outros programas voltados para a área de educação e informação ambiental junto às comunidades e em complementos e também implantou-se, ainda, um programa de apoio ao transporte dos indígenas com veículos como ônibus, caminhão e camionete, com objetivo de atender a necessidades dos indígenas nos seus deslocamentos e transporte de seus produtos.

Em janeiro de 2004 o Programa São Marcos, deu partida em uma nova fase, que algumas lideranças indígenas de Roraima chamam de "o terceiro passo" que foi a assinatura de um novo convênio com a Eletronorte (ELN 001/04), agora diretamente com a organização indígena Associação Programa São Marcos (*APSM*), tornando os indígenas gestores do programa.

No decorrer do ano de 2004, uma sequência de debates e avaliações redundou em um realinhamento das ações, abrindo um espaço maior para o apoio ao etnodesenvolvimento das comunidades indígenas locais e a consolidação do plano de trabalho conjunto entre a organização indígena e a empresa de energia que foi parte orientadora para o convênio que teve seu término em 2008 e evidenciou a nova ênfase em que se destacaram ações que favoreceram uma maior estruturação e superação de fragilidades da economia das comunidades da terra indígena São Marcos.

Em junho de 2010 foi assinado um acordo e foi feita uma parceria entre a *FUNAI*, *Eletrobrás/Eletronorte* e a agora a *APITSM* que assumiu a responsabilidade em administrar e zelar pelos recursos e povos indígenas da terra indígena São Marcos. No acordo firmado entre

as instituições ficou acertado um repasse de 8 milhões de reais no decorrer dos anos de 2010 a 2017 para a organização indígena em questão para permitir aos indígenas da terra São Marcos, a gestão autônoma de projetos produtivos em suas comunidades (ELETROBRÁS/ELETRONORTE,2012).

Na atualidade, com a autonomia da *APITSM* e os recursos que a Eletronorte/Eletronorte tem repassado como forma de indenização pela passagem do linhão de Guri na terra indígena. A população que habita essa área tem se organizado para criar projetos e manter os que já existem, como as fazendas depósitos e as criações de gado nas comunidades e também a implantação de projetos agrícolas que envolve a participação de todos os membros da comunidade e da própria escola, como a criação de roças que são cuidadas pelos próprios jovens da comunidade com o intuito social de repassar ao jovem, responsabilidades e deveres perante a sociedade a que vive.

Outra organização que trabalha diretamente com os povos indígenas da terra indígena São Marcos e que teve grande importância para o povo indígena na busca de soluções para a melhoria do bem estar social e fortalecimento da cultura dos povos é a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (*APIRR*) que é antecessora e ao mesmo tempo contemporânea da *APITSM* e que teve grande relevância e contribuição na luta para a retirada dos posseiros junto com a Associação Programa São Marcos (*APSM*) que posteriormente deu origem a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (*APITSM*).

Nos últimos anos a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima se encontra com grandes problemas de gestão e prestação de conta de recursos financeiros repassados por seus parceiros e financiadores, o que tem gerado uma estagnação de todos seus trabalhos e projetos ainda em 2015, situação que já tinha sido constatada em 2009.

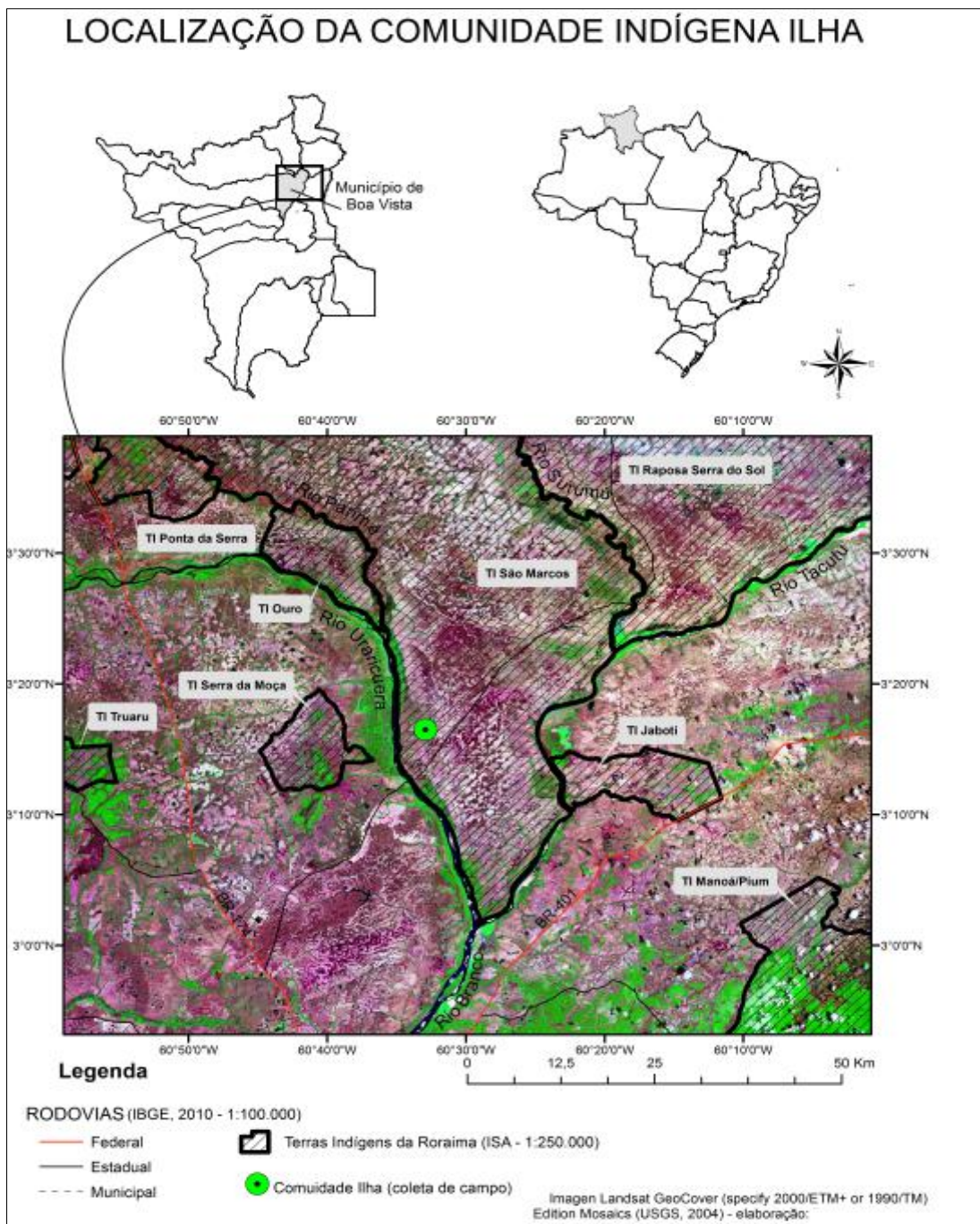
Hoje a *APIRR* está sob nova coordenação e lamentavelmente passa por sérias dificuldades no que diz respeito ao refinanciamento de recursos, a renovação de convênios e/ ou parcerias, pois o uso indevido dos recursos e a falta de prestação de contas da direção anterior acarretaram o desmoronamento dos trabalhos da organização perdendo o crédito em todas as instâncias das parcerias (MANDUCA, 2009. p.30).

Contudo, na atualidade as comunidades indígenas estão mais conscientes de seu papel na mudança e transformação da realidade social a qual estão inseridas para se chegar a uma melhor condição social e também na busca de seus direitos perante a sociedade nacional. Situação que teve grande contribuição das organizações como a *APIRR* e das próprias assembleias de tuxauas e de reuniões de lideranças indígenas realizadas nas comunidades da terra indígena São Marcos.

3.3.3 A Região do Baixo São Marcos e a Comunidade da Ilha

O presente histórico da comunidade da Ilha se baseia em uma entrevista cedida pelo tuxaua da comunidade Sr. Alvino Moraes aos professores Maxim Repetto e Maria Barbara Bethonico para o projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena (*OBEDUC*) para a construção do calendário cultural. A seguir o mapa da região do baixo São Marcos:

Figura 9: Mapa do baixo São Marcos.



Fonte: Elaboração própria (FEITOSA, 2015).

O presente mapa contém a localização da comunidade indígena da Ilha ao qual nos mostra o ponto com referência ao centro da Comunidade a qual está inserida na terra indígena São Marcos e na região conhecida como Baixo São Marcos, baseando-se em dados coletados em campo com o aparelho de Sistema de Posicionamento Global (*GPS*- sigla em inglês).

3.3.3.1 Histórico da Comunidade da Ilha

A comunidade da Ilha foi fundada em 1993 com 13 pais de família e hoje está com 45 famílias, tal comunidade é resultado do desmembramento da comunidade do Campo Alegre que fica localizada, aproximadamente uns três quilômetros de distância do centro da comunidade da Ilha e teve como primeiro tuxaua o senhor Alvinho Morais.

A referida mudança foi objetivada em se ter uma melhor qualidade de vida e buscar novos projetos para ter uma vida cheia de esperança e prosperidade. Pois, antes de 1992 a vida que era levada era uma vida de trabalho duro e a comunidade se reuniu para se buscar uma vida melhor tanto para os adultos quanto para as crianças, adolescentes e jovens da comunidade (MORAIS, 2014).

Essa mudança de espaço territorial da comunidade indígena da Ilha expressa na fala do Tuxaua Alvinho Morais, se encaixa dentro das proposições de Paul Claval (2001), pois, o lugar não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica, eles estão carregados de sentidos para aqueles que os habitam. Ou seja, as pessoas constroem o lugar e imprimem nele características próprias de seu modo de viver, produzir e reproduzir-se socialmente de modo a criar elos afetivos entre a pessoa e o lugar ao qual está habitando.

Além do mais, a comunidade do Campo Alegre fica em área alta e a nova comunidade que seria formada ficaria em uma área mais baixa e que no inverno algumas áreas da nova comunidade ficam encharcadas ou alagadas, tornando as áreas mais férteis naturalmente, pois, fica próxima ao rio Uraricoera.

Todo começo de ano é feita uma reunião comunitária convocada pelo tuxaua e demais lideranças da comunidade como o vaqueiro, o capataz, o diretor da escola, os agentes de saúde e demais membros da comunidade para decidir as diretrizes que serão seguidas durante todo o ano. Onde a maioria decide os trabalhos que serão realizados na comunidade e todo segundo sábado de cada mês é feita uma reunião para analisar, debater, organizar, reorganizar e avaliar os trabalhos e ações que são feitas na comunidade.

Na comunidade a forma de trabalho pode ser comunitária como também individual para que todos os moradores da comunidade possam ser ajudados e a comunidade possa se desenvolver de forma unida e solidaria entre os membros.

No inicio da comunidade a população vivia principalmente da pesca e caça os recursos naturais eram bastantes fartos e hoje em dia tais recursos naturais já não são tão fartos. Ou seja, há uma escassez de peixes e caças no ecossistema da comunidade da Ilha.

Devido a essa situação de escassez de caça e pesca a população da comunidade se reuniu para batalhar e buscar projetos de gado, carneiro e peixe para que pudesse ser amenizado esse problema enfrentado na comunidade. Esses projetos de subsistência familiar, em sua maioria são financiados pelo governo federal, pela Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*) e pela prefeitura municipal de Boa Vista. E, que tem o intuito de fortalecer as formas próprias de manejos, uso sustentável e conservação dos recursos naturais pelos indígenas, e, além e claro de promover a inclusão social das comunidades e gestão do território.

A primeira escola da comunidade foi à escola estadual em 1994 e funcionou por três anos e depois veio à escola municipal que funciona até aos dias de hoje. Além disso, há um posto de saúde na comunidade, banheiros comunitários e um poço artesiano que foram construídos pelo poder publico.

A comunidade está em uma área indígena que está localizada dentro do município de Boa vista, há problemas como a questão da bebida alcoólica e invasão do território da comunidade de pessoas que tem acesso à comunidade através do rio e vai pescar nos lagos que são depósitos naturais para a comunidade.

Em relação a outras comunidades próximas, há muitos roubos de gado e cavalos por pessoas que vem de fora da terra indígena e acabam praticando esses maus atos contra os bens das comunidades indígenas que estão localizadas na área do baixo São Marcos na terra indígena São Marcos.

Fazendo uma análise geográfica desses problemas enfrentados pela comunidade da Ilha e demais comunidades próximas da cidade de Boa Vista pode se observar uma grande mobilidade e fluxos de pessoas que muitas vezes vem de fora da terra indígena para caçar, pescar e até mesmo para praticar ilícitos, pois, há uma dificuldade de controle e fiscalização do território indígena e ao mesmo tempo há uma mobilidade dos indígenas que saem das comunidades para ir a cidade resolver seus assuntos pessoais.

Dentro da literatura geográfica tal situação se enquadraria dentro do conceito de território-rede, como afirma Haesbaert, (2004) que território e rede não são dicotômicos, que a rede pode ser um elemento constituinte do território. E também nessa mesma linha de pensamento há de perceber que o território está constante movimento.

Para nossos propósitos, a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais 'interno' ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais 'externo' ou desarticulador de territórios (HAESBAERT, 2004, p. 294).

Concernente a isso, o território-rede consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios. Pois, mesmo não tendo um contato físico com a parte da cidade de Boa Vista em decorrência da separação feita pelo rio Uraricoera, há conexões feitas pelos transeuntes que ocorrem por utilização de carros, motos e demais transportes através da balsa do Passarão que é um elo que conecta e desconecta o acesso entre as duas margens do rio.

3.3.4 Atividades Sociais e Transformações Espaciais da Comunidade Ilha

A comunidade Ilha é nova em comparação ao tempo em que existiam as atividades humanas nessa terra tanto do homem da sociedade nacional quanto dos vários grupos indígenas que habitavam as várias áreas do vale que é banhado pelo rio Uraricoera e que hoje é conhecida como Baixo São Marcos.

Antes da demarcação e homologação da terra indígena existiam de fato essas relações sociais entre o homem da sociedade nacional e os grupos indígenas que já povoavam aquelas áreas até mesmo antes da chegada do explorador europeu nessa área.

Essa linha de pensamento é colocada para exemplificar que antes mesmo da criação jurídica da terra indígena São Marcos e das normas para a fundação de novas comunidades indígenas para reconhecimento perante os órgãos de administração e fiscalização federal e da própria sociedade nacional os povos indígenas já tinham sua identidade cultural e suas relações sociais próprias.

Em muitas abordagens o indígena e sua história são colocados como se tivesse início a partir da chegada dos europeus, reduzindo-os a uma história de perdas, tornando sua versão da história como uma visão de vencidos, onde o contato intermitente, permanente até sua

integração, carrega um significado para os povos indígenas da perda de suas identidades próprias (GALLOIS, 2001).

E na realidade os povos indígenas possuem toda sua cultura e modo de vida baseada na relação do homem com o meio ambiente e a organização do espaço da comunidade e o espaço das habitações indígenas, onde acontecem às relações sociais, são carregados de significados simbólicos. São também considerados como aspectos que fazem parte da cultura material de um povo.

Na geografia os elementos físicos e as relações sociais são importantíssimos na análise do espaço geográfico. Pois, conforme a literatura geográfica o espaço geográfico evolui conforme conjuntos de relações e que se estabelecem de forma conjuntural na superfície na terra (DOLLFUS, 1970; CORRÊA, 2001; SANTOS, 2012).

Na comunidade da Ilha são observadas as relações sociais de forma bem dinâmica no sentido de que há uma interação entre os grupos sociais e as instituições que se encontram presentes naquela comunidade como a igreja evangélica, a igreja católica, a escola e os outros atores sociais que se encontram dentro dessa sociedade indígena.

Dentro da comunidade todos tem os mesmos direitos e recebem os mesmos tratamentos e é claro que todas as normas são colocadas em prática com o consentimento de todos e que é definida dentro de reuniões na própria comunidade ou em assembleias gerais realizadas dentro da terra indígena São Marcos.

A formação social é bastante simples não há uma grande concentração populacional se comparado com povoados ou vilas existentes fora da terra indígena. Em relação a coletividade ela é praticada em alguns serviços comunitários como o serviço de fabricação de tijolos ou na tarefa de fazer roça para a comunidade e em eventuais serviços de interesse comunitário.

Uma das figuras importantes dentro da organização social da comunidade da Ilha e demais comunidades existentes no estado de Roraima é a figura do tuxaua que tem a função de administrar e liderar a comunidade nos amplos aspectos da vida social do povo e das necessidades básicas para o bom funcionamento da respectiva sociedade indígena.

E dentro desta situação social há várias relações de convívio interpessoal que vai desde as atividades que envolvem o campo de futebol com seus campeonatos que envolvem os times de homens, mulheres, jovens e adolescentes aos festejos que são realizados na comunidade e que tem a participação de todos.

Em suma, a comunidade indígena da Ilha tem suas características próprias, haja vista, que possui um malocção central ao qual quando você chega na comunidade é o primeiro lugar que você vai parar para ter acesso ao restante da comunidade que está constituída ao seu redor por construções de casas de barro e cobertas por palha e que se mistura com construções de alvenarias cobertas com telhas. E, dividindo as casas em suas margens encontra-se uma estrada central que percorre toda a comunidade e que ao longo de seu percurso também dá acesso ao rio Uraricoera e as roças dos moradores por caminhos menores.

3.3.5 Relação do Homem com o Meio Natural e o Meio Construído na Comunidade da Ilha

Para um melhor entendimento sobre a relação do homem com o meio natural e meio construído é necessário partir do pressuposto que o surgimento e o desenvolvimento socioespacial na comunidade Ilha está condicionado por forças de verticalidade e horizontalidade que criam repercussões estruturais à (longo prazo) e conjunturais (curto prazo) de influência.

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação (SANTOS, 2012. p, 235).

A fundação e a estruturação do padrão de desenvolvimento socioespacial destas comunidades estão atreladas a forças de verticalidades (criação de estradas e a própria demarcação da Terra de Indígena de São Marcos) e a forças de horizontalidades (questões culturais locais e o desenvolvimento de uma relação com a região agrícola conhecida como Passarão), as quais se materializam no espaço geográfico desta comunidade.

Nesse sentido se buscou a compreensão de tais forças por entender que as horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”, e as verticalidades são “pontos no espaço que, separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 1996, p.225).

As verticalidades são conformadas por relações que hierarquizam os espaços, nas quais imperam as racionalidades de origem distante, estranhas, que acabam por desarticular a

lógica local, se materializa no espaço por meio de relações econômicas, políticas sociais e culturais que se estabelecem entre o local e o regional e até o mesmo entre o local e o nacional.

As verticalidades no baixo São Marcos a qual a comunidade da Ilha está inserida se expressa por meio do federalismo, municipalismo e do próprio governo estadual por políticas assistencialistas e de repasse. Existe um jogo político entre as comunidades e os políticos locais aos quais há uma expectativa de parceria entre ambos e com a chegada do poder de um político local ao senado federal que nasceu em uma comunidade indígena está havendo articulações políticas entre as organizações indígenas e as comunidades.

As horizontalidades se dão por meio de relações políticas, econômicas, sociais e culturais que se estabelecem na escala local na qual a lógica vigente atende as demandas locais nascidas das relações de vizinhanças. As horizontalidades na comunidade da Ilha são expressão de suas forças no espaço socioculturais por meio das relações locais com a área conhecida com Passarão e com a realidade da terra indígena e tudo que ela representa em termos de técnica, cultura e conflitos.

***O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL COMO MÉTODO DE ESTUDO DAS
DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO CULTIVO DA MELANCIA NA COMUNIDADE
DA ILHA***

O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL COMO MÉTODO DE ESTUDO DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO CULTIVO DA MELANCIA NA COMUNIDADE DA ILHA

O terceiro capítulo apresenta uma discussão inicial sobre a temática que envolve a relação do homem com o meio natural e posteriormente faz uma fundamentação teórica sobre marcos conceituais apresentando o conceito de sociotureza. O presente conceito envolve a relação do homem com o meio natural, levando em consideração a visão de mundo dos povos indígenas que vai muito além das coisas físicas, pois, envolve a ideia de cosmo visão, onde os espíritos protetores existem para proteger os seres vivos pertencentes à natureza e o ser humano precisa estar em sintonia com o meio natural para conviver em harmonia e manter suas relações socioespaciais.

E também, esse capítulo faz um estudo sobre o calendário cultural como um método de análise das relações socioambientais, traz também a metodologia aplicada nesse trabalho de pesquisa e além do estudo da atividade de plantar melancia na comunidade e o passo a passo da atividade humana de plantar melancia.

4.1 RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA

Inicialmente o presente capítulo estará discutindo alguns conceitos correlacionados com a temática de relações socioespaciais. Ou seja, tal pesquisa trabalhará as relações do homem com a natureza, observando de forma analítica as relações sociais que transformam a paisagem a qual os grupos indígenas que vivem na terra indígena de São Marcos estão inseridos.

Tal relação, entre homem e natureza produz heranças que na geografia, conforme Santos (2012), é chamada de paisagem geográfica. Além disso, São Marcos está situada em região de lavrado no Estado de Roraima, fato que nos desperta, a fazer uma análise sobre o modo de vida deste povo e suas sucessivas relações com o meio ambiente.

No estado de Roraima as terras indígenas estão situadas em regiões de mata e lavrado, fato que nos impulsiona a perceber que os costumes e relações socioespaciais dos

povos que habitam em região de mata é em grande parte diferente dos costumes dos povos que habitam a região de campos naturais ou lavrado.

Começando primeiramente pela adaptabilidade do ser humano causada por vários fatores como, por exemplo, a disponibilidade de recursos naturais e pelo próprio ambiente natural que possui característica peculiar a cada ecossistema ao qual está inserido. Ou seja, “no sentido não evolucionista e mais comum, adaptação pode se referir-se às mudanças fisiológicas e comportamentais elicitadas por mudanças ambientais” (MORÁN, 1990, p.27).

A discussão sobre o referido tema envolve os Macuxi que vivem na terra indígena de São Marcos a partir da comunidade da Ilha e suas relações com a região da vila do Passarão. Por entender que é no e pelo território atual circunscrito, que as dinâmicas temporais e escalares foram sendo construídas, ou seja, a comunidade indígena e suas relações sicionaturais com o ambiente geográfico em que vivem dá sentido ao passado e ao presente.

O povoado que é conhecido como vila do Passarão é uma colônia agrícola formada por agricultores que se instalaram as margens do rio Uraricoera que fica do lado da cidade de Boa Vista, sendo que o outro lado da margem do rio fica do lado da terra indígena São Marcos.

O lugar é conhecido popularmente como Balsa do Passarão por ter uma balsa que faz a travessia de pessoas e veículos que interliga a RR/ 319 a BR/174 e dar acesso da capital do estado que é Boa Vista aos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã e fica distante da cidade de Boa Vista a 50 km conforme marcação feita em uma das viagens de campo feita para a elaboração deste trabalho.

Nessa perspectiva, a presente dissertação contribui nas discussões e reflexões geográficas de como essa sociedade indígena se organiza no espaço, de que forma ela expressa sua cultura e como são refletidas perante a sociedade nacional as suas práticas religiosas, políticas, sociais, suas crenças e saberes tradicionais que perduram por várias gerações.

Conforme Claval (2003), a partir da releitura sobre o desenvolvimento da geografia cultural, sugere a utilização da abordagem cultural na geografia humana. Essa abordagem leva em consideração que todos os fatos geográficos, sejam políticos, econômicos e/ou sociais são de natureza cultural.

Além disso, esses elementos culturais acabam se tornando variáveis que se somam entre si, em debates sobre os grupos étnicos. Para Claval (2001), os estudos culturalistas devem adquirir uma concepção mais crítica dos aspectos culturais e da sociedade como um

todo, tentando compreender a vida cotidiana da sociedade e como ela se organiza no espaço. E em sua concepção, cultura significa:

A soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio (CLAVAL, 2001, p. 63).

Como expressão de uma cultura transmitida e resignificada através do espaço-tempo, o saber indígena pode ser visto como uma forma de entender a trajetória dos povos indígenas que viveram e vivem na terra indígena de São Marcos em diferentes situações.

Sendo que a geografia cultural é a área da geografia humana que estuda os produtos e normas culturais gerados pelos indivíduos que transformam o espaço ao qual fazem parte. Ou seja, como esses fenômenos culturais variam ou permanecem constantes de um lugar para outro na perspectiva das ações humanas.

O conhecimento indígena dos povos que vivem na terra indígena de São Marcos e de muitos outros povos indígenas que vivem no Brasil, é de grande relevância no sentido que esse conhecimento por si só, proporciona o fortalecimento cultural desses grupos sociais. Pois, a rica tradição desses povos possui conhecimentos na forma de linguagem, crenças, artes, religião, trabalhos e outros fenômenos culturais que variam ou permanecem constantes dentro de seus espaços territoriais.

Posteriormente, serão analisados alguns conceitos chave dentro da antropologia e das ciências geográficas como o conceito de sociotureza e paisagem de forma que essas apresentações servirão para uma melhor compreensão e clareza deste estudo, pois, de forma peculiar serão analisadas questões geográficas e antropológicas que envolvem o estado de Roraima e os povos indígenas que aqui habitam (FARAGE, 1991; SANTILLI, 2001).

Mas antes de entrar nas categorias geográficas, também se faz necessário conhecer o conceito antropológico de sociotureza ou socionatureza que também será uma base para esta pesquisa. Por se tratar de um conceito antropológico e que envolve questões socionaturais de sociedades indígenas que vivem na região amazônica.

4.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE SOCIOTUREZA

A discussão da relação do homem com a natureza durante muito tempo foi, e é até o presente momento, permeada por diferentes condicionantes tanto da vida humana quanto da própria dinâmica da natureza.

Ao interpretar as dinâmicas territoriais dos povos indígenas que vivem em São Marcos, mais especificamente na comunidade da Ilha, será analisada a relação do homem com o meio em que vive, para tanto é necessário ter a definição do conceito da palavra homem para uma melhor compreensão das relações socioespaciais.

[...] o homem é antes de mais nada uma criatura material, natural, um elemento da natureza, que só é capaz de prover suas necessidades pela interação material com os objetos naturais, os objetos de suas necessidades e que, por outro lado, dispõe de um número finito de potencialidades, de capacidades naturais, inscritas em sua estrutura orgânica (MARKUS, 1974, p.82).

Em complemento ao conceito da palavra homem, se faz necessário entender o conceito de cultura para compreender as práticas sociais do homem com a natureza. Ademais, “a cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico” (LARAIA, 2008, p.48).

Nesse aspecto a cultura seria esse equipamento superorgânico que está presente no e entre os seres humanos e que tem “vida própria” numa forma simbólica e que opera a um nível mais complexo e elevado que o orgânico não necessitando criar possibilidades para o homem modificar o seu aparato biológico.

Podendo-se entender que a cultura é constituída pelo resultado da relação produtiva do ser humano sobre a natureza. Ou seja, tudo aquilo que é natural e tem atividade humana condensada, é cultura. Desse modo, compreende-se que a cultura é indissociável do processo de produção e transformação do meio.

Neste caso, a análise do conceito de ‘sociotureza’ ou ‘socionatureza’, é fundamentada nos processos interativos existentes na superfície terrestre com a sociedade, fato que abre um largo horizonte de possibilidades de pesquisa, principalmente aquelas

relacionadas com a identificação de padrões temporais e espaciais. Isso na geografia é conceituado como “rugosidade” (SANTOS, 2012, p.140).

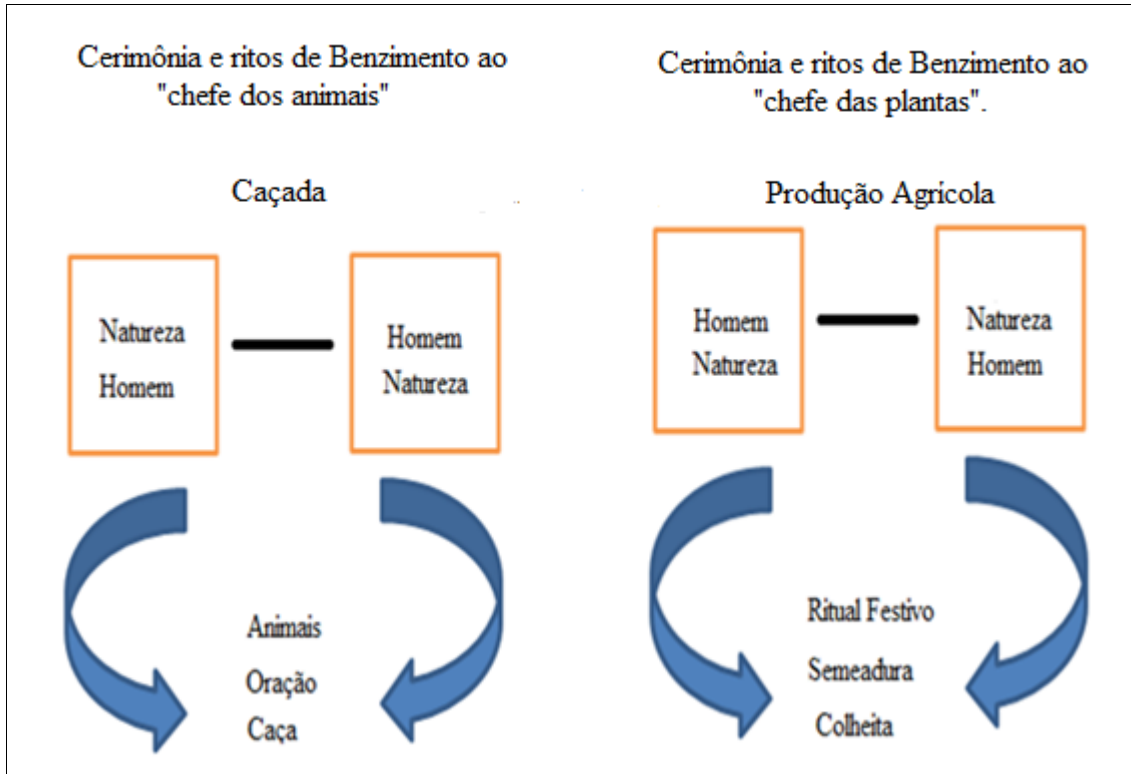
Neste sentido, o estudo da relação sociedade-natureza desponta-se como importante instrumento para análise socioespacial, oferecendo subsídio, para compreensão da relação do homem com a natureza. Ou seja, suas práticas sociais e culturais correlacionadas com a natureza é um processo que atravessa o tempo e o espaço de forma a modificar a paisagem a qual está inserido.

O conceito de sociotureza ou socionatureza proposto por Gasché; Vela (2011) trata das questões indígenas e a relação dos indígenas com a natureza na região da floresta Amazônica.

Hablando de “universo material” estamos creando una categoría de la realidad que en nuestra mente urbana no coincide con las categorías que maneja la mente bosquesina, pues hemos mencionado anteriormente que los seres humanos y seres de la naturaleza, para el bosquesino, forman conjuntamente su sociedad (la “sociotureza”). Para el bosquesino, desde luego, la naturaleza no sólo es materia sino contiene atributos personales con los que es necesario de “convivir” e “intercambiar”(GASCHÉ; VELA,2011,p.92)

Tal conceito da relação entre homem e natureza de (GASCHÉ; VELA 2011 apud REPETTO, 2012, p.24), permite falar no conceito de “socionatureza”, pois os conceitos de cultura e natureza, separados, perdem sentido para compreender a realidade indígena e de populações tradicionais na Amazônia, onde ambos estão intrinsecamente vinculados e construídos. A seguir, figura contendo análise do conceito de sociotureza.

Figura 10 – Análise do conceito de Sociotureza: relação de interdependência entre homem e natureza.



Fonte: Elaboração própria, (FEITOSA, 2015).

A relação socioespacial, bem como todo saber e conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas há muito tempo tem estado condicionado pelo contexto geográfico e ao mesmo tempo, associado ao ambiental e cultural em que produz e reproduz as variações da formação social. Ademais, produz diversas formas de leitura e percepção da realidade e da relação do homem com a natureza.

4.3 TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO E FORMAÇÃO DE NOVAS PAISAGENS CULTURAIS

Em relação ao ponto de vista da geografia o ser humano é o principal agente modificador do espaço, criando assim novas paisagens. Sejam elas paisagens naturais ou paisagens culturais, onde a ação do homem é predominante e suas ações resultam em transformação do espaço geográfico.

Como aponta Santos (1985), o espaço é tido como um fator da evolução social, o espaço é o conjunto da natureza, seja em seus aspectos naturais, artificiais ou de objetos geográficos, com a sociedade, o que ela produz e reproduz. Dessa forma, a paisagem é tida como um objeto geográfico de extrema importância por mostrar os processos visíveis que a sociedade reflete.

A ação humana produzida e reproduzida em um determinado tempo e um determinado espaço implica mudanças em sua forma e, conseqüentemente, em sua paisagem. Além disso, tal teórico da geografia em sua literatura afirma que a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente (SANTOS, 1985).

Nessa linha de pensamento a comunidade da Ilha possui a presença de elementos e de objetos símbolos presentes na paisagem ao qual a comunidade está inserida. Fato que ajuda a comunidade a não perder por total seu processo histórico, conservando um pouco de sua paisagem do passado e o cenário ao qual a comunidade estava inserida na estrutura do espaço geográfico local.

Ademais temos como exemplo, a antiga estrada que passa por dentro da comunidade e vai até o rio Uraricoera por onde passavam as mercadorias e os fazendeiros da região que tinha transporte e usavam a rodovia como meio de ligação entre Boa vista e a região do São Marcos (relato dos moradores da comunidade Ilha ao projeto OBEDUC, 2014).

Com as ações do Estado na construção da RR 319 na década de 1970 para 1980, a antiga estrada que antes tinha uma grande importância de ligação e transporte para a região e fazendas da localidade, atualmente possui uma importância significativa apenas para a comunidade e seus transeuntes que a usam para ir fazer suas atividades cotidianas aos arredores da comunidade e acesso ao rio Uraricoera.

Portanto, as formas e as transformações do espaço e da paisagem geográfica que são feitas tanto pelo homem como também pelos processos naturais, são governadas pelo presente e embora se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas geográficas do presente (SANTOS, 1985).

Conforme relatos dos moradores e do tuxaua da comunidade ao analisar as formas espaciais, o crescimento da população e as relações socioespaciais da comunidade da Ilha ao longo do tempo, entre sua fundação como comunidade até aos dias atuais, percebeu-se que houve uma modificação da paisagem no espaço a partir do trabalho humano materializado e geografizado, ao qual proporcionou à forma geográfica existente, uma nova estrutura e nova função a ser desempenhada.

Essa nova estrutura e nova função é produto de uma organização socioespacial e econômica que ditam as mudanças na forma física e na função de um espaço geográfico. Pois, antigamente a estrada tinha outras funções sociais e econômicas alheias aos interesses dos indígenas que habitam aquela área.

No entanto, em meio de tantas mudanças culturais e socionaturais, percebeu-se que ainda há resquícios do passado constituindo a paisagem geográfica da comunidade da Ilha como a antiga estrada que corta a comunidade e que em suas margens e contornos foram construídas as casas da comunidade.

A discussão da paisagem é um tema antigo da Geografia. Desde o século XIX, a paisagem vem sendo discutida para se entender as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Dentro da Geografia, a interpretação do que é uma paisagem diverge dentro das múltiplas abordagens geográficas. Observa-se na literatura geográfica clássica que existem certas tendências “nacionais” mostrando que o entendimento do conceito depende, em muito, das influências culturais e discursivas entre os geógrafos.

Em relação ao conceito de paisagem dentro do campo da Geografia é um conceito que tem uma distinção e ao mesmo tempo uma complementariedade com o conceito de espaço geográfico. O conceito de paisagem exprime a relação do homem com as formas físicas que com o passar do tempo o ser humano vai imprimindo suas marcas. Ademais a maioria dos conceitos sobre paisagem se atrela, no fundo, a determinadas abordagens filosóficas surgidas nas escolas alemãs e francesas de geografia.

A escola alemã surge com a teoria do determinismo ambiental, teoria formulada no século XIX pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel que fala das influências que as condições naturais exerciam sobre o ser humano, sustentando a tese de que o meio natural determinaria o homem. Nesse sentido, os homens procurariam organizar o espaço para garantir a manutenção da vida.

A escola francesa com o possibilismo geográfico que teve origem com Paul Vidal de La Blache. Realizou estudos regionais procurando provar que a natureza exercia influências sobre o homem, mas que o homem tinha possibilidades de modificar e de melhorar o meio, dando origem ao possibilismo. A natureza passou a ser considerada fornecedora de possibilidades e o homem o principal agente geográfico.

Nesta pesquisa, o conceito de paisagem vai ser de fundamental importância, pois, através dele, será possível fazer uma análise das transformações das paisagens físicas e

culturais feitas pelos povos indígenas que vivem na terra indígena ao qual é nosso objeto de pesquisa, a saber:

[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista alcança. Não é apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, atores, sons, etc.(SANTOS, 2012.p.61).

Essa é uma definição clássica de paisagem proposta pelo autor, no entanto, existem outras definições de paisagem proposta por outros autores que revelam sua natureza trans-temporal, pois junta objetos passados e presentes em uma construção transversal. E que também faz uma distinção do conceito de espaço geográfico.

Na visão do autor o conceito de paisagem geográfica tem um caráter de forma dual que revela um passado já morto que permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (SANTOS, 2012.p.107).

Através dessa história congelada e viva é que o trabalho irá analisar as funções sociais, culturais e históricas da comunidade indígena que vai ser o objeto de estudo dentro da área indígena de São Marcos, pois, será analisada as suas atividades do dia a dia e de seu cotidiano. Sejam, as do presente ou as do passado que ainda continuam vivas na memória da comunidade.

Enfim, paisagem é um conceito-chave para os geógrafos a partir do qual se podem construir diversas abordagens e as mais ricas possíveis para a ciência geográfica. Situação que nos incentiva a trabalhar com tal conceito para uma melhor compreensão das relações socioespaciais dos povos indígenas que habitam a área de pesquisa deste trabalho.

4.4 O CALENDÁRIO CULTURAL COMO MÉTODO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE ILHA

O calendário cultural é uma técnica de sistematização das relações socioambientais, surgida no Peru e idealizada pelo antropólogo e linguista suíço Jorge Gasché, que é filiado ao Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (*IIAP*) e que atualmente tem trabalhado com os povos da Amazônia peruana sobre o respectivo tema.

No entanto, Gasché (2013) tem trabalhado em parceria com professores e universidades sobre a temática do calendário cultural e outras questões que envolvem a educação intercultural indígena. Como no caso do Brasil e em especial Roraima com a introdução da técnica do método indutivo intercultural que ocorreu em parceria com o professor Maxim Repetto da Universidade Federal de Roraima.

En México, gracias a la iniciativa de un grupo de maestros comunitarios chiapanecos de la Unión de Maestros para la Nueva Educación de México (UNEM) e independientes, y por la comprensión y compromiso de docentes universitarias mexica nas entre las que se encuentran María Bertely (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social CIESAS DF), Rossana Podestá (Universidad Pedagógica Nacional UPN Puebla), Érica González (CIESAS Oaxaca), Uli Keyser –UPN– Michoacán. En Brasil, gracias a la colaboración de Maxim Repetto (Universidade Federal de Roraima UFRR), Marcia Spyer (Universidade Federal de Minas Gerais UFMG) y Jucimar Dos Santos (Universidade Nacional do Estado de Bahia UNEB) (GASCHÉ, 2013. p.18).

E dentro deste estudo da temática do calendário cultural Gasché; Vela, (2011) explica como seria o calendário cultural ou socionatural vinculando-o mês a mês e relacionando os conhecimentos indígenas e sua relação com as atividades sociais e com os fenômenos da natureza como o clima, as estações do ano, fenômenos astronômicos e biológicos que ocorrem durante os meses do ano.

A lógica do calendário cultural ou calendário socionatural (homem e natureza) proposto neste trabalho se fundamenta na sistematização das atividades cotidianas e nas relações socioespaciais dos povos indígenas que habitam a comunidade da Ilha na terra indígena de São Marcos.

Tal lógica de construção do calendário cultural é feita através de pesquisas realizadas na comunidade e também com a população para evidenciar as relações do homem com o meio ambiente e as transformações que ocorrem no espaço geográfico no decorrer dos ciclos anuais.

Una manera de entrar en este ámbito de conocimientos bosquesinos es establecer el *calendario bosquesino* de una comunidad en el cual se inventaría, mes por mes, los fenómenos astronómicos, climáticos, hidrológicos y biológicos que se suceden a lo largo de un año, vinculándolos con las actividades sociales cuya realización se orienta en la aparición y duración de estos fenómenos (GASCHÉ; VELA,2011,p.66).

Nesse aspecto toda essa visão cosmológica de ver como funciona o mundo é que vai ser umas de nossas bases da pesquisa, pois, os povos indígenas não vivem a mesma lógica e modo de vida que o homem da sociedade nacional vive e sem os interesses causados pelo capitalismo ditado pelas grandes economias hegemônicas do mundo.

Para os povos indígenas de um modo geral a vida é mais relacionada e interligada com a natureza. Ou seja, suas relações sociais estão baseadas na capacidade de uso do espaço natural ao qual o indivíduo está inserido e também é uma forma de adquirir mais conhecimentos, seja, o conhecimento indígena ou ocidental.

A pesquisa do calendário, do ponto de vista dos pesquisadores indígenas mais jovens, é uma maneira de dar sentido às práticas de manejo, e fonte de conhecimentos e aprendizado com os mais velhos. De modo mais geral, permite entender a relação dos povos do alto rio Negro com seu meio ambiente, as práticas e conhecimentos envolvidos. Mais do que isso, pode ser uma via para explorar interfaces entre conhecimentos indígenas e ocidentais (CABALZAR, 2010, p.46).

Nessas proposições, o calendário cultural também é usado como uma técnica de sistematização das atividades da comunidade. Haja vista, que os povos indígenas possuem uma visão de mundo distinta a visão do homem da sociedade nacional, e que se amplia a vários aspectos sicionaturais e cosmológicos, dentro da realidade da qual estão inseridos.

As informações das atividades que são realizadas na comunidade da Ilha foram adquiridas através de várias oficinas que foram realizadas ao longo de um ano e envolveu a participação de membros da comunidade como lideranças, professores e alunos. E ocorreram trabalhos em grupo, onde cada grupo fazia as anotações das atividades que são praticadas na comunidade e posteriormente estas informações foram sistematizadas e organizadas em um único quadro de forma a indicar mês a mês o cotidiano da comunidade. A seguir, quadro de atividades da comunidade Ilha.

Quadro 05 - Atividades realizadas na Comunidade Indígena Ilha.

MÊS	ATIVIDADES DOS MEMBROS DA COMUNIDADE
JANEIRO	Planejamento comunitário; Preparação do plantio de melancia; Pescaria, caça de capivara; Olaria; Tirar ovos de tartarugas; Férias, matrículas na escola; Construções de casas.
FEVEREIRO	Melhora na pesca (tarrafa, rede, pesqueiro); Olaria; Troca de vaqueiro e ferra das rezes; Pasto fica seco; Queimada do lavrado; Início das aulas.
MARÇO	Colheita da melancia; Plantação da maniva (nas primeiras chuvas); Dificuldade das rezes; Água mais difícil; As plantas (brotam e florescem); Piracema (1º de março a 31 de junho).
ABRIL	Plantio (maniva, feijão, milho); Vacinação do gado; Plantio da melancia; Piracema; Dificuldade (caça e pesca); Semana Santa.
MAIO	Enchentes (enchente maior final de maio para junho); Plantio e cuidado da roça; Engorda o gado; Consumo de criações de terreiro; Ajuri nas roças; Farinhada; A troca do curral para caiçara; Dia das mães.
JUNHO	Colheita do milho; Final de junho liberação para pesca; Limpeza das roças.
JULHO	Férias escolares; Continuação da limpeza nas roças; Plantio de melancia; Terra brejada; Aumento de insetos; Dificuldade de caça e pesca.
AGOSTO	Animais peçonhentos; Plantio de feijão; Plantio na beira do rio; Trovoadas; Dia dos pais.

SETEMBRO	Início parcial do verão; Limpeza das roças (mais profunda); 2ª Etapa de plantio de mandioca; Melhora da caça e pesca (peixes gordos).
OUTUBRO	2ª vacinação do gado; Colheita de mandioca de 6 meses; Eleições municipais; Dia das crianças; Aniversário da comunidade (dia 13). Dia do professor;
NOVEMBRO	Confraternização na comunidade (dia 11); A baixa das águas (menor o volume de água); Melhora da pesca e caça; Colheita de melancia (2 meses); Plantio da mandioca e colheita; Dia 2- Finados; Início da parição das vacas.
DEZEMBRO	Última assembleia geral da comunidade; Início dos trabalhos na olaria; Preparação do festejo de Natal; Melhora da caça e pesca; A baixa das águas e surgimento das praias; Férias do ano letivo;

Fonte: relatório do projeto OBEDUC, 2012.

O motivo da escolha pelo calendário cultural é mostrar essa relação entre o mundo físico ou natural como a biologia, a geografia e a espiritualidade presente nas crenças dos indígenas e também correlacionar com a cultura presente nas atividades da comunidade Ilha. Ressalta-se ainda que a presente pesquisa tem como base teórica e metodológica a pesquisa do calendário cultural proposto por Gasché (2011), o que torna essa ação de caráter experimental, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão entre professores e alunos da Universidade Federal de Roraima e moradores da comunidade. A seguir o calendário cultural da comunidade Ilha com as atividades desenvolvidas no decorrer dos doze meses do ano.

Figura 11 – Calendário de atividades da comunidade Ilha.



Fonte: Elaboração própria. (FEITOSA,2015).

4.5 METODOLOGIA

As técnicas utilizadas para uma melhor construção deste trabalho foram as seguintes: observação e registro através de viagens de campo que ocorreram durante a pesquisa do mestrado, entrevistas com os moradores da comunidade da qual está dentro da área de pesquisa e oficinas de construção do calendário cultural que abordou as atividades que são feitas no território no decorrer dos meses do ano. E, claro que tais ações na pesquisa foram coordenadas pelos professores Maria Bárbara de Magalhaes Bethonico e Maxim Repetto que sempre nortearam a melhor forma de aplicar a metodologia que se adequasse a pesquisa do calendário cultural.

Quanto ao fim: a pesquisa tem caráter exploratório, pois, houve viagens de campo dentro do projeto de extensão chamado Observatório da Educação Escolar Indígena (*OBEDUC*), o qual é composto por professores e alunos bolsistas de graduação da Universidade Federal de Roraima, ligados ao instituto Insikiran de Formação Superior Indígena e também por um aluno bolsista de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima.

Quanto ao meio: a pesquisa tem caráter quali-quantitativo, cujo objetivo do projeto de extensão é investigar e analisar a implementação da proposta do calendário cultural, como instrumento pedagógico junto a diferentes povos indígenas que habitam diferentes biomas existentes em Roraima. E no caso de Roraima e mais especificamente neste trabalho de mestrado, é estudar as relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem em áreas de lavrado, no caso a terra indígena São Marcos e a comunidade já citada neste trabalho.

O universo de amostragem: tais dados da referida pesquisa inclui os moradores da comunidade Ilha que tem uma população de 120 pessoas, distribuídas em 37 famílias, conforme dados do último censo de 2014 realizado nas comunidades pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (*SESAI*) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (*FUNAI*). E, a parcela de amostra será composta por 6 pessoas entre homens e mulheres que estão na comunidade desde sua fundação.

Entrevistas: foram feitas entrevistas filmadas com os moradores, para uma melhor compreensão de como eram feitas as atividades e as divisões de trabalho para cada atividade da comunidade e observar seus pontos de vista para uma melhor análise dos dados e também foram feitas entrevistas com os primeiros moradores e em especial os moradores mais idosos,

pois, possuem mais conhecimento que os jovens. E foi feita uma análise das atividades atuais da comunidade para que se tivesse uma noção das atividades que mudaram e das que permaneceram mesmo com o passar do tempo.

Através de tais questionamentos se chegou a uma elucidação das atividades que são realizadas nas comunidades da Ilha e como ocorrem as transformações geográficas dentro do espaço geográfico, na paisagem, no território e suas territorialidades.

Oficinas: as oficinas aconteceram na comunidade da Ilha. Objetivando apresentar em detalhe a proposta de estudar as atividades sociais vivenciadas pela comunidade indígena. No entanto, eu não participei de todas as oficinas que tiveram seu início em 2012 e com meu ingresso no mestrado em 2013 fui convidado a participar do projeto e das oficinas que ainda precisavam ser realizadas na comunidade indígena da Ilha.

Nesse sentido, as oficinas eram realizadas na comunidade a cada 15 dias e aos sábados totalizando dois encontros mensais com a participação dos moradores para que pudessem interagir com os professores da Universidade Federal e Bolsistas que fazem parte do projeto do calendário cultural para que pudesse ser explanada a metodologia de construção do calendário cultural aos moradores da comunidade da Ilha e conseqüentemente iniciar as discussões e debates a respeito das ações socionaturais que ocorrem na comunidade.

E, nestes encontros também eram utilizados métodos para facilitar a compreensão da proposta metodológica de construção do calendário cultural como amostras de vídeos, leitura e discussão de textos sobre a temática de construção do calendário e entrevistas sobre as ações cotidianas que ocorrem durante os doze meses do ano na comunidade. Onde tais, métodos também nos ajudaram na coleta de dados da pesquisa, pois, todas as oficinas eram gravadas e posteriormente todas as informações áudio visuais e impressas eram sistematizadas em relatórios do projeto.

O que facilitou eu conseguir detalhar os passo a passo das atividades estudadas a partir de relatórios que já tinham sido construídos pelo projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena e dos relatórios que foram se consolidando ao longo do meu estudo de mestrado do programa de pós- graduação em geografia da Universidade Federal de Roraima.

Em suma, com as oficinas foi apresentado à proposta de estudo do calendário cultural da comunidade Ilha a partir de conhecimentos sócioecológicos. E para tal, análise foi utilizado seis indicadores sócioecológicos:

- 1) As atividades dos membros da comunidade (adultos);
- 2) Conhecimentos astronômicos em especial a influência da lua e do sol;
- 3) Indicadores climáticos;
- 4) Indicadores vegetais, as plantas e sua situação e desenvolvimento;
- 5) Indicadores animais, os diferentes animais e sua situação e desenvolvimento;
- 6) Problemas socioambientais e saúde.

E para análise desta dissertação e para uma melhor compreensão deste trabalho e também será escolhido o indicador vegetal para ser analisada dentro dos conceitos geográficos e antropológicos a relação do homem com o meio ambiente e sua transformação.

Dessa forma, ao interpretar as dinâmicas territoriais dos povos indígenas consideramos que toda pesquisa tem seus limites e permite que o pesquisador consiga penetrar e descobrir caminhos que o leve a “uma” compreensão da realidade.

De acordo com Streck (2006, p. 262) “todas as pesquisas contribuem de alguma forma para um acúmulo de conhecimentos que, em certo momento, pode permitir passos maiores ou a descoberta de caminhos alternativos na compreensão da realidade”.

Nesse sentido, buscou-se mostrar as observações e indagações do campo, a partir do diálogo com os povos que vivem nesse território, buscando uma interface não só entre ciência, mas também com os saberes e práticas dos indígenas, na tentativa de não transformarmos essa pesquisa em um instrumento de poder, mas transformá-la em um desafio para a “razão indolente”, como aponta Santos (2004) ao propor uma “ecologia de saberes”.

Portanto, no intuito de decifrar as relações socioespaciais povos indígenas que habitam a comunidade da Ilha para a construção do calendário cultural, tornando necessário o uso da etnografia, pois, nessa situação de estudo é primordial a utilização das técnicas etnográficas como a observação participante, entrevista, conversas informais, análise documental e história de vida.

Essas técnicas têm a finalidade de extrair dados e obter um entendimento profundo sobre a temática a qual é o objeto de estudo, levando em conta os valores e crenças que guiam as ações dos indivíduos.

Partindo do princípio que o etnógrafo desenvolve suas argumentações e questionamentos a partir dos trabalhos de campo, Geertz (1989) afirma que a prática etnográfica não se resume apenas em estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear e escrever diários, mas a preocupação se envolve a partir de uma descrição

densa. Essa descrição densa requer uma sensibilidade do pesquisador, no sentido de observar as diferentes situações enfrentadas, interpretando-as.

O homem é dotado de uma cultura composta de teias de significados, tecidas por ele próprio, daí que ele assume a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (GEERTZ, 1989, p.15).

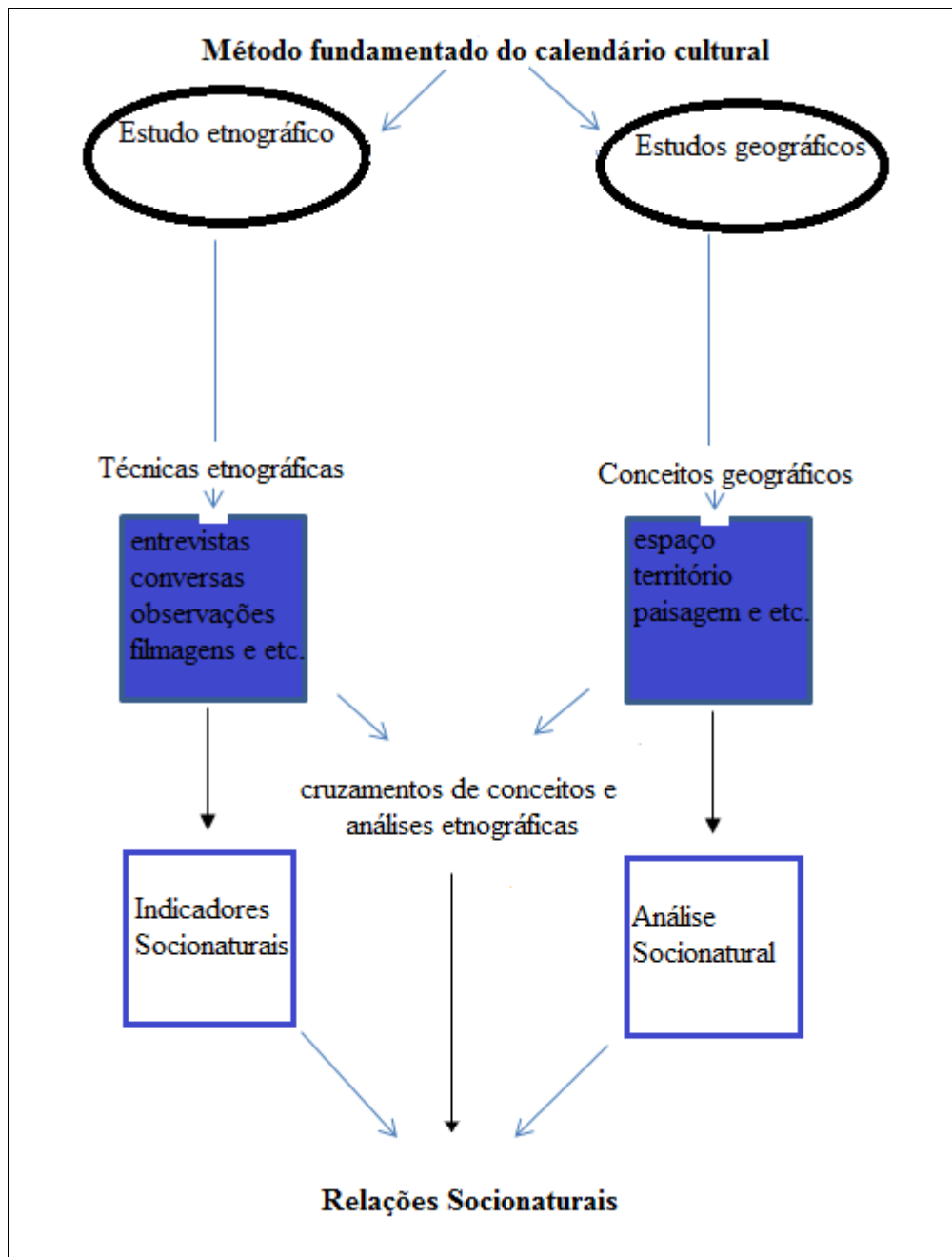
No estudo etnográfico Geertz, (1989) relata que cada situação existe um significado diferenciado para o entendimento das relações culturais de um povo. Desse modo está se buscando interpretações sobre as dinâmicas socionaturais dos povos indígenas que habitam a comunidade da Ilha na terra indígena São Marcos.

Por conseguinte, conforme Geertz, (1989) é necessário fazer uma “imersão profunda” não só como pesquisador, mas como um participante que vive e observa com o olhar da realidade própria dos demais indivíduos que praticam suas atividades cotidianas na área de pesquisa.

Ao longo de nossas vivências e participação dentro do projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena foi constatada tais espacialidades e territorialidades praticadas pelos indígenas que habitam a comunidade da Ilha e as transformações ocorridas no lavrado para o plantio da melancia. Ademais, a melancia é citada pois, é o nosso objeto de estudo dentro do calendário cultural e por isso, há um aprofundamento sobre o plantio da melancia praticada na comunidade indígena.

Como se pode perceber nesse estudo há uma mistura de conceitos geográficos e antropológicos na construção e análises das relações socioespaciais e socionaturais que serão a base para a construção do calendário cultural nos moldes do conceito e método antropológico de sociotureza. Conforme o esquema abaixo:

Figura 12 – Esquema do Método Fundamentado do Calendário Cultural.



Fonte: Dados da pesquisa, (FEITOSA, 2014).

4.6 O ESTUDO DA ATIVIDADE DE PLANTAR MELANCIA NA COMUNIDADE ILHA

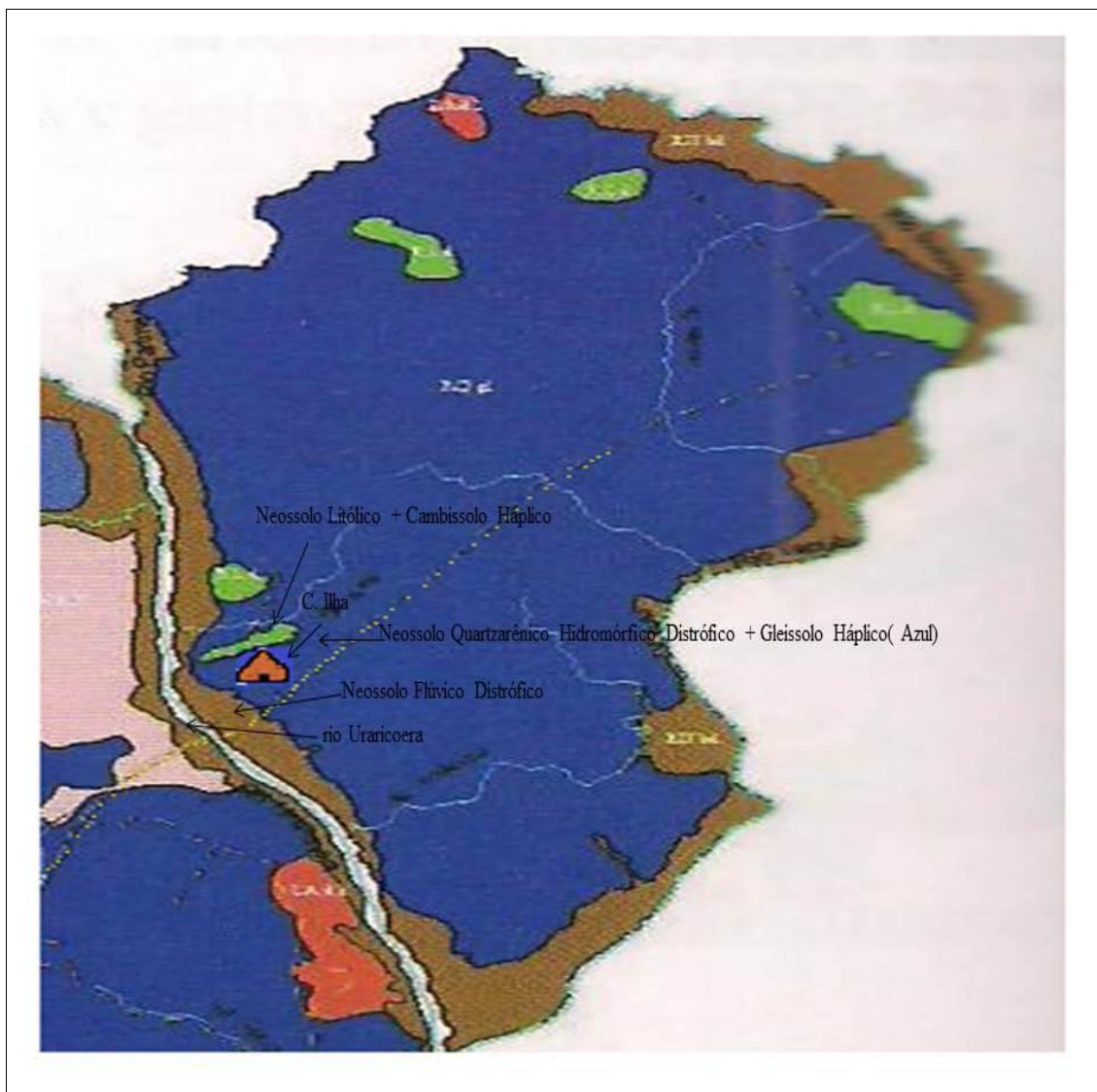
O presente estudo sobre a monocultura da melancia foi uma escolha entre as varias atividades que são praticadas na comunidade da Ilha, pois, se trata de uma atividade agrícola e é dependente da situação climática e natural que se encontra os solos ao qual são plantadas as sementes da melancieira.

O relevo da comunidade da Ilha insere-se na unidade geomorfológica de uma “superfície pedi planada de relevo plano a levemente ondulado com formas residuais subordinadas” pertencentes à formação Boa Vista e cota altimétrica variando entre 100 à 150 metros (VALE JÚNIOR,2010).

Na região é possível identificar três tipos de solos distribuídos ao longo da comunidade baseando - se no mapa de solo do Município de Boa Vista. Conforme Vale Júnior (2010, p.52), nas margens do rio Uraricoera se encontra o Neossolo Flúvico Distrófico, Neossolo Quartzarênico Hidromórfico Distrófico mais Gleissolo Háptico e Neossolo Litólico mais Cambissolo Háptico.

Sendo que o solo que mais predomina na região é o Neossolo Quartzarênico Hidromórfico Distrófico mais Gleissolo Háptico, onde a maioria das roças de melancias está localizada, no entanto, há plantações próximas ao rio com o solo Neossolo Flúvico Distrófico. Situação que é propicia para coletar água para irrigar a monocultura da melancia. Conforme figura abaixo:

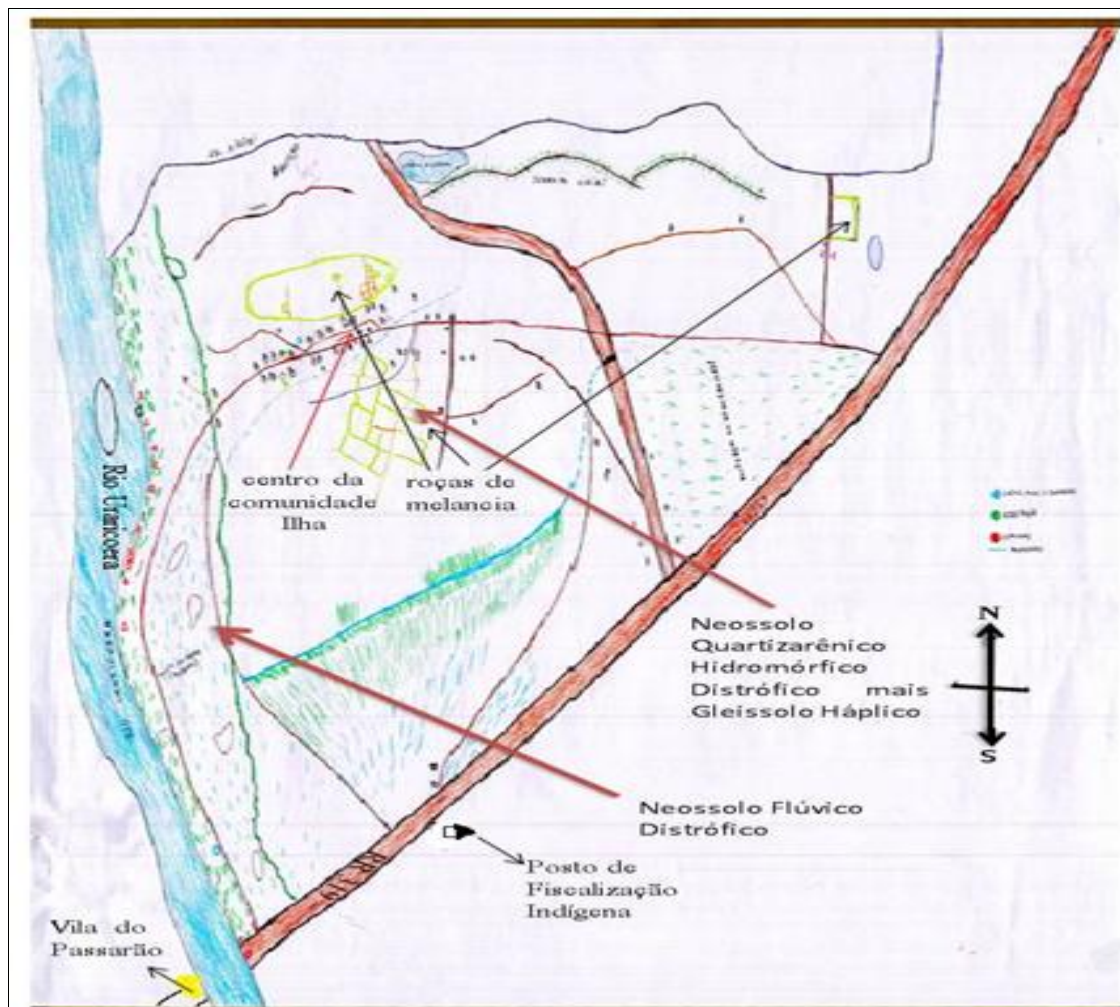
Figura 13 - Mapa de Solos de Savanas na área do município de Boa Vista.



Fonte: Adaptado de Vale Júnior, 2010, p.52.

Em relação à localização das roças dentro do espaço geográfico da comunidade, o que pode se observar é que existe uma relação que envolve a disponibilidade de água e o uso da área de forma rotativa, de modo que, haja um descanso e recuperação do solo que foi utilizado anteriormente.

Figura 14 – Croqui da área especializada da comunidade Ilha.



Fonte: Adaptado do projeto OBEDUC, 2014.

Para efeito de estudo sobre o calendário cultural a atividade de plantar melancia na comunidade indígena da Ilha é uma atividade humana e de caráter artificial, pois, em todo o seu processo tem a intervenção do ser humano em sua produção substituindo o meio ambiente nos processos naturais, como por exemplo, a troca da chuva pela irrigação artificial, o húmus natural pela adubação química e por compostos naturais manipulados pelo homem.

Nesses processos interativos entre o homem e o meio ambiente, as quais há uma intervenção do ser humano em grande parte do ciclo natural para a produção de alimentos não é uma exclusividade de um povo ou de uma etnia e no caso aqui estudado dos moradores da comunidade indígena da Ilha na terra indígena São Marcos.

Os sistemas naturais para a obtenção de alimentos dependem da operação do ciclo de nutrientes minerais nos quais se incluem o nitrogênio, o fósforo, o cálcio, o potássio e ciclos hidrológicos e outros elementos microquímicos os quais tem sido foco de intervenção humana voluntária ou involuntária há milhares de anos (DREW, 1994, p.33).

No entanto, os indígenas que tem as plantações em suas roças sabem a época de plantar se baseando em alguns indicadores vegetais nativos da região e pertencentes à flora local como o mirixi (*Byrsomina crassifolia*) e o caimbé (*Curatella americana*) que tem seus períodos de afloramento no mesmo período que são feitos os plantios de melancia que vai da segunda metade de agosto a final de Abril, conforme relatos dos moradores da comunidade.

O mirixi e o caimbé são citados aqui, como exemplos de indicadores vegetais que não sofrem a interferência do homem que vai desde seu plantio que ocorre de modo natural ao seu desenvolvimento espontâneo nos campos do vale do Rio Branco. Segundo Drew (1994), mesmo se forem considerados aspectos como determinismo ou causalidade, que afirma ser o ambiente físico que governa o comportamento do homem, ou o possibilismo, que diz ser o homem um agente geográfico apto a agir sobre o meio e modificá-lo segundo as possibilidades de desenvolvimento. Tais vegetações naturais roraimense nascem e se desenvolvem sem nenhuma interferência humana em seu ciclo natural de desenvolvimento nos campos do lavrado, mesmo que haja uma interação e uso dos recursos naturais existentes e disponíveis para o uso humano.

Nesse sentido, uma das propostas teórico-metodológica de construção do calendário cultural é fazer o passo a passo da atividade da qual vai ser o objeto de pesquisa e no caso específico deste trabalho é a realização da atividade humana de plantar melancia que será explicitada a seguir:

- **Explicitação do passo a passo da atividade de Plantar Melancia**

Para uma melhor explicitação dos conhecimentos indígenas, foi analisado o passo a passo da atividade de plantar melancia correlacionando o saber indígena ou tradicional com o saber científico do homem da sociedade nacional. Nesse sentido a pesquisa ajudará na elaboração de concepções geográficas que envolvem a produção do espaço na área de pesquisa de modo que será um contraponto em relação ao conhecimento indígena tradicional adquirido em sua convivência cotidiana ao meio natural.

Conforme Santos, (2012) umas das vertentes que modificam o espaço é a divisão do trabalho que é movida pela produção, que por sinal torna-se uma força que impulsiona a diferenciação espacial, ao atribuir cada modificação sua, novo conteúdo e funções aos lugares, e que por sinal acaba revelando as funcionalidades do território. E independentemente de ser essas modificações em territórios indígenas ou em territórios pertencentes ao homem da sociedade nacional a referida funcionalidade é comprovada empiricamente pela ocorrência de eventos nos locais ou regiões que modificam a natureza do espaço.

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e se diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros (SANTOS, 2012, p.131).

As preposições de Santos, (2012) nos ajudará analisar os componentes que compõem a estrutura da relação do homem com meio natural e as transformações do espaço geográfico ao passo que a presença do homem no meio natural é fator que gera uma diversificação na natureza, pois, ele atribui valor as coisas e acrescenta ao processo de mudança um dado social.

E que ao mesmo tempo em que o homem aumenta seu poder transformador e de mobilidade na natureza, ele é criador e subordinado a ela. Nessas mesmas preposições com a invenção das técnicas o homem foi aumentando seu poder de intervenção e autonomia de modo que as transformações foram ocorrendo socialmente e uma das etapas desse processo foi à economia mundo que afeta lugares e não um local e que ampliou as diversificações naturais e a produção do espaço para se chegar ao resultado da divisão territorial do trabalho.

Situação que tem afetado o modo de vida dos povos indígenas, pois, tradicionalmente a grande maioria dos povos indígenas ainda preserva seus costumes e tradições no sentido que a logica de modo de vida não está ligada ao modo de produção capitalista. No entanto, na comunidade da Ilha pode - se perceber essa transformação nos moldes capitalista.

1º passo – Há na comunidade periodicamente reuniões que acontecem no segundo sábado de cada mês e ocorrem no malocão central da comunidade com a convocação de todos os moradores, e que tratam de diversos assuntos pautados em temas para facilitar as discussões e tomadas de decisão. E um dos pontos de pauta é sobre o plantio de melancia, e que por sinal é um de nosso objeto de estudo na comunidade.

Esse tipo de reunião e tomadas de decisão é uma característica bem comum nas sociedades indígenas e que se difere nesse aspecto da sociedade não indígena que tem a lógica de compra e venda de terras para plantar o que achar viável economicamente dentro da lógica de mercado ou de necessidade pessoal e familiar com o intuito de ter um bem estar financeiro. No entanto, o plantio da melancia se enquadra nessa lógica de mercado, pois, os plantios são feitos para comercialização dos produtos que tirados das roças de melancia.

2º Passo – Escolha do local do plantio da melancia e que leva em consideração a organização do espaço definida pelas condições geofísicas como a disponibilidade de água e a análise das condições físicas do solo escolhido para o plantio, verificando se é adequado para o plantio. Essa escolha do local de plantio é uma escolha da família que irá plantar e cultivar a monocultura da melancia na área desejada, e além da roça familiar tem a roça comunitária que é uma decisão coletiva da comunidade para escolher o local do plantio.

3º Passo – Definição do período ou época do plantio, levando em consideração os fatores climáticos para o plantio da semente da melancia, pois, a planta cresce melhor em período mais seco e necessita de bastante luminosidade. O processo para se chegar à época certa para o plantio ocorre de duas formas a primeira é feita pelo conhecimento científico do homem da sociedade nacional através do calendário gregoriano e a segunda é feita pelo saber indígena ou tradicional através da análise de fenômenos naturais que ocorrem na natureza como o afloramento do caimbé e do mirixi que correspondem ao período que ocorre de final agosto o início do plantio à final de abril para colher os últimos frutos da melancieira.

Além disso, é uma escolha do plantador da melancieira escolher nesse espaço de tempo quantas vezes ira plantar a roça de melancia, pois, a melancieira leva em média 55 dias do plantio até a colheita dos frutos, no entanto, como são muitos os plantadores é feito um acordo entre os moradores da comunidade para que haja um espaço de tempo de 15 dias de um plantio de uma roça para a outra. Conforme explicação dos moradores da comunidade da Ilha, isso ocorre para evitar que todos possam está colhendo os frutos ao mesmo tempo. O que poderia causar uma grande safra e conseqüentemente a queda nos preços dos produtos.

4º Passo - Contratação de mão de obra para preparação do solo e serviços necessários para que possa ser plantada a semente da melancieira. Em relação à força de trabalho empregada no cultivo da monocultura da melancia ela pode ser feita de três formas: 1º) o ajuri que é um serviço comunitário com a participação voluntária dos membros da comunidade indígena, onde a divisão do trabalho é feita entre homens e mulheres, independente de faixa etária todos tem um papel de contribuição no serviço comunitário que

vai desde o preparo das refeições feito pelas mulheres para alimentar os trabalhadores a as crianças que auxiliam em serviços mais leves como enterrar as sementes na cova ou ajudar no momento de colocar o adubo nas covas 2º) contratação de mão de obra que é feita de forma remunerada entre os próprios membros da comunidade que negociam a forma de trabalho para pagamento que pode ser por empreitada com um valor financeiro acertado entre contratador e o contratado ou por diárias que na comunidade atualmente está estipulado em 30 reais e uma 3º) forma de trabalho no cultivo da melancia e a força de trabalho empregada pelo próprio dono da lavoura e seus familiares que se dispõem a fazer esse serviço como forma de economizar o pagamento de mão de obra a terceiros ou simplesmente pela falta de recursos que pode ser um entreve para a contratação de mão de obra paga.

5º Passo - Preparação do solo para plantio que é feita primeiramente com a técnica de cavar fazendo leiras sem o arado para evitar erosões no solo causado, em muitos casos, com o uso do trator de arado e a segunda forma de preparar o solo é usar o próprio arado quando o mato está muito alto. Em relação às leiras são feitas conforme as declividades do solo para que a água possa escoar para as covas mais facilmente.

O solo deve ser bem drenado, leve, fértil, com boa disponibilidade de nitrogênio, rico em matéria orgânica, com pH entre 6 e 6,8. O solo arenoso é o mais adequado no caso o solo dos lavrados. No modo tradicional, a plantação da melancia era feita com a derrubada da mata existente na região e, por conseguinte era feita sua queima para que o solo pudesse está pronto para o plantio sem o uso de adubo químico.

Nessa etapa do trabalho, se tiver força de trabalho paga, o responsável em fazer isso será um homem por se trata de um trabalho que exige bastante esforço físico, no entanto, em se tratando de um serviço familiar ou comunitário as mulheres e crianças podem ajudar nesse tipo de serviço conforme suas capacidades físicas para ajudar na adubação.

6º Passo – Cavar as covas para plantar as sementes utilizando instrumentos como ferros de cova, picarete, enxadeco e bocas de lobo que são ferramentas usadas para fazer buracos no solo e com o diâmetro indicado de 50 cm por 50 cm. No Modo tradicional as covas eram feitas nos locais das coivaras, que eram os locais de limpeza do solo feita com fogo e era usado terçado para cavar as covas. A distância das covas varia de 1,5 a 2,0 metros conforme o sistema de plantio e a variedade dos frutos. Essas técnicas de plantio foram repassadas por técnicos agrícolas da própria comunidade. Em alguns casos, foram consultados técnicos que fazem parte da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SEAPA) e que

maioria das vezes que foram na comunidade os próprios indígenas pagaram as diárias dos funcionários da secretária de estado.

7º Passo – Adubar as covas para efeito de correção da acidez do solo e para uma melhor produção, melhoramento do viço das plantas e aumento de frutos comercializáveis é acrescentada uma adubação mineral e orgânica nas covas das melancieiras da comunidade. Ademais, “cada cova possui 300 gramas de NPK, 300 gramas de calcário, 15 gramas de ureia e cloreto e para uma melhor cobertura é usado o esterco de gado” (MORAIS, 2014).

Como o solo das regiões de lavrado é pobre em nutriente e que ocasionam a acidez da terra, uma das maneiras de corrigir essas falhas do solo é fazer aplicação de tais produtos já citados como o esterco de gado que é comprado da própria criação de gado da comunidade Ilha, no valor de R\$ 3 reais por saco, para subsidiar o salário do próprio vaqueiro ou em comunidades vizinhas como a comunidade de Campo Alegre, Darora e Lago grande.

8º Passo – Fazer a construção da estrutura de irrigação para que solo possa ser mantido úmido, ao qual são utilizados materiais como cano para fazer os canais de irrigação e as conexões necessárias ao plantio. Além do uso de bombas d’ águas e motor bomba que retira a água do rio Uraricoera e também do açude da comunidade e, no caso o sistema construído falhar, é usado o sistema manual de utilização de baldes com água, e no modo tradicional era usado somente o processo natural de descida da água no solo pela chuva.

Na maioria das roças os instrumentos de irrigação são particulares e na roça da comunidade os materiais de irrigação e bombas da água é de uso comunitário e pertencente ao coletivo da comunidade.

9º Passo - Plantar as sementes nas covas preparadas para que o cultivo da melancieira tenha todas as condições adequadas para seu desenvolvimento saudável, exuberante e livre de problemas de desenvolvimento natural. Em geral é plantado de 3 a 4 sementes por cova, cuja origem das sementes é comprada nas casas agropecuárias da cidade de Boa vista, no entanto, em período anterior as sementes eram guardadas de uma safra para outra, só que agora com os avanços tecnológicos, os agricultores preferem comprar as sementes selecionadas pelas empresas especializadas nesse ramo, pois, acham que essas sementes são mais confiáveis e resistentes.

10º Passo – ativar o processo de irrigação da área cultivada para que o solo possa ser mantido úmido durante a fase de crescimento da planta. Durante o crescimento e a maturação dos frutos uma diminuição na frequência da irrigação pode favorecer a produção de frutos mais doces e saborosos e 10 dias antes da colheita é cortada à água permanentemente para que

o fruto fique doce. A plantação de melancia é irrigada uma vez por dia e a bomba da água fica ligada em média duas horas e meia até que todas as covas possam está cheias de água numa faixa de 30 centímetros por cova, essa situação é equivalente para uma plantação de 5.000 covas de melancia.

11° Passo – Aplicação da cobertura de veneno na plantação de melancia nos primeiros 4 dias, após a germinação para evitar qualquer tipo de doença na planta e em especial nas suas folhas. É aplicado o veneno novamente no espaço de tempo de 15 dias para evitar pulgões e outros tipos de ataques de insetos e 10 dias antes da colheita é cortada a aplicação de veneno na lavoura para evitar qualquer tipo de ingestão do produto pelo ser humano na hora do consumo da melancia.

12° Passo - A colheita ocorre transcorridos de 50 a 55 dias da realização do plantio da semente no solo e é feita de forma braçal e de uso de força humana para retirar os frutos das melancieiras. E geralmente as pessoas que fazem a colheita da safra são os donos dos plantios junto com seus familiares, amigos e contratados.

13° Passo – Após a colheita o produto é comercializado pela cooperativa da comunidade que se chama Cooperativa dos Produtores Agrícolas Indígenas da Comunidade Ilha (*COOPAI*), cujo transporte é feito por caminhões da *CONAB* quando os produtos são vendidos para ela, ou pelo transporte dos próprios atravessadores que vão até a comunidade buscar os produtos, e outra parte é consumida pelos próprios membros da comunidade.

Nesse aspecto o passo a passo para explicitar o plantio da melancia serve como um instrumento teórico-metodológico para compreensão dessa técnica sistemática proposta por Gasché & Vela (2011), que trata da relação do indígena que vive na região amazônica com o meio ambiente e suas relações sociais.

E para efeito de conhecimento técnico a melancia (*Citrullus lanatus* L.) é originária da África Tropical, e tem a forma selvagem encontrada em muitas regiões de clima tropical e subtropical, sendo o fruto redondo e pequeno. A espécie pertence à família das curcubitáceas (COSTA, 2003).

A melancia tem grande importância socioeconômica por ser cultivada principalmente por pequenos agricultores. Tem fácil manejo e menor custo de produção quando comparada a outras hortaliças. Embora conhecido e comercializado como fruta a melancia é uma hortaliça e pertence à mesma família do melão, chuchu, abóbora e pepino que é as curcubitáceas.

Constitui-se em importante cultura para o Brasil pela demanda intensiva de mão-de-obra rural, pois do ponto de vista social gera renda e empregos e ajuda a manter o homem no campo, além de proporcionar um bom retorno econômico para o produtor.

A melancia é uma planta herbácea de ciclo vegetativo anual e seu exocarpo é claro ou escuro, de tonalidade única, rajado ou às manchas. A polpa é normalmente vermelha, podendo ser amarela, laranja, branca ou verde (ALMEIDA, 2003).

Além disso, na própria comunidade da Ilha é feita uma classificação dos frutos de melancias em relação aos tamanhos pequenos, médios e grandes. Sendo que os frutos grandes são os tem os melhores preços de vendas para os consumidores. Como afirma o tuxaua da comunidade da Ilha seu Alvino Morais.

Dentro da classificação do produto da melancieira a melancia pequena possui a media de peso de seis quilos para baixo a melancia média possui o peso de seis quilos a oito quilos e a melancia grande possui o peso de nove quilos para cima (MORAIS, 2014).

A melancieira desenvolve-se melhor sob condições de clima quente e umidade relativa do ar baixa, com temperaturas variando de 18 a 25 °C e extremos de 10 a 32 °C. A temperatura do ar ótima para crescimento ocorre em temperaturas de 20 a 30 °C, devendo não haver muita variação entre as diurnas e noturnas (VILLA et al., 2001).

Figura 15 – Lavoura de melancia em desenvolvimento.



Fonte: Feitosa, 2014.

Em Roraima o clima predominante é o equatorial que é o clima quente e úmido e está nas regiões norte, sul e leste do estado, na parte leste do estado de Roraima o clima é o tropical semelhante ao clima das outras regiões, porém a estação seca é bem definida. Em geral a temperatura do estado de Roraima possui uma média de 20 °C em regiões com maior altitude e 38 °C em regiões de relevo mais planos (PACIEVITCH,2011).

Mesmo com a temperatura um pouco elevada em regiões planas a monocultura da melancia tem se adaptado bem ao clima e solo de Roraima devido aos avanços tecnológicos na área de sistemas de irrigação, melhoramento genético e novos métodos de plantios.

Situação de clima que é bem propício para o plantio da melancia e em especial na região da comunidade da Ilha que fica na região norte do estado de Roraima e a leste do município de Boa Vista. Pois, fica dentro da faixa de temperatura ideal para o cultivo da monocultura da melancia sem grandes variações de amplitudes térmicas e próximo as margens do rio Uraricoera.

A melancieira, embora possa ser produzida em vários tipos de solos, se desenvolve melhor em solos de textura média, arenosos, profundos, bem drenados e com boa disponibilidade de nutrientes. Solos pesados e sujeitos a encharcamentos devem ser evitados, pois a cultura não tolera (BÖCK, 2002).

Em relação ao solo para o plantio da melancia o lavrado roraimense é um local bem propício para o plantio da melancia, pois, se caracteriza como um arenoso facilitando a penetração da raiz no solo, haja vista, que a melancieira é uma planta herbácea com caules rastejantes e com ciclo produtivo anual.

O que torna necessário fazer a preparação de outros locais para o manejo do solo para se prosseguir com novos plantios de melancieiras, logo após, a colheita de cada safra durante o ano e nos períodos que são propícios a prática da atividade agrícola em questão.

Foto 16 – Preparação do solo para plantio da melanciaira.



Fonte: Feitosa, 2014.

No entanto para efeito de correção da acidez do solo e para uma melhor produção e aumento de frutos comercializáveis é acrescentada uma adubação mineral e orgânica nas covas da melanciaira da comunidade. Pois, “cada cova possui 300 gramas de NPK, 300 gramas de calcário e 15 gramas de ureia e cloreto para uma melhor cobertura e esterco de gado” (MORAIS, 2014).

Foto 17 – Cova para o plantio da melanciaira



Fonte: Feitosa, 20

4.7 ATIVIDADE HUMANA DE PLANTAR MELANCIA QUE OCORRE NA COMUNIDADE DA ILHA

A atividade de plantar melancia na comunidade da Ilha se inicia da segunda metade de agosto e vai até final de abril, onde tal, atividade se inicia com a preparação do solo para que possa ser plantada a semente em situação favorável e que sua germinação venha ocorrer de forma satisfatória ao agricultor.

A atividade de plantar e cultivar melancia ocorre de algumas formas, tais como o ajuri que é um sistema de ajuntamento de pessoas que se unem de forma a cooperar para se chegar a um fim comum de trabalho. Tal, prática tradicional de trabalho coletivo é comum na região amazônica por povos tradicionais e entre eles os povos indígenas. E, esse modo de trabalho mostra que os povos indígenas preservam suas identidades culturais em seus espaços territoriais.

Essa situação nos faz refletir sobre questões geográficas que envolvem processos socioculturais ou “socionaturais” como as vivências culturais, os diferentes modos de ser e agir que os diversos grupos sociais constroem no interior de suas classes sociais, e as múltiplas relações e significações que os sujeitos estabelecem no seu espaço territorial (GASCHÉ ; VELA, 2011; HAESBERT, 1999. p.169; CASTELL, 1999. p. 23).

Nessa dinâmica de trabalho coletivo e tradicional do ajuri na comunidade da Ilha sua execução é feita paralelamente a outras atividades, como o preparo do caxiri que é servido para os trabalhadores que estão participando da atividade comunitária e também há preparo de outros alimentos que são servidos na hora do almoço e demais períodos de trabalho que ocorrem durante o dia de serviço.

Tais serviços ocorrem com a participação de praticamente de todos os membros da comunidade como as mulheres, homens e crianças que de forma unida, cooperam para o bom andamento do serviço e que ajudam a complementar a atividade principal que nesse caso especial seria o plantio da melancia. A referida descrição do serviço do plantio da melancia se refere à roça coletiva ou da comunidade.

Logo após o plantio da melancia, há um período que vai da germinação da semente até o amadurecimento ou no ponto da colheita. O transporte da produção de melancia da comunidade é feita por caminhões cedidos pela prefeitura ou pelo governo estadual.

A venda da produção da melancia é feita para os compradores na Feira do Produtor Rural em Boa Vista, para o governo federal através da Companhia Nacional de

Abastecimento (*CONAB*) que é uma agência que fomenta a produção agrícola familiar, para atravessadores que vão ao local da produção buscar o produto e, também, já houveram vendas para o estado do Amazonas.

Nesse aspecto econômico, a produção da melancia tem ajudado muito os produtores da comunidade da Ilha, pois, comparado com outros produtos hortifrutícolas cultivados na outra margem do rio Uraricoera na região vizinha conhecida como Passarão em análise, pode-se dizer que a melancia é uma exploração de fácil manejo e de boa remuneração econômica para o produtor, sendo que a *CONAB* compra a R\$ 1,00 Real o quilo do produto. Ou seja, quando conseguem comercializar com a *CONAB* o preço é melhor do que com outras formas de comercialização como, por exemplo, os atravessadores.

Além de ser uma monocultura de ciclo de produção que pode ser produzida o ano todo conforme as técnicas de produção e manejo do produto, é necessário um bom capital para investimento sem muitos investimentos para produção agrícola na comunidade da Ilha, conforme relata o morador da comunidade Sr. Antônio Silva “a monocultura da melancia é plantada de agosto até março para colher o fruto até final de abril, pois, daí em diante começa o inverno, e, é só prejuízo em vez de você lucrar começa a perder” (SILVA, 2014).

No aspecto econômico o capitalismo tem grande influencia dentro das comunidades indígenas que tem contato e que estão próximas das cidades e capital. Situação que de certa forma substitui e transforma o modo de vida e as relações socioespaciais da comunidade. Como relata os próprios moradores da comunidade em suas afirmativas que antigamente, no tempo de seus avós, existiam muitas caças e peixes na região e não tinham muita dependência de produtos industrializados para sua sobrevivência. Além das proteínas naturais encontradas na região existia e existem cultivos de mandioca, macaxeira, batatas, milho e outros produtos que são fontes de carboidratos e fazem parte de suas dietas alimentares.

Sendo uma das vertentes na modificação do espaço geográfico e da própria paisagem geográfica a qual tal sociedade está inserida. Além de outros fatores que estão relacionados com a mudança cultural e social da comunidade como o acesso a novas tecnologias como a internet e tevês a cabo através das antenas via satélites.

Do ponto de vista geográfico essa produção de melancia se enquadra dentro das proposições de Santos (1979), que fala a respeito da evolução do espaço geográfico e das diversas modalidades de organização espacial a qual são originárias das heranças das divisões do trabalho efetivadas no passado e as novas formas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Assim, para o autor, o desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição resulta na criação e modificação do espaço e que também é modelado pelos processos sociais e tecnológicos aos quais geram uma nova organização espacial e para compreender tal dinâmica é necessário compreender os conceitos de fluxos e fixos.

Na análise da organização do espaço é de suma importância citar as proposições de Santos (1979), sobre fluxos e que papel desempenham dentro de uma organização espacial, e além de ter uma melhor compreensão a respeito de quais são as dimensões no aspecto político e econômico.

Conforme Santos (1979), os fluxos podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação sem a utilização intensiva de capital por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala.

Dentro da realidade do plantio de melancia da comunidade da Ilha pode se analisar tanto o sistema de circuito superior quanto ao sistema inferior, ou seja, todo o percurso e o processo que é feito até a destinação do produto ao consumidor. A saber:

Circuito Superior: dentro dessa dinâmica podemos perceber que a semente da melancieira é produzida e vendida por empresas que na maioria das vezes possuem capital misto. Ou seja, investidores internacionais e nacionais que financiam o melhoramento genético e desenvolvimento de novas variedades de melancias.

Na maioria das vezes essas sementes estão disponíveis para venda em casas agropecuárias do próprio município de Boa Vista ao qual o indígena pode ter acesso a compra como qualquer outro cidadão brasileiro que tenha recursos e queira comprar. Em outros casos essa semente pode chegar à comunidade através de doações do próprio governo com o propósito de desenvolver a agricultura familiar na terra indígena.

Assim, como os outros insumos agrícolas como os fertilizantes de nitrato como o NPK, o calcário e ureia que é utilizado na produção da melancia que tem toda sua cadeia de produção ligada a outros circuitos de caráter superior e inferior. Portanto, para que o agricultor possa plantar a semente no solo do lavrado roraimense, há todo esse processo técnico-científico e econômico envolvido na produção da melancia e na sua destinação final que é o consumo.

Circuito Inferior: esse sistema tem em suas características, algumas que são bastante familiares na monocultura da melancia da comunidade da Ilha que é a produção em pequena escala, comercialização em pequena escala, a venda em varejo e a utilização de pouco capital na produção.

O cultivo da melancia na comunidade tem sua produção de caráter familiar e de subsistência e a colheita é vendida em varejo na beira do rio Uraricoera na região conhecida como Passarão e também na capital Boa vista para outros compradores e até para órgãos públicos.

Ademais, tanto as atividades do sistema inferior como as de fluxo superior possuem sua função na organização do espaço, porém, o sistema inferior torna-se, pouco a pouco, capaz de impor sua influência sobre as unidades espaciais mais extensas, junto com os demais elementos que desempenham seu papel na organização do espaço. A monocultura da melancia e o gado que é criado na comunidade são umas das poucas atividades econômicas que geram renda na comunidade e transforma a dinâmica socionatural e espacial da paisagem da comunidade.

Além dos fluxos existem os fixos, que é uma categoria de análise geográfica que interage com os fluxos e possuem uma relação de complementariedade, haja vista que estão interligados e possuem uma relação de construção do espaço geográfico dentro de um território. Além disso, fixos e fluxos possuem uma relação de complementariedade, visto que.

Fixos e Fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2012, p. 62).

Ademais como os fixos estão ligados a terra como no caso da plantação da melancia em si, ou seja, a melancia e toda sua composição botânica se enquadram dentro dessa categoria de análise proposta pelo geógrafo Santos (2012), para analisar a composição do espaço geográfico e suas transformações.

Em linhas gerais, tanto os fixos como os fluxos permitem ações que modificam o lugar e recriam condições ambientais e sociais que redefinem e modificam o lugar, os fixos são elementos como estradas, plantações, pontes, construções, barragens e etc., e os fluxos são os movimentos que são condicionados pelas ações (SANTOS, 2012).

Em suma, o presente capítulo mostra de forma metodológica o processo teórico analítico das relações socioespaciais dos povos indígenas que vivem na comunidade e o cultivo da melancia focando o circuito de produção e os processos a ele ligados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, inúmeras áreas de conhecimento adotaram o território como conceito essencial em seus estudos. No entanto, a definição de território vem sendo utilizada como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Muitos estudos referentes à geografia trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Com esse estudo, buscou-se mostrar a relação do homem com o meio natural no sentido de explicitar a dinâmica das atividades indígenas que contribuem para transformar e modificar o espaço geográfico ao qual estão inseridos. Tornando-se um grande desafio para execução e consecução deste trabalho.

A relação do homem com a natureza durante muito tempo, e até o presente momento é permeada por diferentes condicionantes tanto da vida humana quanto da própria dinâmica da natureza, tais variantes se tornam interessante para estudar essa relação socioespacial e os conhecimentos indígenas. É necessário, ainda, fortalecer o entendimento acerca dos conceitos e definições relacionados à relação socioespacial, considerando que a “diferenciação espacial” é um tema central dos estudos geográficos que podem ser constatado numa vasta bibliografia, mas a “diferenciação socioespacial” introduz uma “qualidade” ao tema da diferenciação, obrigando-nos a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social. Tal fato produz outro deslocamento analítico da construção de um pensamento teórico produzido pela Geografia sobre a diferenciação espacial, e aquela de sua realização prática, qual seja a dimensão real da produção espacial como momento da reprodução social.

Portanto a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas. As questões referentes às diferenças socioespaciais exigem compreensão acerca da produção do espaço, seja o sujeito produtos em ato, isto é, a atividade vital, realizada de modo concreto. A produção do espaço pelos povos indígenas foi aqui entendida, como momento necessário à sua reprodução (social), pressupondo a análise da realidade enquanto humana, portanto social, em movimento de constituição, portanto histórica (em seu movimento de reprodução).

O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção do povo indígena que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por

sua vez, será compreendido como condição, meio e produto da realização da sociedade num movimento/momento intrínseco à reprodução social. Significa dizer que a vida se realiza em espaços-tempos reais, sinalizando o fato de que as relações sociais têm uma dimensão espacial e se realizam através dessa e nessa dimensão.

Nesse sentido, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. Uma ação que tem por finalidade concretizar a existência humana enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Trata-se de um processo que ocorre revelando, de um lado, persistência e preservação (dos lugares e modos de vida) e, de outro, dialeticamente, rupturas e transformações. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social revelando-se numa prática que é socioespacial. Portanto, a produção da vida não envolve apenas a reprodução de 'bens' para satisfação das necessidades materiais; é também a produção da humanidade do homem.

Com o objetivo de compreender a proposta teórico-metodológica da construção do calendário cultural, permitindo a compreensão das relações sociais, espaciais, ambientais, econômicas e culturais existentes na comunidade indígena da Ilha, foi possível perceber que os processos geográficos são também processos sociais, assim as relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Desse modo considera-se importante a relação do homem e a natureza, homem e o meio em que vive, que se efetiva por meio de técnicas, isto é, um conjunto de instrumentais e sociais, que o homem utiliza para realização e produção, e que cria espaços ao mesmo tempo. Observa-se que o homem de forma emblemática evidencia sua ação sobre a natureza, estabelecendo transformações nas plantas e animais.

Destaca-se ainda que pesquisar a ação do homem sobre o espaço é uma atividade minuciosa e bem como complexa, haja vista, que pode-se construir tal pensamento, a partir de diversas interpretações, de diversos olhares. Assim o espaço é um misto de transformações contínuas, sendo estas desenvolvidas através de agentes, que o animam, ou seja, que o dinamizam.

Os conceitos até aqui discutidos possibilitaram a compreensão as ações e relações socioespaciais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender o tipo de relação socioespacial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados).

As relações socioespaciais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os indígenas podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As relações socioespaciais isoladas são aquelas que atuam em uma determinada microregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito. Já as relações socioespaciais territorializadas são aquelas que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelas redes são diversos e são constituídos pelas relações socioespaciais de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento.

A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

As relações socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em

luta pela terra e pelo território. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

E nessa dinâmica socioespacial e socioterritorial os povos indígenas da terra São Marcos, após a conquista da terra e sua homologação buscaram promover o desenvolvimento em suas terras através de projetos de agricultura familiar.

E um desses projetos foi o cultivo da melancia nas comunidades, pois, do ponto de vista social gera renda e emprego de forma a manter as pessoas que vivem no campo em suas propriedades produzindo e tendo um bom retorno econômico. Em relação, a atividade de plantar melancia na comunidade indígena da Ilha, a análise feita através do calendário cultural concluiu-se que é uma atividade humana de caráter artificial, pois, em todo o seu processo tem a intervenção do ser humano em sua produção de forma a substituir os processos naturais como a chuva pela irrigação e a troca da adubação natural pela adubação química.

Uma percepção adquirida nessa pesquisa sobre o plantio da melancia é que antes de chegar o inverno às pessoas não estão sabendo exatamente, qual mês vai chegar à chuva para continuar ou encerrar seus plantios na época próxima ao inverno, mesmo sabendo o período de chuva e seca baseado no calendário gregoriano e das previsões meteorológicas. Nessa situação, percebe-se que o calendário cultural poderá ajudar os moradores mais jovens da comunidade a perceber através de sua cultura algumas formas naturais e eficientes de perceber a mudança dos ciclos naturais existentes em sua região.

Dessa forma, a comunidade pode conviver com os plantios comunitários que envolvem toda sua tradição cultural e identidade nas formas de trabalho do ajuri e dos trabalhos em grupo divididos por idade ou gêneros junto com os plantios particulares que se aproximam da cultura nacional/ocidental e capitalista. De modo geral, uma comunidade pode conviver com essas duas formas de cultivo de melancia sem perder a característica de comunidade indígena.

Conclui-se, nesta pesquisa que as relações socioespaciais na comunidade indígena da Ilha e as preposições do conceito de sociotureza apresentam uma dinâmica de interdependência entre homem e natureza, no sentido do homem apresentar um respeito pela natureza, baseada em suas crenças culturais e na sua cosmo visão que vai muito além das coisas físicas e entra no âmbito do sobrenatural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. P. F. **Melancia**. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2003. Textos Acadêmicos. Disponível em: <<http://dalmeida.com/hortnet/Melancia.pdf>> Acesso em: 20 Set. de 2014.

Associação dos Povos Indígenas do São Marcos (*APTISM*). **Histórico da terra Indígena São Marcos**. Histórico lido na festa de aniversário de comemoração de 24 anos de homologação da terra indígena São Marcos na comunidade de Vista Alegre. [27/11/2014]. Transcrição de material impresso, vídeo e áudio. Boa Vista: UFRR- INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).

BÖCK, V. D. **Manejo do solo para a cultura da melancia**. [Dissertação Mestrado em Agronomia]. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002. Santa Maria, RS. 2002. 130f.

BUENO, E. O Brasil Indígena. In: História do Brasil - Zero Hora, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 2001.

BRASIL. Estatuto do Índio (1973). Brasília, DF, Senado Federal, 2003.

BRASIL. ELETROBRAS/ELETRONORTE [2014]. Disponível em: <http://www.eln.gov.br/openscms/openscms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/saoMarcos/> Acesso em: 20 Set. de 2014.

_____. ELETROBRAS/ELETRONORTE [2014]. Disponível em: http://www.eln.gov.br/openscms/openscms/modulos/noticia/noticia_0634.html?uri=/modulos/home_noticias.html Acesso em: 20 Set. de 2014.

BRAGA, R.M. **Cavalo Lavradeiro em Roraima; Aspectos Históricos, Ecológicos e de Conservação**. Embrapa 2000.

BRAGA, R. M. **o espaço geográfico: um esforço de definição**. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 22, pp. 65 - 72, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf>. Acesso em: 15/Fevereiro.2014.

BRUNET. R. **Le déchiffrement du monde: théorie et pratique de la géographie**. Paris: Belin, 2001.

CABALZAR, A. MANEJO AMBIENTAL E PESQUISA DO CALENDÁRIO ANUAL NO RIO TIQUIÉ. In: CABALZAR, Aloisio (org). **Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro**. São Paulo. ISA- Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010.

CASTELL, M. O poder da identidade a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2,1999.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, N.D.; LEITE, W.M. **Cultivo da melancia**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido. Não paginado. Apostila. Trabalho apresentado no VIII Curso Internacional de Produção de Hortaliças, 2003, Brasília.

CUNHA, M. C. da. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL**. Ed. 1°. São Paulo. Editor: JR, Otacílio Fernandes Nunes,1992. Pg. 133-154.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHELOTTI, M.C. **Reterritorialização e Identidade Territorial**. Revista Scielo. N° 1. Volume. 22. Março de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>> Acesso em: 06/07/2015.

DELANEY, D. Territory: a short introduction. Malden: Blackwell, 2005.

DINIZ, E. S. OS ÍNDIOS MAKUXI DO RORAIMA. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília. coleção teses. n° 9. Marília/ Brasil. 1972.

DINIZ, A . Tendências Migratórias Atuais. Revista Textos e Debates n° 4 Boa Vista, 1998.

DOLLFUS, O. **L'espace géographique**. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1970.

DREW, D. **Processos interativos homem meio ambiente**. Coordenação editorial de Antônio Cristofolletti – 3ª Edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

FARAGE, N.; SANTILLI, P. ESTADO DE SÍTIO Territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL**. Ed.1°. São Paulo. Editor: JR, Otacílio Fernandes Nunes, 1992. Pg. 267-278.

FARAGE, N. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio branco e a colonização**. Rio de Janeiro : Paz e terra ; ANPOCS,1991.

FRANK, Erwin H.; CIRINO, Carlos Alberto. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Orgs.). **Roraima: homem, ambiente e ecologia**. Boa Vista: FEMACT, 2010. p. 11-33.

FEITOSA, M.S. et al. FECHAMENTO DA BR-174 NO TRECHO DA TERRA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI- INFLUÊNCIAS NA DINÂMICA ECONOMICA DO MUNICIPIO

DE RORAINÓPOLIS/RR. In: BETHONICO, M. B. M; SOUZA, V. (org.). **RORAINÓPOLIS: um olhar Geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

FEITOSA, M. S. Arquivo iconográfico e de mapas na Terra indígena São Marcos. Boa Vista: UFRR-INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).

FEITOSA, M. S. Arquivo iconográfico, desenhos, vídeos e mapas na Terra indígena São Marcos. Boa Vista: UFRR-INSIKIRAN, 2015. (CD-ROM).

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para a leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista_NERA. ano 8, n.6, jan./jun. 2005. Presidente Prudente: NERA, 2005b. p.14-34.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 04 de Março de 2014.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Mapas das Terras indígenas** . Disponível em: <<http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm?8875b283efb1bf95d5cc9668bd396c4b>> Acesso em: 05 de Março de 2014.

GASCHÉ, J. ; MENDONZA, V. **SOCIEDAD BOSQUESINA** Tomo I e II, Peru 2011. IIP-CONCYTEC-CIAS, 2011.

GASCHÉ, J. Éxitos y fracasos de una propuesta educativa basada sobre el “Método Inductivo Intercultural” e implementada en el Perú, México y el Brasil. In: MONREAL, Pamela. **Interculturalidad y equidad: ¿cuánto hemos avanzado?**. Revista Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior (ISEES). Numero.13. Julio - Diciembre 2013. Disponível em: <<http://www.fundacionequitas.org/Documento/Contenido/65>> Acesso em: 25 de Out. de 2014.

GASCHÉ, J. ¿Qué son 'saberes' o 'conocimientos' indígenas, y qué hay que entender por 'diálogo'? In: **1o Encuentro Amazónico de Experiencias: Memorias e Diálogo de Saberes**, Leticia, Colômbia, 2008.

GALLOIS, D. T. Contatos. In: Cadernos da TV Escola. **Índios no Brasil** 3. Brasília: MEC, SEED: SEF, 2001: 5-23.

GEERTZ, C. **As Interpretações da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: Fev. 2014.

- LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. 22.ed.Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- LEFEBVRE , Henri. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992.
- MANDUCA, L. S. Et al. **Atlas escolar: terra indígena São Marcos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.
- MARKUS, G. **Teoria do Conhecimento no jovem Marx**. RJ: Paz e Terra, 1974.
- MELHEM, A. **Panorâmica Geográfico do Brasil**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.
- MORÁN, E. F. **Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.
- MORAIS, A. Entrevista do Tuxaua Alvinho Morais da comunidade Ilha ao pesquisador Marcio Silva Feitosa na comunidade Ilha. [08/10/2014]. Transcrição de vídeo e áudio . Boa Vista: UFRR- INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).
- OBEDUC. Observatório da Educação Escolar Indígena. Relatório dos relatos dos moradores da comunidade indígena da Ilha aos pesquisadores Maria Barbara de Magalhães Bethonico e Maxim Repetto para o projeto OBEDUC. [2012]. Transcrição de material digital, impresso, áudio e vídeo. Boa Vista: UFRR- INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).
- PACIEVITCH, T. **Geografia de Roraima – Info escola** [2011]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/geografia-de-roraima/>> Acesso em: 08 de Set de 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, A. R. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1988.
- REPETTO, Maxim. **Os sentidos das fronteiras nas transdisciplinaridade e na interculturalidade**. In: Revista textos e debates. Boa Vista, n.22, p. 13-30, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/viewFile/1602/1132>> Acesso em 08 de setembro de 2014.
- SANTOS, M.S. Dos. Entrevista do Senhor Manoel Silva dos Santos da comunidade Maruwai ao projeto do Observatório da Educação Escolar Indígena na comunidade Maruwai. [18/04/2013]. Transcrição de vídeo e áudio. Boa Vista: UFRR- INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. In: XI ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, 11. Florianópolis. Anais do XI Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfose do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção.** São Paulo. Edusp, 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito.** São Paulo: Editora: UNESP. 2001.

SILVA, A. Entrevista do morador da comunidade da Ilha senhor Antônio Silva ao pesquisador Marcio Silva Feitosa na comunidade da Ilha. [15/10/2015]. Transcrição de áudio e vídeo. Boa Vista: UFRR- INSIKIRAN, 2014. (CD-ROM).

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas.** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.77-116.

SOJA, E. W. The political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** 2004.

STRAUSS, C. L. **Tristes trópicos.** São Paulo Cia. das Letras, 1996.

VIEIRA, J. G. **MISSIONÁRIOS, FAZENDEIROS E ÍNDIOS EM RORAIMA: A DISPUTA PELA TERRA – 1977 A 1980.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco centro de filosofia e ciências humanas. Recife. 2003. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000060.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2014.

ZENY, R. ; CORRÊA. R. L. **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ,1999. p248.